



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO**

NAJARA SOUSA MEDEIROS

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs): uma análise a partir da conjuntura
de crise do capitalismo contemporâneo**

João Pessoa/PB
2017

NAJARA SOUSA MEDEIROS

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs): uma análise a partir da conjuntura
de crise do capitalismo contemporâneo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para obtenção do título de mestre acadêmico em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social

Orientadora: Prof.^a Dra. Bernadete de Lourdes Figueirêdo de Almeida

João Pessoa/PB

2017

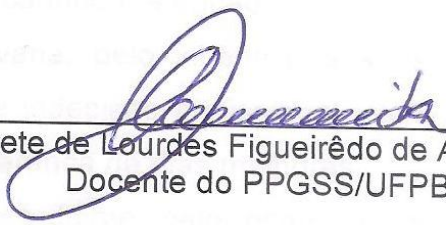
Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M488t	Medeiros, Najara Sousa. O trabalho dos assistentes sociais nas organizações não governamentais (ONGs): uma análise a partir da conjuntura de crise do capitalismo contemporâneo / Najara Sousa Medeiros. - João Pessoa, 2017. 185 f. : il. - Orientadora: Dr^a Bernadete de Lourdes Figueirêdo de Almeida. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA/PPGSS 1. Serviço social. 2. Assistente social - Prática profissional. 3. Capitalismo contemporâneo. 4. Políticas sociais. I. Título. UFPB/BC CDU - 36(043)
-------	---

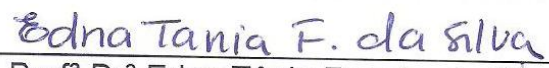
NAJARA SOUSA MEDEIROS

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs): uma análise a partir da conjuntura
de crise do capitalismo contemporâneo**

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Bernadete de Lourdes Figueirêdo de Almeida (Orientadora)
Docente do PPGSS/UFPB

Profª Drª Elisângela de Oliveira Inácio
Docente do DSS/UFPB


Profª Drª Edna Tânia Ferreira da Silva
Docente do DSS/UFPB

APROVADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2017

João Pessoa/PB

2017

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas vitórias alcançadas no decorrer da minha jornada profissional, principalmente com a oportunidade de cursar um mestrado acadêmico, o qual sempre almejei desde os primeiros anos da graduação. A Ele, toda honra e glória!

À minha querida mãe Maria, assim como tantas outras “Marias” nesse Nordeste brasileiro - mãe solteira, sertaneja e guerreira-, enfrentou desafios diários para proporcionar uma vida digna as suas duas filhas, sempre insistindo para que não desistíssemos dos nossos sonhos e desejos.

À minha querida família, especialmente às minhas irmãs Savanna, Valentina e Ana Izabel pelo apoio, carinho e atenção.

À minha prima Ivana, pelo incentivo aos estudos, pela cumplicidade nos momentos de angústia e indecisão profissional, além do apoio emocional prestado sob palavras de fé e esperança de dias melhores.

Ao meu primo José Jaime, pelo incentivo, carinho, respeito e cumplicidade durante esses últimos anos de convivência, e, sobretudo por estar sempre disponível no dia a dia familiar.

À minha psicóloga Nataniele, pelo carinho e apoio prestados durante o processo de formação profissional, e, principalmente, pela convivência (doce e leve) nesses últimos anos.

Ao meu companheiro Kécyo, pelo carinho, amor e compreensão, mesmo que às vezes preocupado, diante das longas viagens para a participação em eventos acadêmicos, em razão da minha dedicação à formação profissional.

Também sou eternamente grata à minha orientadora Bernadete de Lourdes Figueirêdo de Almeida, pelo acompanhamento no mestrado, sempre tão doce, compreensiva e acessível. Agradeço às suas contribuições, os seus conselhos e as críticas prestadas durante a construção desta dissertação.

À professora Elisângela Inácio, pelo incentivo e apoio prestados durante a graduação, especialmente durante o processo de supervisão de estágio e orientação de TCC. Agradeço, também, o apoio oferecido no processo de seleção do mestrado.

Às colegas da graduação, do mestrado e as professoras e professores do Departamento de Serviço Social, bem como aos que fazem parte do PPGSS da

UFPB, pela receptividade e convivência diária, além dos diálogos incansáveis acerca da formação profissional.

Sou grata às amizades construídas durante este processo, ao grupo “amigas do Serviço Social”, construído no convívio caloroso e afetoso desde os primeiros meses da graduação. Foi bastante prazeroso e enriquecedor compartilhar esses anos com vocês, e, assim, entender que estamos sempre em processo de amadurecimento, ou seja, aprendendo umas com as outras e, conseqüentemente, tornando-se seres humanos cada vez melhores que como diz Guimarães Rosa, “O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando”.

À companheira Tatiane Oliveira, pela amizade, incentivo e cumplicidade durante esses anos na UFPB e, principalmente, por oferecer o seu “ombro amigo” nas horas mais difíceis dessa jornada, além das horas de descontração.

Aos membros desta banca examinadora, pelas valiosas considerações prestadas neste estudo, pelas sugestões e críticas calorosas, me proporcionando um aprendizado reflexivo e propositivo.

Aos profissionais de Serviço Social das ONGs (*locus* da pesquisa) que concederam as entrevistas e, assim, contribuíram significativamente para a concretude deste estudo.

À minha mãe Maria, pelos anos de dedicação.
À minha família, pelo apoio e incentivo diário.
A todos vocês, dedico este trabalho.

*O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquentando e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
O que Deus quer é ver a gente
aprendendo a ser capaz
de ficar alegre a mais,
no meio da alegria,
e ainda mais alegre
ainda no meio da tristeza!
A vida inventa!
A gente principia as coisas,
no não saber por que,
e desde aí perde o poder de continuação
porque a vida é mutirão de todos,
por todos remexida e temperada.*

Guimarães Rosas

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado Acadêmico, intitulada “O Trabalho dos Assistentes Sociais nas Organizações Não Governamentais (ONGs): uma análise a partir da conjuntura de crise do capitalismo contemporâneo” se insere na linha de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Política Social do PPGSS/ UFPB. Apresenta como objeto de estudo a análise dos principais influxos da crise do capitalismo contemporâneo e a decorrente ofensiva neoliberal no trabalho dos assistentes sociais a partir da atuação desses profissionais nas Organizações Não Governamentais (ONGs). O contexto dessas organizações constitui-se em um dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais brasileiros, cuja atuação não se efetiva no atendimento das demandas sociais na perspectiva da defesa de direitos. Este estudo investigativo referenciou-se na teoria social crítica marxista com base no método histórico dialético no desenvolvimento da pesquisa de campo, de pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa de campo foi realizada em 06 (seis) Organizações Não-Governamentais (ONGs) de João Pessoa/PB, sendo elas: Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF); Casa “Pequeno Davi”; Associação Cunha Coletivo Feminista; Legião da Boa Vontade (LBV); Instituto dos Cegos “Adalgisa Cunha” e a Associação Donos do Amanhã. A coleta de dados primários ocorreu junto a 10 (dez) profissionais de Serviço Social que atuam nas citadas ONGs, no ano de 2016. Em termos metodológicos, utilizou-se de instrumentos e técnicas de natureza quantitativa e qualitativa nas fases de coleta e análise dos dados. Para coleta de dados, recorreu-se a entrevista semiestruturada que permitiu o contato direto entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, bem como o uso do diário de campo para registro das observações assistemáticas, além do levantamento documental e bibliográfico. Na fase de análise dos dados, foram aplicados: a) para as questões fechadas, a discussão estatística descritiva com a leitura tabular simples e gráfica, além de quadros; b) para as questões abertas, o uso da análise de conteúdo por categorização temática, dentre outros procedimentos metodológicos. A relevância da pesquisa ora referenciada reside na tentativa de aprofundar o debate e contribuir com a produção de conhecimentos acerca dos desdobramentos da crise do capitalismo contemporâneo no âmbito das Políticas Sociais, como também, analisar os impactos no trabalho dos profissionais de Serviço Social inseridos nas ONGs. Conclusivamente, evidencia-se que a contribuição desta investigação crítica acerca do trabalho do Assistente Social nas ONGs, fundamentou-se nas competências e habilidades profissionais diretamente associadas à elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, contidas na Lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8.662/93), com vistas à construção de um projeto societário em que predomine a cultura política de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Crise do capitalismo, Políticas Sociais, ONGs, Trabalho do Assistente Social.

ABSTRACT

The present Master's Dissertation, entitled "The Work of Social Workers in Non-Governmental Organizations (NGOs): an analysis based on the crisis situation of contemporary capitalism" is part of the Social Work, Social Work and PPGSS / UFPB. It presents as an object of study the analysis of the main influences of the crisis of contemporary capitalism and the consequent neoliberal offensive in the work of social workers from the work of these professionals in Non Governmental Organizations (NGOs). The context of these organizations is one of the socio-occupational spaces of Brazilian social workers, whose performance is not effective in meeting the social demands from the perspective of the defense of rights. This investigative study was referenced in Marxist critical social theory based on dialectical historical method in the development of field research, bibliographical and documentary research. Field research was conducted in 06 (six) Non-Governmental Organizations (NGOs) of João Pessoa / PB, being: Association of Disabled and Relatives (ASDEF); Small House David; Cunha Feminist Collective Association; Legion of Good Will (LGW); Institute of the Blind "Adalgisa Cunha" and the Donos do Amanhã Association. The collection of primary data was carried out with 10 (ten) Social Service professionals working in these NGOs in the year 2016. Methodologically, instruments and techniques of a quantitative and qualitative nature were used in the collection and analysis phases of the data. To collect data, we used the semi-structured interview that allowed the direct contact between researcher and research subjects, as well as the use of the field diary to record the non-systematic observations, besides the documentary and bibliographic survey. In the data analysis phase, we applied: a) for the closed questions, the descriptive statistical discussion with the simple and graphic tabular reading, in addition to tables; B) for open questions, the use of content analysis by thematic categorization, among other methodological procedures. The relevance of the research referred to herein lies in the attempt to deepen the debate and contribute to the production of knowledge about the unfolding of the crisis of contemporary capitalism in the scope of social policies, as well as to analyze the impacts on the work of Social Service professionals inserted in NGOs. Conclusively, it is evident that the contribution of this critical research on the work of the Social Worker in NGOs, was based on the professional skills and abilities directly associated to the elaboration, implementation, and evaluation of the social policies, directly or (Law No. 8.662 / 93), with a view to building a corporate project in which the political culture of a more just and egalitarian society predominates.

Keywords: Crisis of capitalism, social policies, NGOs, social worker's work.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 1 – Remuneração média em salários mínimos dos empregados de Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) selecionadas com jornada semanal de 31 a 40 horas, segundo o grau de escolaridade.	123
Tabela 2 –Tipo de vínculo, faixa salarial e carga horária dos assistentes sociais entrevistados. João Pessoa, 2016.	123
Quadro 1 – Caracterização das Organizações Não Governamentais pesquisadas de João Pessoa/PB segundo o ano de fundação e âmbito de atuação. João Pessoa/PB, 2017..	99
Quadro 2 – Caracterização das Organizações Não Governamentais pesquisadas segundo as principais fontes de financiamento. João Pessoa/PB, 2017..	102
Quadro 3 – Caracterização das Organizações Não Governamentais pesquisadas segundo a identificação da equipe multiprofissional. João Pessoa/PB, 2017.....	104
Quadro 4 – Caracterização das Organizações Não Governamentais pesquisadas segundo o público alvo, missão e projetos realizados. João Pessoa/PB, 2017.....	108
Quadro 5 – Nível de capacitação dos assistentes sociais entrevistados. João Pessoa/PB, 2017.....	128
Quadro 6 - Desdobramentos da crise no trabalho segundo os entrevistados. João Pessoa/PB, 2017.....	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS INFLEXÕES NEOLIBERAIS: no Estado, nas Políticas Sociais e no Mundo do Trabalho	23
1.1 A Crise do Capitalismo Contemporâneo: os influxos na vida em sociedade...	24
1.2 As Inflexões Neoliberais no Estado e nas Políticas Sociais: o realinhamento frente às “novas” e “velhas” requisições do Capital	40
1.3 As Inflexões Neoliberais no Mundo do Trabalho: a precarização e a deteriorização do mercado de trabalho e das condições de vida do trabalhador ..	57
2 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL: o campo da (des)proteção social no enfrentamento às expressões da “questão social”	68
2.1 A Atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs): a perspectiva de proteção social no trato das expressões da “questão social”	70
2.1.1 a atual funcionalidade das ONGs Brasileiras	75
2.1.2 A transferência do público para o privado: estratégia neoliberal	82
2.1.3 As Organizações Não-Governamentais (ONGs) nas Políticas Sociais: o “novo” trato das expressões da “questão social”	91
2.2 Caracterização das ONGs Pesquisadas de João Pessoa/PB: <i>locus</i> da pesquisa	97
3 AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR E O SERVIÇO SOCIAL: as atuais relações e condições de trabalho do assistente social no âmbito das ONGs	112
3.1 Perfil dos assistentes sociais entrevistados nas Organizações Não-Governamentais: dos traços identitários aos profissionais	114
3.1.1. Traços identitários do perfil dos assistentes sociais entrevistados	118
3.1.2. Traços do perfil profissional dos assistentes sociais entrevistados ...	119
3.2 Condições de trabalho dos assistentes sociais entrevistados nas ONGs: desvalorização e superexploração	130
3.3 O Serviço Social no âmbito das ONGs: demandas e respostas profissionais na defesa dos direitos sociais	141

CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS.....	167
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	176
APÊNDICE B – Modelo do Questionário	177
ANEXO A - Certidão do Comitê de Ética	185

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado Acadêmico, intitulada “O Trabalho dos Assistentes Sociais nas Organizações Não Governamentais (ONGs): uma análise a partir da conjuntura de crise do capitalismo contemporâneo” se insere na linha de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Política Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Essa proposta investigativa derivou da necessidade em aprofundar a análise do objeto de estudo, desenvolvida no Estágio Supervisionado I e II do Curso de Graduação em Serviço Social da UFPB, realizados na ONG Amazona, em João Pessoa/PB, que resultou na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2014.

Ao retomar esse objeto de estudo no PPGSS, intentou-se ampliá-lo a partir da compreensão das temáticas que o perpassam, como reforma de Estado, neoliberalismo, flexibilização do trabalho, a responsabilização da sociedade no trato da “questão social”, entre outras, enquanto inflexões das profundas transformações societárias que advêm da Crise do Capitalismo de 1979.

A partir do final da década de 1970 eclode no mundo uma crise estrutural do capitalismo de proporções colossais que provocam mudanças da vida em sociedade com graves rebatimentos na economia capitalista que afeta a estrutura da ordem mundial do capital, se espalhando até a atualidade. Essa crise inaugura novos traços, conformações e processos que “[...] redesenham amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo”. (NETTO, 2012, p. 416)

Os principais influxos dessa crise “[...] envolvem a totalidade social, configurando a *sociedade tardo-burguesa* que emerge da restauração do capital operada desde fins dos anos 1970”. (NETTO, 2012, p. 417)

Dentre os diversos influxos, destacam-se as transformações no mundo do trabalho, advindas dos impactos decorrentes da revolução científica e técnica em curso desde meados do século XX; e o “projeto neoliberal restaurador” que se expressa sob a égide de três estratégias engendradas pelo grande capital: “[...] a “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), a “desregulamentação” (das

relações comerciais e dos circuitos financeiros) e a “privatização” (do patrimônio estatal)”. (NETTO, 2012, p. 417)

No Brasil, os desdobramentos dessa crise passam a serem sentidos em fins da década de 1980. A era neoliberal instaura-se no 1º governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998) com o processo de Reforma do Estado, cujo marco é a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, elaborado por Luiz Carlos Bresser Pereira, então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.

Essa Reforma do Estado tem como temas centrais o corte dos gastos sociais, a intensificação das privatizações, a ampliação de políticas voltadas para oferecer maior liberdade ao capital e a desregulamentação da força de trabalho com impactos nas leis trabalhistas e previdenciárias. (COSTA, 2006)

A citada Reforma traduz uma política econômica abalizada sob “nova” roupagem do liberalismo clássico que consiste em um processo complexo de medidas de reforma do papel do Estado e de novas possibilidades de enfrentamento da crise do Capitalismo nas relações capitalistas de produção. Em síntese, conforma-se como um Estado máximo para o capital e a formação de um Estado mínimo para o social.

A partir da ofensiva neoliberal ocorre uma mudança com relação às responsabilidades sociais do Estado à medida que as transfere para o chamado “terceiro setor”, através do incentivo que o governo FHC passa a dar às ações da sociedade civil com a lei da Filantropia, o Programa Comunidade Solidária, este sob a coordenação da primeira-dama, Rute Cardoso, além do fomento às ONGs e demais iniciativas privatistas. Essa ofensiva materializa-se na gestão privatista das Políticas Sociais (programas, serviços e ações) sob a égide dos “serviços não exclusivos” do Estado, mas, em parcerias com a sociedade civil (ONGs e mercado).

SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS. Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem “economias externas” relevantes, na medida em que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo

ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. (BRASIL, MARE, 1995, p. 41-42)

Nesse contexto, legitima-se o papel de Organizações Não Governamentais (ONGs) no Brasil no trato das expressões da “questão social”, ampliando a atuação em múltiplas denominações a serviço do interesse do mercado e/ou das organizações filantrópicas de caráter religioso ou não.

De acordo com a pesquisa do IBGE/MDS (2015), apenas na prestação de Serviços Socioassistenciais da Política de Assistência Social, há **13.659** entidades de assistência social privada sem fins lucrativos no Brasil, no período de 2014-2015:

De acordo com o levantamento da Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos – PEAS, no período de 2014-2015, foram identificadas como tal 13 659 Unidades de Prestação de Serviços Socioassistenciais, configurando um amplo conjunto de lares, orfanatos, albergues, asilos, centros de reabilitação, obras sociais diversas, casas de passagem, casas de acolhida, clubes de mães, grupos de apoio, núcleos de orientação, círculos de amigos, entre outras diferentes iniciativas sociais. Trata-se, assim, de um setor caracterizado por imensas diversidade e pluralidade, produto não só das próprias condições locais econômicas, políticas e institucionais em que se estabelece como também das demandas sociais e necessidades humanas com que se depara e dos tipos de respostas e resoluções que busca oferecer. (IBGE, 2015, p. 17)

Segundo essa pesquisa, há no Nordeste brasileiro 12,2% dessas entidades, superado esse percentual pelas Regiões do Sudeste com 52,5% e Sul com 25,9%; percentuais menores encontram-se nas Regiões Centro-oeste (6,8%) e Norte (2,6%). Na Paraíba, depara-se com 1,1% (aproximadamente 150) dessas entidades.

Em pesquisa realizada pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS), vinculado ao PPGSS/UFPB, no período de 2008-2012, verificou-se um número de **655** organizações não governamentais (em suas diversas tipificações) na cidade de João Pessoa/PB, envolvidas na prestação de serviços atinentes a variadas Políticas Sociais, incluindo ainda as ONGs que desenvolviam trabalhos de militância política, as entidades de Defesa de Direitos, sobretudo, das chamadas minorias (mulheres, negros, LGBT, crianças, etc.) e entidades de classe. (CORREIA, 2010)

Nesse contexto, as ONGs que despontaram no Brasil como sendo protagonistas e participativas junto aos movimentos sociais e, muitas vezes, à frente das bandeiras de lutas, atualmente, ocupam espaços que foram transferidos de setores públicos e atendem à lógica do Capital (relação de venda e troca de serviços), subsidiadas por recursos públicos.

O contexto dessas organizações constitui-se em um dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais brasileiros, cuja atuação não se efetiva no atendimento das demandas sociais na perspectiva da defesa de direitos. Segundo Iamamoto (2009, p.21), o assistente social vive “[...] uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social”.

Em torno dos impactos da crise sistêmica do capitalismo, dentre os quais, assinalam-se: a expansão da prestação de serviços sociais privados e filantrópicos desenvolvidos pelas ONGs, e, conseqüentemente, os rebatimentos da gestão privatista desses serviços na precarização do trabalho dos assistentes sociais, formulou-se o objeto desta pesquisa.

Contextualiza-se o objeto desta pesquisa nas inflexões da crise do capitalismo contemporâneo, sobremaneira, no projeto neoliberal que reproduz uma nova concepção de atenção à “questão social”, mediante a adoção da lógica de mínimos sociais e, desse modo, rompe com a perspectiva universalista de Políticas Sociais na negação da garantia de direitos. Sob o viés neoliberal, as Políticas Sociais se embalam nos princípios da solidariedade e responsabilidade social, marcados pelo caráter pontual, fragmentado, seletivo e focalista.

Os dados da pesquisa realizada no TCC, em 2014, possibilitaram verificar que as ONGs de João Pessoa/PB enfrentam dificuldades para a realização de suas ações, uma vez que seus espaços são restritos a um pequeno número de projetos sociais, aprovados através da parceria entre público e privado. Em outras palavras: as ações desenvolvidas pelas ONGs são financiadas com poucos recursos, advindos do Estado (entidades públicas) e/ou organizações privadas, o que inviabiliza a continuidade e amplitude de sua atuação. Essa escassez de recursos financeiros gera impactos na atuação dos trabalhadores nesses espaços sócio-ocupacionais.

Para discussão desse objeto de estudo, formulou-se os seguintes objetivos:

a) geral: Analisar o trabalho do assistente social nas ONGs a partir dos influxos da crise do capitalismo contemporâneo; b) específicos: Apreender a dinâmica de funcionamento das ONGs de João Pessoa/PB e sua relação entre o setor público e o privado no contexto de ofensiva neoliberal; Identificar os principais desafios e possibilidades dos assistentes sociais inseridos nas ONGs de João Pessoa/PB na busca pela garantia e oferta de programas de Políticas Sociais frente ao atual processo de precarização do trabalho; e Verificar as implicações que conformam as atuais condições e relações de trabalho do assistente social junto aos programas de Políticas Sociais implementados pelas ONGs.

A partir do conhecimento acumulado e das aproximações empíricas sobre as temáticas que permeiam o objeto deste estudo, construiu-se a seguinte hipótese de pesquisa: em razão do atual estágio do capitalismo contemporâneo, tem-se uma ampliação dos impactos sobre o trabalho, os trabalhadores e seus direitos, e o profissional de Serviço Social que atua nas ONGs também sofre implicações desse processo. Os assistentes sociais nas ONGs são afetados pela insegurança do emprego, mediante as relações precárias e flexíveis do vínculo empregatício com formas de contratação impingidas pela redução ou ausência de direitos trabalhistas.

A relevância da pesquisa ora em análise reside no fato de esta aprofundar o debate e contribuir com a produção de conhecimentos acerca dos desdobramentos da crise do capitalismo contemporâneo no âmbito das Políticas Sociais, e, nesse contexto conjuntural analisar os impactos no trabalho dos profissionais de Serviço Social, inseridos nas ONGs de João Pessoa/PB. Evidencia-se ainda a contribuição deste estudo investigativo ao Serviço Social, cujas competências e habilidades profissionais estão diretamente associadas à elaboração, implementação, execução e avaliação das Políticas Sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, contidas na Lei que regulamenta a profissão (Lei n º 8.662/93), com vistas à construção de um projeto societário em que predominem, cada vez mais, os elementos de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em torno dessa intencionalidade investigativa, fundamenta-se no referencial teórico-metodológico denominado materialismo histórico e dialético, por permitir contextualizar o objeto deste estudo a partir da crise do capitalismo contemporâneo

e da crítica aos influxos no mundo do trabalho que rebatem na classe trabalhadora, especificamente, no trabalho do assistente social que atua nas Organizações Não-Governamentais (ONGs).

O enfoque analítico-crítico desse referencial busca apreender as atuais relações de trabalho do profissional de Serviço Social nas ONGs em torno da relação público e privado, embalada no avanço do ideário neoliberal do Estado brasileiro. Nessa direção, as análises são norteadas pela totalidade marxista, na qual procura identificar as múltiplas contradições, determinações e implicações que medeiam o atual mundo do trabalho, o processo de trabalho, os trabalhadores e seus direitos.

Durante a coleta de dados, em 2015, detectou-se um universo de sessenta e cinco (65) ONGs, das quais seis (06) organizações tiveram o seu registro cancelado no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e, conseqüentemente, cinquenta e nove (59) organizações possuíam o registro ativo na cidade de João Pessoa/PB.

É importante elucidar que o cadastro realizado no CMAS habilita a organização a comprovar a sua condição de filantrópica e sem fins lucrativos perante a sociedade civil e aos demais órgãos governamentais, permitindo receber subvenções e solicitar convênios com os poderes públicos e privados.

A Lei Federal n.º 12.101/09, que dispõe sobre a Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social, estabelece ser da competência do CMAS o devido acompanhamento, sobretudo a fiscalização do processo que certifica as entidades e organizações que recebem financiamento público. O cadastro junto ao referido Conselho tem a finalidade de identificar, bem como fiscalizar na forma, na qualidade, no impacto, no uso dos recursos, no cumprimento dos princípios da política de Assistência Social, quando do assessoramento, atendimento e defesa dos direitos dos usuários.

Justifica-se a impossibilidade objetiva de pesquisar o universo das 59 ONGs em razão da amplitude numérica e da grande complexidade de atuação das ONGs cadastradas junto ao CMAS em João Pessoa. Também foram consideradas as limitações temporais (de 24 meses) para a realização e conclusão do Mestrado Acadêmico por envolver as seguintes atividades: cumprimento dos créditos obrigatórios, estágio docência, submissão do projeto à Plataforma Brasil, estudos

acerca das temáticas do objeto de estudo, coleta e análise dos dados, Pré-banca, elaboração e revisão dos capítulos e defesa. A ponderação desses aspectos levou a formular uma amostra representativa com menor recorte espacial, mas inserindo-a na perspectiva da totalidade.

Para proceder à formulação da amostra da pesquisa, foram adotados os seguintes critérios de inclusão do universo das 59 ONGs: a) contar com assistentes sociais na equipe de trabalho; b) ONG cadastrada no CMAS; c) possuir mais de dez anos de existência; d) ter reconhecimento social; e) desenvolver atuação em diversas Políticas Sociais e público-alvo distinto; f) ter acessibilidade para a realização da pesquisa; dentre outros. Como critérios de exclusão, adotou-se: a) as instituições que não possuem assistentes sociais na equipe técnica de trabalho; b) as que não atuam diretamente com as Políticas Sociais; c) e as organizações, cujos cadastros estejam irregulares (inativos ou cancelados) no Conselho Municipal de Assistência Social.

Em torno desses critérios de inclusão, foram escolhidas 06 (seis) ONGs, a saber: Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF); Casa “Pequeno Davi”; Associação Cunha Coletivo Feminista; Legião da Boa Vontade (LBV); Instituto dos Cegos “Adalgisa Cunha” e a Associação “Donos do Amanhã”.

Salienta-se que as ONGs selecionadas para a realização da pesquisa, possuem um perfil atuante nas diversas Políticas Sociais no município de João Pessoa/PB, com histórico de participação em lutas, movimentos e reivindicações da classe trabalhadora, bem como atendem distintos públicos alvo. Desse modo, releva-se a importância de investigar o funcionamento dessas Organizações, as parcerias realizadas, as estratégias para garantir a sustentabilidade e identificar as atuais condições de trabalho do profissional de Serviço Social, inseridos nesses espaços sócio-ocupacionais.

Da amostra das 06 (seis) ONGs, foram entrevistados dez (10) assistentes sociais que atuam em atividades remuneradas ou filantrópicas. Trata-se de uma amostra por acessibilidade (GIL, 2002), que se refere aos interesses e disponibilidade dos sujeitos em contribuir com a efetivação da pesquisa.

No que tange ao delineamento metodológico deste estudo investigativo, tipificou-se como uma pesquisa social aplicada ou pesquisa de campo com base nos procedimentos técnicos e instrumentais utilizados junto aos 10 (dez) assistentes

sociais, sujeitos da pesquisa, que atuam nas citadas 06 (seis) ONGs do município de João Pessoa, em 2015. “[...] o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade [...]”. (GIL, 2002, p. 53)

Quanto aos instrumentos e técnicas de pesquisa, recorreu-se ao uso de metodologias quantitativas e qualitativas nas fases de coleta e análise dos dados. Para coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada (perguntas abertas e fechadas) que permitiu o contato direto entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, bem como o uso do diário de campo para registro das observações assistemáticas, além do levantamento documental e bibliográfico.

Na fase de análise dos dados, realizada em 2016, adotou-se: a) para as questões fechadas, a discussão estatística descritiva com a leitura tabular simples e gráfica, além de quadros; b) para as questões abertas, o uso da análise de conteúdo por categorização temática, dentre outros procedimentos metodológicos.

Decerto, a pesquisa configura-se como uma das fases de maior dedicação e densidade, tendo em vista que é um dos momentos de maior acúmulo teórico e os desafios no tocante à aproximação com a empiria. No caso desta pesquisa, durante o processo de coleta de dados, buscou-se apreender novos conhecimentos a partir da reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades do espaço sócio-ocupacional do assistente social nas ONGs, bem como se deparou com diversas dificuldades.

Entre os principais desafios encontrados para a materialização desta pesquisa de campo, sinalizam-se: a dificuldade na realização dos contatos, os quais foram enviados e-mails e também foram realizadas ligações telefônicas, mas em alguns casos não se obteve retorno; a não liberação dos assistentes sociais pelas instituições empregadoras, demonstrando insegurança, resistência e/ou falta de interesse, tendo em vista a complexidade da temática; a não disponibilidade dos profissionais em participarem do estudo, ao demonstrarem receio em dialogar sobre a realidade vivenciada, além da indisponibilidade relacionada à falta de tempo no seu cotidiano de trabalho.

Merece ainda evidenciar quanto à operacionalização da pesquisa que nas fases de coleta e análise dos dados, teve-se a preocupação em transcrever, na íntegra os depoimentos coletados, através do uso do gravador, bem como

registrando dados objetivos no questionário. Todas as entrevistas realizadas neste estudo receberam uma identificação pelo número de sequência em que ocorreram.

Ressalta-se ainda que para desenvolver esta pesquisa, foram atendidos os preceitos éticos que estão previstos na nova Resolução Nº510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que

[...] dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. (MS/CNS, 2016, p. 1)

A participação dos sujeitos (assistentes sociais) na pesquisa ocorreu mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo encontra-se entre os apêndices desta Dissertação; assim como, a Certidão do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, em anexo.

Por fim, passa-se a apresentar a estrutura dos capítulos. O **primeiro capítulo** contextualiza A CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS INFLEXÕES NEOLIBERAIS: no Estado, nas Políticas Sociais e no Mundo do Trabalho. O debate inicial partiu da contextualização da crise estrutural do capitalismo em nível mundial, em seguida, o avanço do ideário neoliberal e seus rebatimentos na conjuntura atual brasileira, sobretudo, em torno do Estado, das Políticas Sociais e do mundo do trabalho.

O **segundo capítulo** AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL: o campo da (des)proteção social no enfrentamento às expressões da “questão social” elabora uma reflexão teórica e crítica sobre a emergência das ONGs no contexto brasileiro, estendendo-se à discussão sobre a transferência do público para o privado diante da ofensiva neoliberal, bem como a participação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) nas Políticas Sociais, seguindo do debate sobre a inserção do Serviço Social no contexto do “terceiro setor” e, por fim, a caracterização das ONGs de João Pessoa/PB, enquanto *locus* da pesquisa.

E o **terceiro capítulo** analisa AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR E O SERVIÇO SOCIAL: as atuais relações e condições de trabalho do assistente

social no âmbito das ONGs. Essa análise, embasada na interlocução teoria e empiria - leituras críticas dos dados da pesquisa -, sublinha a relação entre “Organizações Não Governamentais” e o Serviço Social, sobretudo as atuais relações e condições de trabalho do assistente social no âmbito dessas organizações diante da crise do capitalismo contemporâneo. Nesse Capítulo, buscou-se avaliar as tendências do trabalho nas ONGs; as configurações do trabalho do assistente social no tocante aos salários, a carga horária e aos demais direitos trabalhistas; e apontando-se ainda os desafios e perspectivas na defesa dos direitos nesse espaço sócio-ocupacional.

Em termos conclusivos, assinala-se que esta análise investigativa acerca do trabalho do assistente social nas ONGs sob a perspectiva da crise estrutural do capitalismo que expressa a precarização do mundo do trabalho e das Políticas Sociais, contribui enquanto uma crítica à dinâmica neoliberal, marcada pela privatização dessas Políticas e pela flexibilização dos direitos sociais, exploração da força de trabalho humana e constante insegurança no emprego.

Por fim, para proceder a esta análise crítica embasou-se nas competências e habilidades profissionais diretamente associadas à elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, contidas na Lei que regulamenta a profissão (Lei n º 8.662/93), com vistas à construção de um projeto societário em que predomine a cultura política de uma sociedade mais justa e igualitária.

1 A CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS INFLEXÕES NEOLIBERAIS: no Estado, nas Políticas Sociais e no Mundo do Trabalho

Neste estudo investigativo, a análise do objeto acerca do trabalho dos Assistentes Sociais nas Organizações Não Governamentais (Ongs) apresenta-se contextualizada a partir da crise do capitalismo contemporâneo. Trata-se de um marco histórico interpretado e polemizado em vasta literatura das mais diversas fontes, tendências e áreas de conhecimento. Embora se reconheça a pluralidade de acepções, nesses debates prevalece à indicação conceptual de ser uma crise de caráter estrutural.

Adota-se a análise sobre crise do capitalismo sob a perspectiva da totalidade, por considerar todos os determinantes da vida em sociedade como um todo. Subentende afastar-se das discussões perpassadas pela concepção microsocietária e particular, as quais alienam o fenômeno em sua essência. Em torno desse entendimento, para compreender a crise do capitalismo contemporâneo e seus rebatimentos no cenário brasileiro é fundamental abalizar a essência das dinâmicas da financeirização mundial da riqueza, sobretudo as consequências sobre o trabalho, os trabalhadores e seus direitos.

De modo a contextualizar o processo de financeirização mundial da riqueza procedeu-se a um enfoque temporal derivado da crise do capitalismo dos anos 1970, por considerá-la uma crise de caráter estrutural ao envolver todo o sistema da ordem capitalista, e, como tal, traduz-se em uma crise que revela a incapacidade do capitalismo de encontrar soluções duradouras para seus problemas.

As estratégias engendradas pelo grande capital para enfrentamento da crise apresentam intensas contradições e transformações societárias que incidem sobre o adensamento das expressões da “questão social” e aprofundam as desigualdades sociais por envolver a totalidade social da sociedade tardo-burguesa, que emerge da restauração do capitalismo, operada desde fins dos anos 1970.

Desse modo, a única certeza que se possui é a de que, deixado por si mesmo, o capitalismo em crise de caráter estrutural não será capaz de oferecer algo justo e protetivo para a humanidade no tocante aos ganhos civilizatórios.

A elaboração deste Capítulo intenta, em primeiro momento, analisar a crise do capitalismo contemporâneo e suas inflexões no mundo do trabalho, nas políticas sociais, ou seja, na vida em sociedade; apreender criticamente as formas de saída de crise do capitalismo, no marco conjuntural das décadas 1970-1980 e as suas múltiplas determinações até os dias atuais.

Para tentar alcançar tais objetivos, torna-se indispensável remeter a discussão sobre as seguintes inflexões: reforma de Estado ou contrarreforma do Estado, neoliberalismo, flexibilização do trabalho, a responsabilização da sociedade no trato da “questão social” ou desproteção social, entre outras, enquanto mediações que perpassam as profundas transformações societárias que advêm da crise estrutural do capitalismo que se materializam no “esgotamento dos padrões civilizatórios do capital” (LUKACS, 1968) e no crescimento da barbárie cotidiana.

1.1 A Crise do Capitalismo Contemporâneo: os influxos na vida em sociedade

A história do modo de produção capitalista indica que as crises não são um acidente de percurso e nem são ao mesmo tempo algo independente do movimento do capital. Elas são formas eficientes de “*impor a lei do valor*”, porque é durante as retomadas da produção, que o capital concentra-se, destrói os capitais mais “frágeis” através da concorrência e amplia o domínio dos grandes oligopólios. (MANDEL, 1990, p. 113). Evidencia-se, assim, que as crises são necessárias à própria sobrevivência do sistema capitalista.

Mandel (1990, p. 209) afirma que, no debate atual sobre a crise, duas escolas se confrontam, sendo elas: “A que explica as crises pelo subconsumo das massas (a superprodução de bens de consumo) e a que explica pela superacumulação (insuficiência de lucros para expandir os bens do capital)”. Em continuidade a essa reflexão, o autor ressalta que as crises de superprodução e superacumulação são complementares e indissociáveis das relações de produção capitalista.

Com base na linha investigativa marxista, o referido autor pontua que a teoria geral das crises¹ permite apreender a dinâmica das crises cíclicas do capitalismo, no entanto é indispensável considerar os elementos particulares de seu marco histórico que apontam as contradições específicas da economia capitalista, bem como a luta de classes.

No tocante às condições para a efetivação de um período de crise, Mandel (1990) ressalta as seguintes: primeiro, a dificuldade de manter as matérias primas com preços baixos, devido à baixa elasticidade da produção; segundo, quanto mais longo o período de expansão, mais complexo será para o grande capital encontrar setores mais lucrativos, e por fim, a livre concorrência do capital acentua a queda nos preços das mercadorias. Logo, quando o valor das mercadorias baixa, obriga o capitalista a acentuar a extração da mais-valia, resultando na adoção de técnicas mais modernas, sobretudo, precarizando o mundo do trabalho.

Para a apreensão da crise do capitalismo contemporâneo e as particularidades no Brasil, atenta-se que a mesma significa “[...] expressão concentrada das contradições inerentes ao Modo de Produção Capitalista - MPC, a crise é ‘constitutiva do capitalismo’. Ou seja, não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”. (NETTO, 2008, p. 157)

Segundo Netto e Braz (2006), crises podem ocorrer em sociedades onde não é predominante o MPC. Nessas sociedades pré-capitalistas, registram-se também perturbações na produção que acarretam empobrecimento e miséria. A característica desse tipo de crise reside no fato de ser resultado de catástrofes sociais e/ou desastres naturais, ocasionando a destruição dos meios diretos de

¹ “Ao analisar as crises de 1971/1975, 1976/1982 e 1982/1986, Mandel assevera que todas foram marcadas por forte recessão e tímidos sintomas de recuperação que devem ser compreendidos na convergência de ‘crises de tipos diferentes’: 1) uma crise clássica de superprodução, mas com autonomia relativa do ciclo do crédito em relação ao ciclo industrial, o que impediu a repetição da crise de 1929/1932; 2) uma combinação da crise clássica de superprodução com a mudança brusca da ‘onda longa’ de crescimento que, ao final dos anos 1960, cessou de se expandir; 3) uma nova fase do sistema imperialista, que, a partir da década de 1970, foi obrigado a partilhar parcela maior de mais-valia mundial obtida na exploração indireta das ex-colônias, entre burguesia imperialista e as classes proprietárias dos países semicoloniais; 4) uma crise social e política agravada nos países imperialistas resultante de dois processos: de um lado, a conjunção da depressão econômica e das lutas operárias, combatividade e politização da classe trabalhadora, e, de outro, a reação burguesa de impor aos trabalhadores o peso da crise e a redistribuição da mais-valia” (MANDEL, 1990, p. 221). A análise de Mandel (1990, p. 222), assinala que a conjunção dessas quatro crises com a crise estrutural “acentua a crise de todas as relações sociais burguesas, e, mais particularmente, a crise das relações de produção capitalistas”.

produção e apresentando como consequência imediata a carência dos bens necessários à vida em sociedade. Tais crises revelam uma insuficiência na produção de valores de uso e, desse modo, podem indicar uma crise de subprodução de valores de uso.

Já as crises no contexto do Modo de Produção Capitalista são inteiramente diferentes. Netto e Braz (2006, p. 158) explicitam que a primeira é marcada pela diminuição da força de trabalho, a qual causa a redução da produção; mas, na crise capitalista ocorre o contrário, pois é a redução da produção que gera o desemprego, ou seja, “[...] que numa é causa, noutra é efeito”. Assim, as crises expõem uma diferença essencial:

A crise capitalista aparece inversamente à crise pré-capitalista, como superprodução de valores de uso - mais precisamente: não há insuficiência na produção de bens, não há carências de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, isto se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 158)

Para esses autores, as crises não detêm uma única causa; elas são resultados da dinâmica contraditória do MPC. Em síntese, Netto e Braz (2006) ressaltam as causas mais determinantes para que a prosperidade do capitalismo seja interrompida: a primeira é a anarquia da produção, onde é possível elencar que a produção capitalista não obedece a nenhum planejamento ou controle global, acarretando uma inundação de mercadorias sem destino certo; a segunda causa é a queda da taxa de lucros, aqui é possível verificar que cada capitalista responde, individual ou privadamente, à queda, por conseguinte, observa-se que a resultante desse processo acaba por contribuir para a eclosão das crises; e por fim, o subconsumo das massas trabalhadoras, sendo justamente o descompasso entre a magnitude da produção de mercadorias e a possibilidade de sua realização, tendo em vista que as massas não possuem de meios para comprá-las.

As particularidades da crise contemporânea assinalam que as ideologias burguesas buscam transformar as crises do capitalismo como fenômenos naturais e que fogem ao controle das sociedades. As crises são inevitáveis sob o capitalismo;

mas é perfeitamente possível e viável uma organização da economia estruturalmente diferente da organização capitalista, ser capaz de suprimir as causas da crise. (NETTO, 2008)

Em torno dessa percepção, afirma-se que as crises expressam as contradições presentes no MPC, uma vez que são crises funcionais ao próprio modo de produção por constituírem mecanismos mediante os quais esse modo se restaura. “As crises – por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas consequências – não têm o dom de conduzir o MPC ao colapso [...]; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo”. (NETTO, 2008, p. 163-164)

Na década de 1970, o grande capital é atingido por uma crise de caráter global ao se espriar em todo ciclo reprodutivo. O capital, que vinha alcançando saltos de acumulação e crescimento, durante o período conhecido como “30 anos gloriosos”² – fim da Segunda Guerra Mundial até início da década de 1970 -, começa a se exaurir e a entrar em longa fase de estagnação, carreando sérios danos para a acumulação mundial. Com a estagnação econômica instalada nesse período, o capitalismo foi obrigado a desenvolver grandes transformações na sua lógica de acumulação, as quais se destacam as estratégias articuladas pelo tripé: reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. (NETTO; BRAZ, 2006)

Nessa direção, Mota (2012) baliza que a crise advinda em meados de 1970 foi concebida como esgotamento do padrão fordista-keynesiano, razão da proposta da diminuição do papel do Estado no atendimento das demandas sociais, bem como a supressão das regulações do trabalho e do controle do capital, dando ênfase ao projeto neoliberal. O avanço desse projeto traduziu a generalizada privatização do Estado, mercantilização dos serviços públicos e a redução dos benefícios da seguridade social.

² Denominado por Mandel (1990, p. 11-12) de “onda longa expansiva”, esse período garantiu um alto nível de concentração do capital. Durante as três décadas o capital gozou de intensa reprodução. O autor referencia que essa expansão “[...] propiciou um novo salto para a concentração de capitais e a internacionalização da produção, as forças produtivas ultrapassando cada vez mais os limites do Estado burguês nacional”.

Seguindo essa lógica crítica de análise, Behring (2003b) corrobora que as mudanças em curso passam por uma nítida reação do capitalismo ao ciclo recessivo, aberto a partir da década 1970, que pressiona por uma refuncionalização do modelo de Estado, a qual desencadeia as transformações no mundo do trabalho e da produção, da circulação e da regulação.

A citada autora argumenta que as tentativas de retomada da taxa de lucro nos níveis dos “anos de ouro” do capital do pós-guerra ocorreram seguindo três eixos: a) a reestruturação produtiva – que fragiliza o processo de resistência da classe trabalhadora ao aviltamento de suas condições de trabalho e de vida, facilitando a captação de super lucros; b) a mundialização – uma rearticulação do mercado mundial, com redefinição da especialização dos países e forte presença do capital financeiro; e, c) o neoliberalismo – representando as reformas liberalizantes, orientadas para o mercado, que combina uma forte ofensiva intelectual e moral, com o objetivo de criar o ambiente propício à implementação dessas proposições, diluindo as possíveis resistências.

A contribuição de Mészáros (2011, p. 798-799) sobre a crise de caráter estrutural que demarca o início da década 1970, não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas do capitalismo - *produção, consumo e circulação/distribuição/realização*. Desse modo, o seu significado está intimamente atrelado à ocorrência de perturbações cada vez maiores na efetivação da tripla dimensão da autoexpansão do capital.

Nesse aspecto, o referido autor destaca que a crise não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. Sobre esse ponto, esse autor afirma que, enquanto essas dimensões estiverem funcionando normalmente, não há nenhuma crise de caráter estrutural, podendo haver outros tipos de crise, como as cíclicas, que não afetam as três dimensões em conjunto; e, portanto, não coloca “em questão os limites últimos da estrutura global”.

Mandel (1990) chama atenção para o fato de que é durante os períodos de crise que o modo de produção capitalista se manifesta, com mais intensidade, e consequentemente apresenta a sua incapacidade de solucionar as contradições que cria. A fome de 1973/74 na Zona do Sahel, na África, e em zona importante da península indiana, representa um claro exemplo da irracionalidade da produção

capitalista que estabelece o lucro ao invés do atendimento das necessidades humanas. O desemprego durante os anos 1975/76 também atingiu níveis extraordinários para a maioria dos países europeus e para os Estados Unidos, que se deve, sobretudo, ao recuo da produção industrial nos países centrais, bem como a agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Sob esse prisma, Mandel ressalta que todas as crises que irromperam após os anos 1970 trouxeram sérios influxos à classe trabalhadora, como é possível visualizar na reflexão abaixo:

Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego e o medo do desemprego, a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnações) dos salários reais, a aceleração dos ritmos da produção, as perdas de conquista em matéria de condições de trabalho e de seguridade social, a redução das proteções construídas na fase de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes. (MANDEL, 1990, p. 231)

Também referenciada na perspectiva analítica marxista, Gomes (2013, p. 54) contextualiza que instalado o período de crise, a massa burguesa se habilitou a justificar as causas do mesmo, acusando o poder excessivo dos sindicatos e movimentos sociais, os quais pressionavam por melhores condições salariais e encargos sociais do Estado, e, assim, destruindo o nível de lucro requerido pelas empresas e desenvolvendo processos inflacionários. No entanto, a citada autora assevera que essa explicação possui um caráter simplista, pois o núcleo causal da crise não se reportava apenas à dificuldade de escassez ou mesmo ao desemprego crescente, devido à alta queda na taxa de lucros e da elevação dos salários, mas ao efeito do esgotamento do padrão de financiamento público da economia capitalista, que se amplia no período pós-guerra. “Entretanto, o fato é que, por detrás do financiamento dos serviços sociais públicos, a utilização de recursos se deu, sobretudo, para a estruturação da reprodução do capital e aí é que se encontra uma das razões da crise”. (GOMES, 2013, p. 54)

Segundo a explicação crítica de Netto (2012, p. 415-416), o cenário atual manifesta uma terceira “crise sistêmica”³ do capitalismo, que não é uma mera crise

³Para Netto (2012, p. 426) a “crise sistêmica” do capital subentende uma crise diferente das crises cíclicas que atingem o capital, as quais eram administradas com êxito pelos gestores capitalistas, mediante as políticas keynesianas. Mas, a sistêmica, acarretou *exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital*, ou seja, “Em todos os níveis da vida social, a ordem tardia do

que desponta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica envolve toda a estrutura do capitalismo. Para esse autor,

A primeira destas crises emergiu em 1873, tendo como cenário principal a Europa e se prolongou cerca de 23 anos; marcada por uma depressão de mais de duas décadas, ela só se encerrou em 1896. A segunda crise sistêmica que o capitalismo experimentou explodiu em 1929 e, como todo mundo sabe, foi catastrófica; não teve por espaço apenas uma região geopolítica determinada: ela envolveu o globo; durou em torno de dezesseis anos e só foi ultrapassada no segundo pós-guerra.

Netto acrescenta ainda que a atual crise do capitalismo contemporâneo, em curso nas últimas décadas, apresenta todas as indicações mais sólidas de uma crise que é de natureza “sistêmica” ou mesmo “estrutural” nos termos de Mészáros (2011). Ainda para esse autor, tais crises “[...] são os indicadores mais visíveis de uma só crise: são indicadores da emergência de uma nova crise sistêmica do sistema capitalista e que apresenta traços inéditos em relação às duas anteriores”. (NETTO, 2012, p. 416)

Na visão de Gomes (2013), o ponto de partida desse contexto chama-se processo de mundialização do capital⁴ que corrobora com o ordenamento da produção e reprodução social, reafirmando o significado das instâncias políticas e econômicas, consolidando a estruturação multifacetada de uma cultura e um *ethos* que se apresenta como uma estratégia de enfrentamento dos dilemas que solapam as bases do seu próprio sistema.

Nessa acepção, essa autora evidencia que tal crise exprime um contexto de total expansão e plenitude da liberdade do capital para se desenvolver e autovalorizar-se, permitindo a burguesia dirigente abrir mão do consenso social-

capital não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores e mesmo para a humanidade.

⁴Segundo Chesnais (1995, p. 34), a mundialização do capital é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos, os quais compreendem o período do pós- crise da década 1970. Termo que se aproxima ao conteúdo do sentido norte-americano de “globalização”, mas com diferenças conceituais. Para esse autor, “O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan”. (CHESNAIS, 1995, p. 34)

democrata a que se submeteu no pós 45, no qual para expandir a sua hegemonia, incorporou demandas dos trabalhadores e favoreceu o alargamento das bases históricas do Estado moderno. (GOMES, 2013)

Nessa análise, o que parece fecundo é apreender o significado atual da crise do capitalismo. Parte-se da premissa de que esta é uma crise estrutural, portanto, de dimensões societárias por atingir a sociedade tardo-burguesa, imanente ao capital, que tem se adensado diante do seu caráter “estrutural, crônico e cumulativo”. Desde a crise de 1929, o capitalismo não presenciava um processo tão crítico, aflorando inclusive no próprio discurso dos detentores do capital, seus gestores e políticos. (MÉSZÁROS, 2009) Assim, a crise é estrutural do sistema capitalista contemporâneo e possui como raiz profunda o excesso de capacidade de produção que não encontra retorno de venda.

Cumprir notar que essa crise demarca uma conjuntura de total expansão e liberdade do capitalismo, crescendo-se a tendência de cortes de direitos e de conquistas sociais. É um momento histórico de flexibilizações, inseguranças, riscos, desproteção, incertezas e fragmentações.

Para enfrentar esse contexto de crise – crise de lucratividade, sustentada fortemente pela incapacidade de vender tudo o que produz -, o sistema capitalista desenvolve algumas estratégias:

[...] uma das formas típicas radica no acirramento da exploração da força de trabalho, ampliando até as formas de extração da mais-valia absoluta; outra forma é a fuga de capitais para outras fronteiras nacionais, em países sem excesso de mercadorias em relação à demanda; outra forma é a diminuição do investimento na atividade produtivo-comercial e o reinvestimento na atividade financeira. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2012, p. 183)

No processo de enfrentamento da crise, os Estados nacionais abrem as suas fronteiras ao capital especulativo, como forma de atrair o excedente mundial. Para complementar essas estratégias, os governos se distanciam da postura protecionista que marcou as décadas de 1950-1960 com base nos princípios keynesianos que fundaram o chamado *WelfareStatee* dos padrões fordistas de produção, que também entram em crise.

Marx *apud* Mészáros (2002, p. 798) anuncia que está na natureza do MPC superar as barreiras que são postas, destacando:

A tendência ao criar o mercado mundial está presente diretamente no próprio conceito do capital. Todo limite aparece como uma barreira a ser superada. Inicialmente, para subjugar todo momento da produção em si à troca e para suspender a produção de valores de uso direto que não participam da troca...

Mas o fato de que o capital define cada um destes limites como uma barreira e, conseqüentemente, avance idealmente para além dela não significa, de modo algum, que a tenha realmente superado, e, já que toda barreira contradiz seu caráter, sua produção se move em contradições que são constantemente superadas, mas da mesma maneira são constantemente repostas. Além disso, a universalidade que persegue irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, que, em certa fase de seu desenvolvimento, permite que ele se reconheça como sendo, ele próprio, a maior barreira a esta tendência, e conseqüentemente o impulsionará para sua própria suspensão.

Em torno das principais medidas de enfrentamento à crise, evidencia-se ainda a necessidade de recomposição e ajuste entre as forças produtivas, bem como um ataque sistemático à consciência de classe, gerando inflexões na forma de produção, flexibilizando o mundo do trabalho e implementando mecanismos sociopolíticos que assegurem a sua reprodução.

Em face da magnitude da atual crise, o seu enfrentamento seria impensável sem o papel ativo do Estado. Cantalice (2014, p. 44) ressalta que:

[...] a alteração fundamental é a redução de sua ação reguladora, com ênfase na pulverização de suas funções legitimadoras – demandas advindas do trabalho. O que ocorre são incisivos cortes nas coberturas sociais públicas e no conjunto dos direitos sociais. O objetivo perseguido é a redução do ônus do capital no que se refere à reprodução da força de trabalho, quebrando o “pacto social” - erigido via *welfarestate* - e reafirmando o caráter (burguês) classista do Estado. Ao fim o que se pretende com essa redução é a destituição dos gastos sociais e a maximização das funções econômicas do Estado.

Constata-se, assim, uma acentuada severidade da crise estrutural do capitalismo, sobretudo ao se firmar o avanço neoliberal – como opção para saída da crise capitalista e restauração das taxas de juros – que permitiu a formação de uma

cultura expressa na lógica de mercado e da regulação estatal mínima na gestão das políticas sociais, além da liberdade política e econômica. A partir de então, a estratégia, revestida de uma concepção modernizante, procura imprimir uma visão de mundo burguesa, a qual aponta o mercado como uma solução para a obtenção da liberdade política, “[...] concretizando a difusão massiva de idéias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas das classes trabalhadoras”. (MOTA *apud* GOMES, 2013b, p. 246)

O neoliberalismo⁵ rompe com a perspectiva socialdemocrata, o Estado-Nação e o “*Welfare State*” para impor uma ‘nova’ ordem social e econômica com vista a fortalecer a acumulação capitalista e preservar a exploração da força de trabalho humana. Os ajustes neoliberais rebatem fortemente nas relações formais de trabalho, tencionando a flexibilização das relações de produção, incentivadas pela revolução tecnológica e mais uma vez fragilizando a organização dos trabalhadores como forma de diminuir e/ou eliminar as resistências ao processo de (contra) reformas neoliberais.

No Brasil, os ajustes ocasionados pela ofensiva neoliberal geram um ensaio de “Reforma do Estado”⁶, decerto, uma verdadeira contrarreforma, por se constituir um retrocesso dos direitos civis e trabalhistas, fundada pela necessidade do capital de liberalizar os mercados, aumentar os lucros e incentivar os juros. Tais ajustes são concebidos como responsáveis pelo desmonte das bases de regulação das relações produtivas, sociais, políticas e econômicas. Essa dita Reforma articula-se à reestruturação produtiva⁷, à retomada das elevadas taxas de lucro da ampliação da

⁵No caso do continente latino-americano, o grande compromisso assumido pelos neoliberais seria restituir um novo cenário de crescimento, prometendo acabar com a crise da dívida e a alta inflação, através da liberalização econômica e da política de privatizações. Nessa direção, as promessas desenvolvimentistas de superação do subdesenvolvimento passariam a ser continuamente negadas e substituídas pelo novo consenso político neoliberal, liderado pela oligarquia financeira internacional e organizado em torno do *Consenso de Washington*. (MARANHÃO, 2014, p. 311-312)

⁶A reforma do Estado não é um fenômeno isolado, mas decorre de uma série de mudanças nas relações internacionais, especialmente no comércio mundial e na organização das forças políticas entre os diferentes países, como um elemento da organização de um novo padrão de produção capitalista. Expressa uma composição das forças sociais, a concretização de um movimento conservador que buscou suprimir os avanços construídos a partir do modelo do Estado de Bem-estar Social. (COSTA, 2006, p. 155)

⁷Tratar de reestruturação do capital e da reforma do Estado no Brasil requer algumas breves considerações. O processo de implantação e desenvolvimento do capitalismo na América Latina, e em especial no Brasil, seguiu caminhos diferentes do Europeu e, inclusive, do norte-americano. Neste

hegemonia política e ideológica capitalista e visa cada vez mais alterar as bases do “Estado de Bem-Estar Social” e do conjunto da sociedade diante da ruptura do chamado “pacto socialdemocrata”.

Essa Reforma foi gerada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), que a colocou como condição imprescindível de governabilidade mediante a promessa de alcançar a retomada do crescimento econômico e a melhoria do quadro social brasileiro. Com esses propósitos, em 1995, aprovou o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado⁸.

Outro aspecto a ser ressaltado no supracitado Plano é o programa de publicização, que se expressa na criação de agências executivas e de organizações sociais, bem como a regulação do “terceiro setor”. Esse Plano materializa-se mediante a substituição da lógica pública governamental, sobretudo defendida na Lei Orgânica da Assistência (LOAS), aprovada em 1993, que se opõe ao preceito

território, a transição para a consolidação do sistema capitalista apresenta diferentemente dos países centrais, duas características, sendo elas: a primeira se refere à constituição de capitalismo-oligárquico-dependente, que, ainda no século XIX e início do XX, estava baseado no latifúndio tradicional e no modelo colonial de exportação; em segundo lugar, o capitalismo industrial nasce subordinado à fase imperialista, numa nova forma de colonialismo, isto é, a dependência tecnológica e financeira. Esse fator manteve e confirma o elemento colonial e dependente do nosso país, mudando apenas o centro da relação; Espanha-Portugal / Inglaterra-EUA. Contudo, o capitalismo latino-americano, de base oligárquica e dependente, é constituído como um sistema “desindustrializado”, de extração/exportação de matérias-primas e importação/consumo de produtos industrializados nos países centrais. Nesse caso, a industrialização desenvolveu-se através da substituição de importações, a qual demandava a presença estatal, participação engajada dos trabalhadores, enquanto produtores e consumidores, e a transferência de tecnologia produzida nos países centrais. Para tanto, a industrialização teve que ser feita por meio da ampliação do emprego, com o intuito de aumentar a produção, quanto da elevação do salário real, para concretizar o consumo. Surge, então, “[...] a *tardia e dependente construção de uma sociedade brasileira industrializada*, fundada no trabalho urbano assalariado, propicia a constituição de um também *tardio e inacabado Estado ‘protecionista’*.” (MONTAÑO, 2010, p. 32, grifo do autor). Assim, é possível afirmar que essa aliança, que foi tensa e inconstante, desenvolveu as relações entre proletariado, as organizações sindicais e o Estado. Porém, no final dos anos 1970, constatam-se os indícios de esgotamento desse padrão de desenvolvimento, com sérias mudanças na intervenção social estatal, nos espaços organizacionais, social e, sobretudo financeiro, o que provocaria, na década seguinte, uma série de tentativas de reestruturação. (MONTAÑO, 2010)

⁸“O ‘Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado’, aprovado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, defende como tese central a ‘crise do Estado’, associando-a aos modelos de desenvolvimento adotados pelos governos passados. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado colocou que o Estado deve estar fora do setor produtivo e usou do argumento de excesso do Estado na esfera produtiva para justificar a deterioração dos serviços públicos”. (COSTA, 2006, p. 168)

constitucional de 1988, mediante a lógica privatista do recém Programa Comunidade Solidária (1995).

Esse Programa retoma o primeiro damismo, dirigido por dona Ruth Cardoso, atrelado ao processo de privatização das áreas sociais a partir da transferência da gestão programática e financeira governamental para o “terceiro setor”.

Esse processo estabelece um termo de parceria com ONGs e demais instituições de caráter filantrópico para a implementação de políticas sociais. A esse “novo” modelo na área social se combina ainda aos serviços voluntários, que desprofissionalizam a intervenção nessas áreas, principalmente remetendo as ações ao discurso da solidariedade, com enfoque no bem-comum através do trabalho voluntário (não remunerado).

Segundo Montaño (2010, p. 46-47), para operacionalizar esse processo de “publicização” dos serviços sociais, três conceitos viram “[...] palavras de ordem: descentralização, organização social e parceria”. A primeira, definida de forma ampla, engloba tanto a transferência de decisões para as unidades subnacionais, como a delegação de autoridade a administradores de nível mais baixo. Em outros termos: a lógica é que as políticas sociais possam ser desenvolvidas com um controle muito maior da população se estas forem descentralizadas.

A segunda consiste no tipo de organização social a partir de uma instituição central para o desempenho das atividades sociais e científicas. E, por fim, criam-se leis e incentivos para essas organizações sociais, para a filantropia empresarial, para o serviço voluntário mediante uma relação de “parceria” entre tais organizações e o poder público. Esse conceito representa a derresponsabilização do Estado de resposta à “questão social” com a transferência para o setor privado (privatização).

Essa operacionalização da gestão privatista das políticas sociais conduz o Estado a promover profundos cortes nos gastos sociais e prioriza o governamental nas políticas voltadas à maior liberdade ao mercado.

O ideário da Reforma do Estado no Brasil imbrica-se na experiência inglesa, datado no processo de privatização implementado pelo governo Thatcher (1979 a 1990) “[...] com cortes nos investimentos visando ajuste fiscal, com efeitos negativos para a população que depende dos serviços públicos, e a contenção dos salários reais, com efeito concentrador de rendas e da riqueza”. (COSTA, 2006, p. 167)

A inovação histórica da crise atual do capitalismo reside no fato de que ela apresenta um “caráter universal”, abrangendo todas as esferas do sistema, “[...] um *alcance* verdadeiramente *global*, atingindo a totalidade dos países; uma *escala de tempo* extensa, *contínua* e um modo *rastejante* de se desdobrar. Desse modo, a crise estrutural do capital afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795-796)

O livro *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*, de David Harvey (2011, p.13) considera que a atual crise contemporânea do capitalismo se expandiu a partir da especulação imobiliária nos EUA em 2008 e se revela como uma expressão da própria crise. Embora a crise tenha se situado no estouro da “bolha imobiliária”, todos os segmentos da economia norte-americana se encontravam com problemas profundos.

A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e lojas e fábricas fecharam. [...] O comércio global internacional caiu um terço em poucos meses, criando tensões nas economias majoritariamente exportadas, como a da Alemanha e a do Brasil. [...] O desemprego começou a aumentar a uma taxa alarmante. [...]. Esta foi, sem dúvida, a mãe de todas as crises.

O que é possível apreender das análises críticas dos autores citados é que as crises, de fato, são vistas pela grande burguesia capitalista como necessárias, uma vez que garantem o equilíbrio no modo de produção capitalista. “As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável”. (HARVEY, 2011, p. 65)

A crise atual irrompe no contexto da mundialização do capital, que tem como finalidade a reanimação dos investimentos capitalistas e um forte incentivo à expansão do mercado privado. Nessas condições, faz-se apologia à lógica da globalização como marco da contemporaneidade. Com efeito, esse discurso apologético mascara os malefícios da mundialização do capital e a sua face perversa com impactos destrutivos no emprego, nos salários e nos sistemas de proteção social no país.

Segundo Boschetti (2012), essa crise produz, atualmente, os seus efeitos mais nefastos, cujas implicações destrutivas, expressas na imensa desigualdade

social, são escamoteadas em nível mundial pela maioria dos governantes, pela mídia e por diversos segmentos das classes dominantes.

Para Netto (2012, p.202), “[...] o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural [...]” tensiona a configuração das Políticas de Proteção Social no ideário neoliberal a partir do trinômio: *privatização, focalização e descentralização*.

A *privatização* por transferir para o grande capital, parcelas expressivas do patrimônio público, a exemplo dos leilões das empresas públicas; a *focalização*, expressa o direcionamento das políticas sociais aos segmentos populacionais agora classificados como excluídos e vulneráveis, bem como o enfoque na redução da “extrema pobreza”; e a *descentralização* traduz-se na transferência de atribuições e competências do governo central e da esfera estadual de governo para o governo municipal.

No conjunto das medidas engendradas pela ofensiva neoliberal, os direitos duramente conquistados no texto constitucional, são submetidos à lógica do ajuste fiscal. (BEHRING, 2003) Nesse sentido, as transformações societárias provocadas por esse ajuste indicam uma série de vitórias do grande capital, cujo ônus recai sobre a classe que vive do trabalho, uma vez que lhe custa o emprego, o aumento da exploração, com elevadas jornadas de trabalho, rotatividade e fortes ataques à seguridade social.

No que se refere às formas de enfrentamento das velhas e novas expressões da “questão social”, Netto (2012, p. 427) sinaliza dois fenômenos: o primeiro insere-se “[...] no marco do que LöicWacquant caracterizou como sendo a substituição do ‘Estado de Bem Estar Social’ pelo ‘Estado penal’, a repressão estatal se generaliza sobre as ‘classes perigosas’”. Nesse entendimento, a repressão deixou de ser uma excepcionalidade — e se torna um estado de guerra *permanente*, dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos “trabalhadores informais”, estado de guerra que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos.

O outro fenômeno arrolado por Netto consiste no discurso emergente do novo assistencialismo, a nova filantropia que satura as respostas — estatais, privadas e estatal/privadas, mediante as chamadas “parcerias público *versus* privado” — que configuram o modelo de resolução às políticas sociais implementadas desde os anos 1980-90 para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea. Desse

modo, já não se está diante da tradicional filantropia⁹, mas agora se enfatiza o discurso dos “[...] *excluídos com a pretensão de apenas atender a penúria mais extrema, a indignância* — conforme seu próprio discurso pretende confrontar-se com a *pobreza absoluta* (vale dizer, a miséria extrema)”. (NETTO, 2012, p. 427)

Nesse contexto de crise do capitalismo, todos os países seguiram orientações do Banco Mundial e instituíram contrarreformas¹⁰ com foco no Estado Social que reduziram os direitos da classe trabalhadora (BEHRING, 2003b). A tendência aponta para um brutal corte dos direitos sociais, afirmando-se que é no mercado que deve ser comprado o benefício da aposentadoria, o seguro de saúde, enquanto setores atrativos para os investidores privados. Sob esse argumento os benefícios da seguridade social são transformados em “produtos” para a absorção do mercado.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo* (17/05/2016), em entrevista com o atual ministro da saúde, Ricardo Barros, sobre o retorno da privatização, ressalta-se que: “Quanto mais gente puder ter planos, melhor porque vai ter atendimentos

⁹Já não se está diante da tradicional filantropia (de base confessional e/ou laica) que marcou os modelos de assistência social que emergiram no século XIX nem, muito menos, diante dos programas protetores ou de promoção social que vieram a institucionalizar-se a partir do Estado de Bem-Estar Social. (NETTO, 2012, p. 427)

¹⁰Boschetti (2016, p. 123-126) faz uma síntese sobre as tendências equivalentes aos períodos de contrarreformas, as quais foram implementadas de maneira particular em cada país de capitalismo periférico. “Essas medidas constituem o endurecimento dos critérios de elegibilidade para acesso às prestações sociais contributivas (seguros) e assistenciais, em especial as políticas da previdência social, pensões, seguro-desemprego, e alocações para pessoas com deficiência; Focalização das prestações sociais, sobretudo nos serviços assistenciais familiares, que passaram a ser dirigidas exclusivamente para as famílias de baixa renda; Redução do nível das prestações vinculadas à previdência social, por meio de diferentes mecanismos como endurecimento dos critérios de estabelecimento de graus de invalidez para obter aposentadoria entre outros; Aumento de contrapartidas exigidas aos beneficiários para acesso a alguns serviços antes inteiramente gratuitos, como por exemplo, a aquisição de medicamentos; Desenvolvimento acelerado de serviços e seguros privados com estímulo governamental; Introdução, no setor público, de métodos de gestão do setor privado a fim de controlar o volume de despesas; Transferência de atividades públicas de proteção social para as famílias e a sociedade civil; Redução ou estabilização dos salários no poder público por meio de ausência ou reajuste abaixo da inflação que, implementadas em praticamente todos os países, provocou economia em setores onde a maior parte dos custos é proveniente dos salários; Criação de agência não estatal ou transferência de serviços do setor privado em alguns países, com transferência da regulação e de responsabilidades administrativas e financeiras de serviços e prestações sociais; Desenvolvimento de políticas de ativação para prestações de seguro-desemprego ou assistenciais, que corresponde à instauração de contrapartidas obrigatórias como cursos de formação”.

patrocinados por eles mesmos, o que alivia o custo do governo em sustentar essa questão¹¹”.

O atual ministro defende que, em algum momento, o Estado brasileiro não conseguirá mais garantir os direitos previstos na CF/1988 e que será preciso repensá-los. Segundo o referido Ministro, não há capacidade financeira suficiente do Estado para suprir todas as garantias constitucionais. “Temos que chegar ao ponto de equilíbrio entre o que o Estado tem condições de suprir e o que o cidadão tem o direito de receber”. (SÁ, 2016, p. 01)

A análise do teor da entrevista acima, intitulada por “*Tamanho do SUS precisa ser revisto*”, possibilita apreender um amplo e complexo processo de privatização e sucateamento dos investimentos públicos no atendimento das demandas sociais, com sucessivas reformas, por meio dos princípios neoliberais, cuja resultante emblemática é a desconstrução do Estado e de “tudo que é estatal”, acompanhada da supervalorização do mercado e “tudo que é privatizado”.

Segundo Mészáros (2009) o que está fundamentalmente em causa na atualidade não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição da natureza.

Esse cenário assinala o exaurimento das possibilidades de caráter civilizatório da ordem vigente do capital. Em todos os níveis da vida social, percebe-se que a ordem tardia do capitalismo não apresenta mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a classe trabalhadora. Dessa forma, ressaltam-se a precarização do trabalho e a degradação do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, circunscrita aos ditames do capital. De fato, a crise estrutural do capitalismo “[...] se revela como uma verdadeira *crise de dominação em geral*”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 800)

¹¹ “Tamanho do SUS precisa ser revisto, diz novo ministro da saúde”, em 17/05/2016, escrita por Evaristo Sá. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1771901-tamanho-do-sus-precisa-ser-revisto-diz-novo-ministro-da-saude.shtml>

1.2As Inflexões Neoliberais no Estado e nas Políticas Sociais: o realinhamento frente às “novas” e “velhas” requisições do capital

As contradições gritantes que perpassam a trajetória histórica da sociedade brasileira capitalista advêm da formação escravista, colonialista e imperialista que moldaram uma cultura patrimonialista, coronelista e clientelista que se estende até a atualidade, cuja marca é a desigualdade em todas suas expressões.

Nos estudos marxianos e marxistas é consensual que o sistema capitalista produz e reproduz desigualdades, tendo em vista que é um sistema formado a partir da divisão da sociedade em classes, no qual a riqueza socialmente produzida é apropriada pelos que detêm os meios de produção, assim o que sobra é uma realidade desprovida de condições mínimas e dignas de sobrevivência para a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva de divisão de classes, entram em cena as políticas sociais, que se tornam necessárias à criação de instrumentos que amenizem as tensões sociais e garantam o desenvolvimento do grande capital. Porém, as políticas são também fruto de lutas sociais, as quais buscam garantir a efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

A partir do século XIX o mundo passa a mudar profundamente em face das novas conformações do Capital, ainda que eclodam lutas e resistências da classe trabalhadora em busca do reconhecimento de direitos coletivos. Contudo, ao longo dos séculos XX e XXI, a ofensiva do Capital amplia exponencialmente a exploradora relação capital/trabalho que se expressa em sacrifícios e perdas significativas para a vida em sociedade, acentuando as expressões da “questão social”, conferindo o que Netto (2012) denomina de “barbárie do capitalismo contemporâneo”.

Do ponto de vista histórico, as estratégias para o enfrentamento das expressões da “questão social” têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que incidem na estruturação e implementação de políticas sociais públicas que convivem em luta no seu interior. “Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização e re-filantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social”. (OLIVEIRA E SALLES; BRAVO; PEREIRA, *apud* IAMAMOTO, 2004, p. 27)

As Políticas Sociais tiveram a sua origem fortemente influenciada pelo desenvolvimento urbano industrial, no qual o Estado redefiniu as suas funções e passou a utilizar diversos mecanismos institucionais de controle das forças populares, até então fora de sua esfera de intervenção.

Com as mudanças enfrentadas no cenário econômico e político, o Estado passou a ser requisitado para o enfrentamento das expressões da “questão social”¹². Entendia-se que a atuação estatal no campo das desigualdades sociais não podia mais ser enfrentada com força policial, e exigia-se do Estado assumir os problemas sociais como bases políticas.

Por essa angulação, evidenciam-se os estudos de Behring (2003; 2016), nos quais essa autora analisa as políticas sociais e os direitos sociais, apontando que os mesmos são movidos pela contradição capital-trabalho, enquanto processos históricos e sociais que têm origem nas leis fabris do século XIX e na experiência bismarckiana no final do século XIX; posteriormente, o Relatório Beveridge, de 1942, orientou a experiência trabalhista e socialdemocrata dos chamados “30 anos de ouro”, entre 1945 e 1975.

No período do pós Segunda Guerra Mundial até meados de 1975, o debate acerca do atendimento das demandas sociais girava em torno do bem-estar, da cidadania e da socialdemocrata. Esse contexto é marcado pela luta de classes, a qual tensionava o Estado, que passou a incorporar as demandas em torno do reconhecimento das políticas sociais.

A partir dos anos 1980, ao emergir o cenário marcado pelo neoliberalismo, difunde-se nova linguagem que rompe os direitos conquistados pela classe trabalhadora e, sobretudo com o padrão de serviços, benefícios e financiamento destinado a essa classe, especialmente nos espaços geopolíticos que viveram o

¹²A “**questão social**” diz respeito ao conjunto das **expressões das desigualdades sociais** engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua **gênese** no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como dos seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais [...]. É fato conhecido que historicamente a “questão social” tem a ver com a **emergência da classe operária** e de seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. (IMAMOTO, 2001, p. 16-17, *grifos nossos*)

pleno emprego e o Estado social mais desenvolvido. Em seu lugar, instauram-se sistemas híbridos de proteção social entre o avanço do processo de mercadorização, a diminuição da base social do Estado e o aumento da participação de organizações sociais.

Trata-se da implantação de políticas contrarreformistas neoliberais que se espalharam, sobretudo nos anos de 1990, embaladas nas estratégias de enfrentamento da crise do capitalismo. A intensidade dessas políticas regressivas de direitos sociais passa a ser adotada a partir da conformação histórica da sociedade capitalista.

No tocante à discussão sobre o reconhecimento dos direitos, merece referenciar Boschetti (2016) ao acentuar que a universalização nos sistemas de proteção social no modelo capitalista, seja em forma de bens e serviços, seja em forma de prestações sociais monetárias, possibilitou a melhoria da condição de vida da classe trabalhadora, acarretando uma redução das desigualdades sociais e certa distribuição do fundo público. Porém, não se obteve a desmercantilização das relações sociais, as quais continuam regidas pelas relações capitalistas fundadas na produção socializada e na apropriação privada dos seus resultados.

Na compreensão dessa autora, as políticas sociais são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do MPC, porém instituíram sistema de direitos e deveres que, combinados com a ampliação do fundo público, alteraram os níveis de desigualdade social. Boschetti (2016) ressalta ainda que, apenas alterar o padrão de desigualdade não significa superar a desigualdade social existente, mas provocar de fato as distâncias entre rendimentos e acesso a bens e serviços entre as classes.

Na conjuntura dos anos de 1930 no Brasil, especialmente a partir do golpe de Estado por Getúlio Vargas¹³, em 1937, além de provocar mudanças do bloco de poder, alterou as relações econômicas de cunho nacionalista iniciando o processo de consolidação de uma frente econômica baseada na indústria e de abertura do mercado interno às relações econômicas internacionais, acatando aos ditames do capital estrangeiro.

¹³A Era Vargas compreende os anos de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos ininterruptos. Esse período é dividido pelos historiadores na Segunda e na Terceira República (Estado Novo), esta instaurada pelo golpe de Estado em 1937.

Nessa conjuntura varguista, engendra-se uma política trabalhista que buscou simultaneamente minimizar as greves e os movimentos operários e estabelecer um sistema mútuo de seguro social. Explicitamente se falava na intenção de fragilizar a luta dos trabalhadores e a partir de medidas sociais sedutoras se estabelecia um contrato social cofinanciado pelo Estado, pelo empresariado e pelo próprio trabalhador (através dos chamados salários indiretos ou impostos).

Posteriormente, durante os anos da ditadura militar (1964-1985), Dallago (2007) afirma que as políticas sociais – serviriam para legitimar o sistema autoritário vigente, com caráter fragmentário, setorial e emergencial, que se sustentava na necessidade de legitimar o governo autoritário, aproximando-se das bases sociais para manter-se dominante. Nessa conjuntura era transmitida a ideologia de que o *desenvolvimento social do País era decorrente do desenvolvimento econômico*.

Entre o período de 1964 (início do período ditatorial) e o ano de 1988 (quando foi promulgada da Constituição Federal brasileira), o Brasil assistia à modernização da economia e o crescimento do capital estrangeiro em parceria com o Estado brasileiro, enquanto as políticas sociais não avançavam ainda impingidas pelo caráter moldado no assistencialismo e clientelismo.

Na década de 1980, balizada pela efervescência política, eclodem e ampliam a pressão dos grupos populares e a manifestação de insatisfação dos trabalhadores que exigiam do Estado respostas políticas, econômicas e sociais. Esses movimentos contribuíram para que representantes políticos e segmentos sociais lutassem pela instauração da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, que resultou na promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988, conforme já destacado. Um dos principais ganhos sociais foi, sem sombra de dúvida, a garantia de universalização dos direitos pela adoção da concepção de cidadania como critério essencial para o acesso da população aos direitos sociais.

A proteção social torna-se direito de qualquer cidadão brasileiro e para garantir os recursos públicos necessários ao financiamento dos direitos sociais e constitucionais foi criado o conceito de Seguridade Social, abrangendo a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social.

Faz-se necessário pontuar que um dos pilares de estruturação da Seguridade Social brasileira é a sua organização com base na lógica do seguro social. Boschetti (2008, p. 176) vai ressaltar que “[...] o princípio dessa lógica é garantir proteção, às

vezes exclusivamente, e às prioritariamente, ao trabalhador e sua família”, ou seja, é um tipo de caráter limitado, que garante direitos ao trabalhador inserido no mercado de trabalho formal ou àquele trabalhador que contribui mensalmente.

Os anos seguintes são distinguidos, no Brasil, pela implementação das estratégias de enfrentamento da crise do capitalismo contemporâneo, tornando-se terreno propício para o avanço do ideário neoliberal. Os defensores de tal ideário criticaram o “consenso” do pós-guerra que garantiu à expansão do Estado Social, sobretudo, a garantia das políticas de Seguridade Social, ao sustentar o discurso de que os processos inflacionários e a crise resultavam do poder da classe trabalhadora sindicalizada e do movimento operário, bem como do aumento dos gastos sociais. Propagou-se também o discurso de que a intervenção estatal na regulação das relações de trabalho era algo negativo, uma vez que impedia o crescimento econômico e a criação de empregos. (BOSCHETTI, 2008)

Para Sônia Draibe *apud* Behring (2009), o neoliberalismo viveu duas fases, sendo a primeira marcada pelo ataque ao modelo keynesiano e ao *Welfare State*; e a segunda fase, considerada mais propositiva pela autora, possui ênfase nos programas sociais, no trinômio da focalização, privatização e descentralização. Com essa ênfase, amplia-se a ideia de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais, o que contribuiria para o equilíbrio financeiro do setor público. Nesse entendimento, Behring destaca que o “carro-chefe” dessa proposição é a renda mínima, atrelada à ideia de solidariedade por meio do incentivo às parcerias com as ONGs.

As mudanças ocorridas a partir da década de 1990 apontam um duplo fenômeno: de um lado, tem-se a ampliação da democracia, especialmente embalada pela promulgação da Constituição “Cidadã” de 1988; e, por outro lado, efetiva-se um processo de recessão e contradição no campo econômico, tendo como eixo os princípios da macroeconomia expressos na centralidade da matriz econômica em detrimento do segmento social. (COUTO, 2010)

A desregulamentação das políticas sociais enquanto direito no Brasil tem seu marco determinante nos governos FHC (1995/1998 e 1999/2002), caracterizados por escolhas históricas que provocam impactos negativos, sobretudo para a classe trabalhadora. O Estado brasileiro, incentivado pelo mercado, investe maciçamente nos princípios de focalização e seletividade, em detrimento da concepção de

universalidade. O princípio da universalidade, de conotação eminentemente pública, cidadã e de caráter igualitário, perde espaço no discurso político nacional.

Para Costa (2000, p. 168), “O ‘Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado’, aprovado em 1995 por FHC defende como tese central a ‘crise do Estado’, associando-a aos modelos de gestão de desenvolvimento adotados nos governos anteriores [...]”, ou seja, de que a “crise do Estado” relaciona-se aos custos das demandas sociais.

Behring (2003) faz a crítica à concepção da “Reforma” do Estado ao pontuar que, tal como está sendo conduzida, traduz-se na versão brasileira de uma estratégia de inserção passiva e a qualquer custo na dinâmica internacional e representa uma escolha político-econômica, uma escolha, bem ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história.

Outro aspecto de destaque na “Reforma do Estado” é o programa de *Publicização*, que expressa a criação das organizações sociais e a regulamentação do “terceiro setor”, ou seja, a materialidade estratégica de *privatização* dos serviços públicos, especialmente, na área social.

Montaño (2014, p. 196-197 – *grifos nossos*) explica que as privatizações das Políticas Sociais seguem dois caminhos:

a) *re-mercantilização* dos serviços sociais. Estes, enquanto lucrativos, são transferidos para o mercado e vendidos aos consumidores, como uma nova maneira de apropriação da mais-valia dos trabalhadores. *Isto conforma o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados”, o “cidadão-cliente”;* b) *re-filantropização* das respostas à “questão social”, de modo que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal e também não terão condições de acesso ao segmento privado, transfere-se para o segmento da “sociedade civil”. Assim, o “terceiro setor” passa atender a *população denominada aqui de “excluída” ou parcialmente “integrada”.*

A desqualificação do papel do Estado *versus* a apologia à privatização tem sido o alvo principal da ideologia neoliberal, que visa objetivamente à liquidação dos direitos sociais, ao assalto ao patrimônio público e ao fundo público. Nessa direção, são frequentes as transferências de responsabilidade do Estado para a Sociedade Civil (mercado e organizações sociais) e, conseqüentemente, a flexibilização e refluxo das lutas democráticas.

Inúmeras são as estratégias em curso que apontam mudanças no papel do Estado: quer na produção de *limitações* de regulação e normatização das Políticas Sociais, as quais são potencialmente modelos de acumulação através de sua privatização e redução; quer nas funções que se *agigantam* na interposição da Política de Assistência Social, que passa a ganhar destaque no contexto de crise do capitalismo, ao lhe atribuir como solução para combater à pobreza. (BOSCHETTI, 2016, *grifos nossos*)

As transformações societárias em curso configuram-se como uma série de vitórias do grande capital, cujo ônus recai sobre a proteção social da classe trabalhadora e o mundo do trabalho, que se expressam em desemprego, aumento da exploração, repressão aos direitos sociais e fortes ataques à Seguridade Social.

A supressão ou restrição de direitos existentes reduz a participação social do Estado na reprodução ampliada da força de trabalho e, em novo contexto e condições históricas, deixa os trabalhadores “livres como pássaros”, o que os impele a se submeter a não importa que tipo de trabalho ou atividade para assegurar sua subsistência e de sua família, ou seja, os lança ao jugo das relações de mercado sem proteção. (BOSCHETTI, 2016, p. 136-137)

Netto (1996, p. 100-101) assevera que o grande capital ao defender o antiestatismo, urdiu dois discursos despolitizantes: a responsabilização da sociedade civil e a fragilidade das lutas democráticas.

1) a transferência, para a sociedade civil, a título de “iniciativa autônoma”, de responsabilidades antes alocadas a ação estatal; 2) a minimização de lutas democráticas dirigidas a afetar as instituições estatais. As implicações da incorporação desse antiestatismo pelas forças opositivas pode significar não apenas a politização de novos espaços sociais (ou a repolitização de espaços abandonados), mas, ainda, a *i-despolitização* de demandas democráticas, numa quadra em que precisamente pelas características- das praticas neoliberais - as lutas ‘pela democracia se, revestem de importância maior.

Após a Reforma de Estado, a sociedade brasileira deparou-se com o aumento das organizações privadas na construção de uma esfera de interesse público, sem vínculo governamental, denominadas de organizações sem fins lucrativos ou de organizações não governamentais, mais conhecidas pela sigla ONGs, com atuação

na área social em defesa da melhoria das condições de vida da população, bem como com atuação política em prol da democratização do país.

O objetivo da ampliação das ONGs consiste em retirar o Estado da responsabilidade no atendimento às expressões da “questão social” e de transferi-la à esfera dessas instituições, sob a alegação da eficiência e eficácia da sua gestão social, como se as ONGs fossem mais capacitadas para atender as demandas sociais do que as instituições públicas; e razões *econômicas* porque os gastos com as ONGs seriam mais reduzidos do que o atendimento das demandas sociais pelas instituições públicas governamentais. Entretanto, segundo Montaño (2010, p. 227), o *motivo real é fundamentalmente político-ideológico*:

[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

No âmbito das ONGs, reforça-se o ideário da solidariedade em torno das ações destinadas aos diversos segmentos populacionais atendidos (criança e adolescente, mulher, idosos etc.), por serem ofertadas como verdadeiros serviços de compensação e autoajuda de modo pontual e focalizado.

O atual padrão de gestão do Estado nas Políticas Sociais quanto ao enfrentamento das expressões da “questão social” é fundamentalmente privatista, baseado na lógica de mercado. Adotado como principal mecanismo capaz de melhorar o bem-estar dos trabalhadores mediante ações complementares ao Estado a partir da lógica de “alívio” da extrema pobreza. “[...] neste contexto adquirem centralidade as relações entre Estado e entidades privadas sem fins lucrativos no Brasil”. (YAZBECK, 1995, p.18)

A focalização instaura-se junto aos segmentos populacionais agora qualificados como “vulneráveis” e “excluídos” na perspectiva do enfrentamento da indigência e da pobreza absoluta. Traduz-se no atendimento dos mínimos sociais

que tem factualmente caracterizado os programas de transferência de renda, ou seja, programas emergenciais e basicamente assistencialistas. (NETTO, 2012)

A gestão focalizada das Políticas Sociais divide a classe trabalhadora em categorias, como: miseráveis, pobres, mais pobres, não pobres e privilegiados – estes últimos identificados como aqueles que têm acesso à Seguridade Social de forma limitada, incompleta, por não se inserir na concepção universalista dos direitos sociais.

Uma das estratégias de derrotamento da crise estrutural do capitalismo consiste em tornar hegemônicos os Programas de Transferência de Renda (PTR) no âmbito de enfrentamento à pobreza e também aponta uma novidade inquietante: após um longo período de construção de modelos universais, particularmente no mundo europeu, a Política Social passa a operar estritamente junto aos segmentos populacionais incapazes de viver exclusivamente do seu trabalho, uma vez que a precarização dos empregos e das condições de trabalho rouba esse direito da classe trabalhadora.

Nega-se, assim, um processo histórico de construção do sistema universal público, derivado das lutas e conquistas da classe trabalhadora. A pauta social centra-se na pobreza, isto é, não se trata mais de classes sociais, mas de segmentos vulnerabilizados. No caso brasileiro, esse enfoque advém dos padrões neoliberais engendrados pelas agências multilaterais, como FMI, Banco Mundial e outras¹⁴.

A partir do ideário neoliberal tem-se a defesa de que as transferências de renda constituem a única maneira rápida de reduzir a pobreza, contribuindo para alcançar os segmentos populacionais mais pobres das armadilhas da extrema pobreza. Esse ideário preconiza que a intervenção do Estado, no campo das Políticas Sociais, seja restrito às ações focalizadas na extrema pobreza, buscando a complementação da iniciativa privada, da filantropia e das comunidades.

A gestão neoliberal na área social garante que as ações focalizadas no combate direto à pobreza extrema se ramifiquem em duas grandes tendências: o

¹⁴Trata-se do receituário derivado do “Consenso de Washington”, assim conhecido como o encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos, no qual se urdiu uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

empreendedorismo, que confere o estímulo às atividades de caráter empresarial como instrumento de inclusão social; e o “novo”, leia-se “velho”, assistencialismo condicionado a critérios de elegibilidade que se caracteriza na transferência de renda com a exigência do cumprimento de condicionalidades por parte das famílias beneficiárias. (MAURIEL, 2012)

No período de 2007 e 2010, que corresponde ao segundo governo de Lula, assiste-se à consolidação do Programa Bolsa Família (PBF) – enquanto programa de transferência de renda, destinado a efetuar uma transferência monetária, independente de prévia contribuição – afora a implementação de outras ações sociais focalizadas.

Os programas de transferência de renda instituem, de fato, uma política com fortes marcas do “velho” assistencialismo e clientelismo. Como se sabe, esses programas independem de prévia contribuição direta à Seguridade Social, classificando-os como prestação de caráter assistencial, bem como os diferenciam dos seguros sociais. Nesse sentido, como a renda transferida às famílias beneficiárias não se constitui um direito social, pode ser retirada da pauta governamental a qualquer momento. Ademais, o valor transferido para as famílias é extremamente baixo (comumente, abaixo do salário mínimo), de modo que não assegura possibilidades concretas na superação da linha da pobreza por parte dos beneficiários, nem tampouco à satisfação das necessidades básicas.

Nos governos Lula e Dilma (2003-2016), o trato da “questão social” centrou-se ao combate à pobreza extrema, caracterizando-se como uma ferramenta de desmonte da proteção social dentro de uma perspectiva universal.

Apesar disso, ao contrário dos governos de FHC (1995-2002), os governos Lula e Dilma apresentaram uma política sob um viés mais democrático, tendo em vista o amplo discurso de defesa dos direitos sociais, alcançando uma recuperação parcial da intervenção do papel do Estado no atendimento das expressões mais explosivas da “questão social”, isto é, a pobreza, a fome, violência, degradação ambiental, doenças contagiosas etc., programa mínimo expresso internacionalmente nas Metas do Milênio¹⁵.

¹⁵A Declaração do Milênio, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), surgiu após o encontro de líderes de 189 países, em setembro de 2002, com o objetivo de discutir ações para promover a melhoria no padrão de vida da população mundial. Através desse encontro, foi definido

Mesmo sendo um partido com um viés histórico de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, conhecido por participar dos espaços de lutas e reivindicações da classe trabalhadora, elegeu o presidente Lula da Silva com claras propostas de continuidade aos valores neoliberais, embora com um discurso mais vinculado ao social-liberalismo.

Segundo Castelo (2012), os governos Lula e Dilma são os melhores exemplos do social-liberalismo latino-americano. Esse autor assinala que se criou no interior das classes dominantes (e seus aliados nacionais e internacionais), um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora, gerado pelo transformismo¹⁶ do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos¹⁷.

Para o referido autor, surge o novo desenvolvimentismo no Brasil como uma terceira via, conforme atestam os escritos de Luiz Carlos Bresser Pereira e documentos do empresariado nacional ao concebê-lo como alternativa à crise do neoliberalismo. “Nasce, portanto, como uma tentativa das classes dominantes e seus ideólogos orgânicos de traçar uma terceira via de desenvolvimento, criticando

um conjunto de oito metas a serem atingidas até 2015, ficando conhecidas como Metas de Desenvolvimento do Milênio. Sendo elas: 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2 – Garantir o ensino básico fundamental a todos; 3 – Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4 – Reduzir a mortalidade infantil; 5 – Melhorar a saúde materna; 6 – Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8 – Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.

¹⁶“Transformismo” é uma categoria gramsciana que significa uma política de compromisso com a finalidade de privar os partidos de oposição da sua liderança pelo recurso de atraí-los para o ‘sistema’. (SOUSA, 2010, p. 4)

¹⁷ “A era Lula chega ao fim com um recorde na área financeira. O lucro líquido de uma amostra de nove bancos (entre eles, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco) somou R\$ 174,075 bilhões entre 2003 e 2010, em valores nominais. Corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), essa cifra pula para R\$ 199,455 bilhões, batendo de longe os resultados registrados durante a gestão do tucano Fernando Henrique Cardoso. As mesmas nove instituições, entre 1995 e 2002, acumularam um ganho nominal de R\$ 19,113 bilhões e R\$ 30,798 bilhões a valores atuais. A diferença entre os lucros corrigidos pela inflação nos dois períodos é de 550%”. (Leia mais: <https://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232#ixzz4lom8dD>) A Pesquisa da consultoria Economática informa que a lucratividade do Itaú no primeiro semestre foi de R\$ 11,7 bilhões, 25% superior à de igual período de 2014 (R\$ 9,3 bi). Embora tenha tido o maior lucro nominal, ninguém viu seus ganhos dispararem tanto quanto o Santander: lucrou R\$ 1,046 bilhão nos seis primeiros meses do ano passado, contra R\$ 4,5 bilhões este ano: 336% de aumento. O Banco do Brasil registrou lucros 60% superiores (R\$ 8,8 bi contra R\$ 5,5 bi) e o Bradesco lucrou 20,7% mais (R\$ 8,7 bi contra R\$ 7,2 bilhões)”. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2015/12/como-os-bancos-enriquecem-na-crise/>

tanto o neoliberalismo do Consenso de Washington quanto o socialismo do século XXI”. (CASTELO, 2013, p. 583)¹⁸

Segundo os argumentos de Castelo, o novo desenvolvimentismo intenta se legitimar na batalha das ideias como um resgate do nacional-desenvolvimentismo, no entanto é tão somente uma pálida sombra do passado¹⁹. No âmbito das Políticas Sociais, o modelo de intervenção do Estado na “questão social” fundamenta-se na ideologia do social-liberalismo. Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo segue a cartilha neoliberal da equidade, da igualdade de oportunidades e dos programas de transferência de renda de alívio da pobreza, tal qual defendem o Banco Mundial e outros organismos multilaterais desde os anos 1990.

Trata-se, portanto, de uma estratégia útil ao capitalismo para regular o mercado a baixo custo em contexto de crise estrutural, acentuar os investimentos em programas assistenciais pífios, focalizados e recheados de condicionalidades, aliada à manutenção do desemprego estrutural e ao não investimento em políticas universais. (BOSCHETTI, 2016)

A luz do discurso crítico acerca do modelo neodesenvolvimentista de enfrentamento das expressões mais explosivas da “questão social”, Castelo (2014, p. 9) ressalta que não se devem naturalizar os benefícios sociais na faixa dos 80, 90

¹⁸Como principais propostas, o novo desenvolvimentismo defende: 1) complementariedade da atuação de um Estado forte nas falhas de mercado, com o objetivo de fortalecê-lo, leia-se fortalecer o atual padrão de reprodução do capital imposto desde os anos 1980/90 e aprofundá-lo e consolidá-lo no século XXI; 2) na política econômica: responsabilidade fiscal, superávit primário, metas inflacionárias, câmbio flutuante e tributação regressiva, com intervenções pontuais no câmbio e nos juros; 3) incentivos fiscais, tributários e subsídios para conglomerados do capital monopolista aumentarem suas taxas de lucro, sob o manto de uma política industrial e de inovação tecnológica, a chamada política de “campeãs nacionais”; 4) aumento da massa salarial e do crédito para ampliação do consumo do mercado interno e; 5) nas expressões mais agudas da “questão social”, a política social de transferência de renda de larga abrangência e focalizada nas camadas mais miseráveis da nossa sociedade. (CASTELO, 2013, p. 584)

¹⁹No passado, o nacional-desenvolvimentismo fez a cabeça de amplos setores da esquerda brasileira. Defendeu que a industrialização impulsionada e planejada pelo Estado em comunhão com o grande capital nacional seria capaz de romper com a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, desenvolver nossas forças produtivas, gerar emprego e distribuir renda e riqueza com ganhos para capitalistas e trabalhadores. No plano político, mobilizou, de fato, amplas camadas populares, com setores organizados da classe trabalhadora e camponesa voltados para profundas reformas de base. O resultado foi bem diferente e mais amargo: o capital estrangeiro dominou o nacional, a dependência aprofundou-se e a distribuição de renda e riqueza agravou-se junto com a superexploração do trabalho, mas, pelo menos, importantes batalhas foram travadas em nome dos trabalhadores da cidade e do campo. Hoje nada disto está em questão. Nenhuma reforma foi aprovada nos últimos 25 anos, nem sequer foram pautadas pelos governos do PT e seus aliados quando estes ainda ocupavam a esquerda da cena política. (Ibidem, p. 585)

e 100 reais *per capita*, tendo em vista que estes não atingem a essência da desigualdade social, nem tampouco promoverão melhorias efetivas na vida de um ser humano.

E não estamos falando de um país pobre, sem recursos, pois o Brasil é a sexta maior economia do mundo [...]. Não há escassez natural, mas sim uma escassez socialmente produzida para milhões de brasileiros que não acessam a riqueza nacional, concentrada nas mãos de um punhado de famílias abastadas.

Mesmo que os PTR não alcancem os determinantes estruturais da pobreza, tampouco surtem efeitos no tocante à minimização do sofrimento, mas, de certa forma enfrentam à pobreza, minimizam as condições de precariedade da população. Em outros termos: é impossível deixar de reconhecer que tais programas reduziram parcialmente a pobreza extrema, ainda que não alterarem os seus determinantes estruturais.

A realidade atual demonstra que as políticas de caráter universal são substituídas por programas assistenciais e seletivos com reformas pontuais, o que deturpa a perspectiva de totalidade dos processos sociais. Em tese, traduzem-se em práticas que contrastam muito pouco com a realidade social, bem como não modificam as orientações que determinam o modelo do capitalismo vigente.

Decerto, os impactos que os PTRs vêm produzindo nas famílias beneficiárias se restringem ao atendimento das suas necessidades básicas e imediatas, além de algumas mudanças nas suas relações sociais e autoestima, mas não impactam de maneira significativa os níveis de desigualdade social persistentes no Brasil.

Apesar dos resultados e impactos positivos da implementação do PBF proporcionados às famílias beneficiárias por representar a única possibilidade de aquisição ou ampliação de uma renda, por outro lado, apresenta um aspecto negativo, ao obscurecer a dimensão constitutiva do direito à sobrevivência digna, independente de qualquer “[...] merecimento e exigências do cumprimento de condicionalidade”. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2012)

Grande parte da atual agenda do governo brasileiro consiste, com ligeiras mudanças, em uma apropriação consciente das medidas neoliberais, destacando as garantias de reativação das taxas de lucro do grande capital e de transferências de quase da metade dos recursos do orçamento público para frações rentistas das classes dominantes.

As Políticas Sociais são cada vez mais focalizadas, dirigidas exclusivamente aos segmentos populacionais extremamente pobres, uma vez que para os patronos neoliberais essas políticas devem se voltar para os mais extremamente pauperizados, desprovidos de condições de acesso aos benefícios de concorrência e do mercado.

Em favor dos interesses do capital, a focalização das Políticas Sociais segue nos últimos governos como sendo um instrumento de garantia que o mercado não sofrerá a ausência da participação – mesma que ínfima - das famílias ao consumo.

No tocante à análise acerca da atual conjuntura brasileira, Behring (2016) ressalta a importância em considerar os limites e desafios impostos durante os governos petistas e os desdobramentos após golpe de Estado em 2016, sobretudo os impactos nas Políticas Sociais e na agenda de lutas da classe trabalhadora.

Sob essa perspectiva que a citada autora analisa o momento atual brasileiro, caracterizado como dramático. Em 2015, já se avistava um ajuste fiscal de grandes proporções e impactos sobre o emprego e a renda, além de excessivos cortes de recursos para as Políticas Sociais, em especial a Saúde e a Educação.

Behring constata o reaparecimento do conservadorismo, sobretudo no Poder Legislativo através dos projetos como a redução da maioria penal, o projeto escola sem partido e a larga difusão de perspectivas intolerantes para com os comportamentos e projetos societários à esquerda, vindas de uma espécie de nova teocracia com maioria parlamentar que rompe com a laicidade do Estado e combina com forte ofensiva sobre os direitos da classe trabalhadora, acirrada no cenário que antecede ao golpe²⁰.

O ano de 2016, certamente, ficará marcado na história brasileira pelo *impeachment*²¹ da presidente da República democraticamente eleita. A motivação

²⁰ “Na agenda de contrarreformas do Congresso, algumas vindas do Executivo de governos anteriores, do governo Dilma e do governo golpista, e, outras de iniciativa parlamentar, segundo levantamento de Rejane Hoeveler (2016) atualizado, há cerca de 66 projetos que atacam os direitos humanos, especialmente os direitos sociais e trabalhistas: sete que acometem o serviço público, 27 que acometem os trabalhadores, sete que tratam do Banco Central e empresas públicas, 6 que atingem as mulheres e a população LGBT, oito que atingem indígenas e trabalhadores do campo, e dez que ampliam mecanismos de repressão sobre as lutas sociais. Com a composição atual do parlamento brasileiro, só a luta social será capaz de conter ou dar limites a este ímpeto destrutivo”. (BEHRING, 2016, p. 16)

²¹ “O conteúdo arbitrário, contraditório e inconstitucional do *impeachment* deixou setores midiáticos internacionais no mínimo surpresos com o fato. Alheios à nossa cultura autocrática e à complexa

que conduziu a saída de Dilma Rousseff não tratava de violações da Lei de Responsabilidade Fiscal, nem tampouco do apelo 'anticorrupção', mas da necessidade de recuperação de superlucros pela grande massa da burguesia, a qual reivindicava mudanças no tocante ao padrão ídeo-político de regulação estatal a partir da intensificação da superexploração da força de trabalho.

A título de exemplo dessa realidade, têm-se o constante assalto ao fundo público e avanço do conservadorismo, marcado pelas propostas da contrarreforma trabalhista, da Previdência Social, do projeto Escola Sem Partido e do congelamento do Orçamento por vinte anos para Políticas Sociais fundamentais, em especial a Saúde e Educação.

Gesta-se, assim, a reatualização do modelo privatista, subordinado ao mercado mundial e sem a efetiva incorporação da classe trabalhadora, centrado nas Políticas Sociais de combate à pobreza extrema, ênfase na assistencialização focalizada dessas políticas e, conseqüentemente, o distanciamento de sua garantia universal, ao que se soma uma evidente criminalização dos movimentos sociais quanto às respostas à organização/mobilização dos mesmos.

Para caracterizar esse cenário de retração das Políticas Sociais, sobretudo nos impactos negativos para a vida em sociedade, Behring (2016, p. 20-21) cita vários elementos, dentre os quais se destacam:

Os exemplos são muitos após 100 dias do golpe [...]: a anunciada contrarreforma da previdência com o aumento da idade mínima da aposentadoria para 65 anos para homens e mulheres, inclusive dos que hoje estão na ativa e ingressaram no emprego sob as regras atuais, para os quais haveria uma regra de transição, e a desvinculação das aposentadorias e pensões do salário mínimo, dentre outras medidas que estão sendo estudadas, além de ser muito perversa a quebra definitiva do conceito de seguridade social, levando a previdência para a lógica atuarial e a égide do Ministério da Fazenda; o nítido ataque ao SUS e ao direito à saúde por um "sinistro" ligado abertamente aos planos privados e que fala de um Plano de Saúde Popular para canalizar recursos públicos para o setor privado e fortalecer a concepção de saúde como mercadoria, além de desfinanciar o SUS; ataques ao Minha Casa Minha Vida com corte de 11.250 unidades habitacionais (o movimento Arquitetos

relação entre classes que lhe é própria, jornais como *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Guardian*, *Le Monde*, *Le Figaro*, *El País* e *Clarín*, e até mesmo correspondentes internacionais de jornais brasileiros, não conseguiam compreender como lógica ou razoável a justificativa das 'pedaladas fiscais' para destituição da presidenta, medidas essas largamente utilizadas nos estados da federação e por ex-presidentes". (MARQUES, 2016, p. 50)

pela Democracia diz que querem levar os pobres para debaixo da tal ponte para o futuro... esse seria o lugar deles neste pensamento ultraliberal e conservador: a volta do darwinismo social puro); ataques a assistência social, com a perspectiva de corte de 10% do Bolsa Família, e desmonte dos programas do Suas, [...]; na educação superior há previsão de corte de 45% dos recursos de investimento nas universidades federais, houve corte de bolsas em 20% da iniciação científica e destruição do programa Ciência Sem Fronteiras, e não se pode esquecer que o *sinistro* da educação acolhe o projeto da mordaza ao pensamento crítico, da suposta “escola sem partido”, que na verdade é a escola do partido deles, sob o manto da neutralidade e sob o tacão do mote golpista “não pense, trabalhe”.

Nessa direção, torna-se imprescindível apreender a dinâmica atual, a qual impacta no modelo de proteção social, trazendo sérios influxos para a classe trabalhadora, sobretudo a derrocada dos direitos sociais. Para tanto, deve-se analisar a Política Social como mediação na totalidade e tratá-la como resultado de contradições, implicando defendê-la não na direção focalista e privatista em evidência e que tende a se aprofundar, mas na perspectiva da universalidade, da gratuidade, da publicidade, da captura de parcelas mais significativas do fundo público para uma Política Social universalizada e mais consistente. (BEHRING, 2010; 2012 e 2016)

Em termos prospectivos acerca das Políticas Sociais, Netto afirmou (2007, p. 160): “[...] o que se tem na América Latina neoliberal são ações *minimalistas* para enfrentar uma ‘questão social’ *maximizada*”. Esse autor aponta que há a privatização/mercantilização dos serviços sociais para aqueles segmentos populacionais de poder aquisitivo que podem pagar para acessá-los e para os segmentos mais pauperizados, há serviços de qualidade discutível prestados pelo âmbito público governamental ou ofertados pelas organizações não governamentais.

Nessa conjuntura de enxugamento e desrespeito aos direitos sociais, atribui-se aos assistentes sociais a realização da chamada seletividade dos usuários que buscam acesso aos Programas de Transferência de Renda que, de forma contraditória, se deparam com o dilema em viabilizar o acesso – mesmo que mínimo – e sobremaneira, atender aos interesses dos seus empregadores pelo provimento dos programas sócioassistenciais no campo da Política da Assistência Social, por exemplo, com vistas à ‘minimizar’ as expressões da “questão social”.

A partir dessa conjuntura gestada desde os anos de 1990, as alterações observadas

[...] têm raízes nesses processos sociais, historicamente datados, expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto à composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito, capturando os Estados Nacionais, com resultados regressivos no âmbito da conquista e usufruto dos direitos para o universo dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2009, p. 343)

No bojo dessa realidade se amplia o processo de flexibilização e precarização do mundo do trabalho e das políticas públicas sociais ao lado da permanência da cultura moralista e autoritária que culpabiliza os sujeitos por sua condição de pobreza. Trata-se de um contexto caracterizado por mudanças profundas, cuja abordagem política pauta-se na agenda neoliberal.

O que parece inequívoco em todas as formas de compreensão das Políticas Sociais brasileiras é sua característica central– direção compensatória e seletiva -, pautadas no foco da sobrevivência e no direcionamento ao segmento mais pauperizado.

Em face dessa realidade, compreende-se que as Políticas Sociais enfrentam uma abissal contradição: de um lado, há a garantia constitucional que pressiona o Estado para o reconhecimento dos direitos; no entanto, por outro lado, essas políticas são inseridas cada vez mais nesse cenário de ajustes estruturais à ordem capitalista e assumem um caráter regressivo, privatista e focalista, levando a regressão dos direitos sociais, sobretudo à precarização do mundo trabalho.

Em tempos de crise do capitalismo, com o advento avassalador do conservadorismo e suas respectivas inflexões nos direitos da classe trabalhadora, tem-se o desafio cotidiano de apreender a condição atual da Política Social e seus limites, em vista da necessidade em oferecer respostas concretas para as problemáticas sociais e explorar dialeticamente suas potencialidades como pauta das reivindicações da classe trabalhadora.

1.3 As Inflexões Neoliberais no Mundo do Trabalho: a precarização e a deteriorização do mercado de trabalho e das condições de vida do trabalhador

O aprofundamento da crise do capitalismo e, especialmente, os seus desdobramentos mais recentes, indicam uma questão fundamental: essas crises não são fenômenos episódicos ou eventuais, mas parte constitutiva do movimento do capital e, comumente, os seus influxos atingem, sobremaneira, as distintas formas de exploração da força de trabalho, como a precarização e a deteriorização do mercado de trabalho, da qualidade do trabalho e das condições de vida, redução dos salários, dentre outras.

A complexidade que acentua a dinâmica da contradição contemporânea do mundo trabalho resulta do aprofundamento dos rebatimentos inerentes ao MPC, sobretudo, a partir da sua entrada na fase de *crise estrutural* do capitalismo. Nessa conjuntura, é indispensável pontuar as atuais influências sobre o trabalho, os trabalhadores e o ataque aos seus respectivos direitos.

Segundo Marx, o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. De fato, o trabalho produz portentos para os ricos, mas gera privações para o trabalhador. Desse modo, o trabalho perde o seu caráter original (*atividade vital*) e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (visando satisfazer às necessidades humanas) para atender às demandas e interesses do capital. “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio”. (MARX, 2004, p. 80-81)

Para esse autor, se o produto realizado pelo trabalhador visa atender às demandas do capital, esse ato só é possível pelo fato de “[o produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*”, tornando a atividade (trabalho) um martírio para os trabalhadores, mas uma alegria de viver para os capitalistas. (MARX, 2004, p. 86).

As análises desse autor sobre o mundo do trabalho são indispensáveis para a compreensão acerca do modelo de capitalismo vigente, referenciadas neste estudo, sobretudo, as graves inflexões no processo e nas condições objetivas de trabalho da classe trabalhadora.

O estágio atual do capitalismo contemporâneo se torna abonatório do agravamento das desigualdades sociais. No caso brasileiro, as implicações da crise demandam a adoção de medidas econômicas e políticas de regulação que aprofundam cada vez mais a desvalorização e precarização da “*classe-que-vive-do-trabalho*”²² à medida que incidem sobre profundas mudanças nas formas de produção e no conjunto das relações sociais para assegurar o nível das taxas de lucro. Tais medidas de (des)regulação e (des)regulamentação do trabalho estão associadas às novas exigências infligidas pelo capital e à desresponsabilização do papel do Estado no atendimento das demandas sociais, cujo ônus recai sobre os trabalhadores, que têm os seus direitos duramente atacados pelos capitalistas.

Decerto, as multidimensionalidades da crise atual, as reformas neoliberais em curso e a disputa de projetos sociais distintos, compelem uma nova era de “*precarização estrutural do trabalho*”. (ANTUNES, 2013; ALVES, 2013)

Na conjuntura de avanço da ofensiva neoliberal no Brasil a partir da década de 1990 que se desenvolve o processo de *reestruturação produtiva*²³, marcado pelo avanço da terceirização, automação e flexibilização que acentua a exploração, provocando alta incidência de acidentes de trabalho, adoecimento do trabalhador, desemprego, além do aumento do emprego informal. Essas transformações atingem os trabalhadores tanto em sua materialidade como em sua subjetividade.

É fato que a dinâmica societária desencadeada pela crise do capitalismo contemporâneo, que vem sendo analisada neste estudo, fragiliza as relações formais de trabalho em virtude da expansão da desregulamentação e terceirização. Aliado a esse processo de desregulação, cresce a retórica da consensualidade junto

²²Antunes e Praun (2015, p. 408) apontam que, a expressão acima representa uma “noção ampliada de classe trabalhadora, que incorpora tanto os trabalhadores produtivos, presentes na indústria, na agricultura e também no setor de serviços, privatizados pela lógica dominante do capital financeiro, como aqueles assalariados improdutos, que não geram mais-valia, mas que são imprescindíveis no processo de trabalho capitalista e vivenciam situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos(as) trabalhadores(as) produtivos. Como todo trabalho produtivo tende a ser assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção ampliada de classe trabalhadora deve articular essas duas dimensões” .

²³ Para Antunes e Praun (Ibidem, p. 409), a reestruturação produtiva é responsável pela “[...] implantação de programas de qualidade total, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade, [...] tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a profunda precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira”.

ao trabalhador de aquiescer a qualquer negociação para garantir o emprego, mesmo que essa aceitação signifique se submeter as mais brutais formas de exploração da força de trabalho.

Merece pontuar que a terceirização torna-se uma prática que se espalha nos âmbitos público e privado. Esse processo se efetiva com a transferência de responsabilidades trabalhistas e sociais de primeiro (órgão) para um terceiro (organização).

Segundo Franco, Druck e Seligman-Silva (*apud* RAICHELIS 2011, p. 432), “A *terceirização* é uma das principais formas de flexibilização do trabalho mediante a transferência de um ‘primeiro’ – que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia – para um ‘terceiro’, liberando, assim, o grande capital dos encargos trabalhistas”. Esses estudiosos indicam que a terceirização tem elevado a um grau alarmante de precarização do trabalho.

As implicações da terceirização para mundo do trabalho são desastrosas, uma vez que o trabalho se afasta da lógica pública (legislação trabalhista) e aproxima-se dos contratos privados, obscurecendo a responsabilização do Estado no atendimento das demandas da classe trabalhadora.

Os trabalhadores terceirizados sofrem com as precárias condições de trabalho diante da deterioração das condições de saúde e do avanço da insegurança, e conseqüentemente, se distanciam das origens históricas dos espaços de lutas, organização dos movimentos sociais e direitos conquistados.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho “[...] resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho”. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 423)

Essas mudanças são marcadas pela retração e erosão do trabalho contratado e regulamentado, portanto, dos direitos sociais e trabalhistas, “[...] ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho”. (RAICHELIS, 2011, p. 421)

Cabe esclarecer que a precarização da força de trabalho, no Brasil, não é fenômeno recente, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial. Oportuno registrar que o Brasil possui diferenças

marcantes no mundo do trabalho, se comparada a sua situação com a dos países desenvolvidos. A cultura política do “pleno emprego” do período conhecido como “30 anos de ouro” do capitalismo localiza-se nos países centrais, nos quais o desemprego foi controlado em razão da efetividade das políticas de pleno emprego.

A precarização expressa um processo muito mais amplo no campo do embate entre o capital e o trabalho ao se constitui o modo de reprodução dessa relação, que, na atualidade, assume novas configurações, especialmente a partir do avanço do ideário neoliberal.

Sennett *apud* Druck (2002, p. 16) analisa as condições de trabalho frente às implicações das atuais transformações:

[...] o tempo nas instituições e para os indivíduos não foi liberado da jaula de ferro do passado, mas sujeitos a novos controles do alto para baixo. O tempo da **flexibilidade** é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações [...]. Uma estrutura de caráter bastante diferente surge entre os que exercem o poder dentro desse complicado regime moderno. Eles são livres, mas uma liberdade amoral. (*grifos nossos*).

Em outra obra, Druck (2011, p. 38) discute a precarização social do trabalho e as formas atuais de resistência, em que aponta “[...] a *precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microsocial*”.

Essa autora assinala ainda que as diferentes conjunturas históricas e as transições de uma Era a outra evidenciam processos de transformação em que velhas e novas formas de trabalho e emprego coexistem, “[...] são combinadas e, ao mesmo tempo, se redefinem, indicando um típico movimento de metamorfose, que, no atual momento, se dá sob a égide de uma dinâmica que passa a predominar sobre outras: é a dinâmica da precarização social do trabalho”. (*Ibidem*, p. 42)

Pochmann *apud* Santos (2004) assevera que o “futuro das ocupações” indica que o mundo do trabalho tenderia a refletir as mutações técnico-produtivas, marcadas por inseguranças constantes nos empregos e por alta concorrência na população ativa. Essa conjuntura aponta a “necessidade” de novos conhecimentos associados às exigências dos empregadores como polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e habilidades adicionais no exercício do trabalho. Desse

modo, na visão desse autor, o atual mundo do trabalho demanda um elevado nível educacional dos trabalhadores.

No tocante à precarização do trabalho, Druck *apud* Raichelis (2011, p. 430-431) assinala cinco grandes tipos:

a- Das formas de mercantilização da força de trabalho: com a ampliação de inserção de trabalhadores no mercado, em todos os setores; b- Do processo de construção das identidades individual e coletiva: com a desvalorização constante do trabalho, tem-se o aprofundamento do processo de alienação, fragilizando as identidades e a dimensão ética do trabalho; c- Da organização e das condições de trabalho: aqui tem-se a ampliação do ritmo do trabalho, das metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, a rotatividade entre outros; d- Das condições de segurança no trabalho: maiores condições precárias de trabalho, geram condições de riscos, bem como a precarização da saúde do trabalhador; e- Das condições de representação e de organização sindical: o aumento da fragilidade sindical e os efeitos da terceirização, produz competição e discriminação entre os próprios trabalhadores enfraquecendo a representação política.

Entre esses tipos, evidenciam-se a precarização e o desemprego crescente como desdobramentos concretos da *crise estrutural*, constituindo-se em estratégias engendradas e inerentes à acumulação capitalista flexível. Trata-se de um fenômeno que não é temporário e que afeta a maioria da sociedade. Segundo dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de desempregados cresceu em 2,3 milhões de pessoas em todo o mundo em 2016; e em 1,1 milhão em 2017. Portanto, em apenas dois anos, 3,4 milhões de pessoas farão parte do contingente global de desempregados. Do total de trabalhadores que integram as estatísticas do desemprego em 2016, segundo a OIT, 700 mil são brasileiros. Esses dados estão no relatório *World Employment and Social Outlook – Trends 2016* (Emprego no Mundo e Perspectiva Social – Tendências 2016), divulgado pelo referido organismo multilateral.

Para Mészáros (2002), a questão do desemprego é ignorada e deturpada pelos ideólogos capitalistas que apontam como causas o desenvolvimento tecnológico e as descobertas científicas, deturpando o real significado dessa realidade no mundo. Esse argumento, segundo o referido autor, desresponsabiliza os capitalistas pelo fenômeno do desemprego, e consequentemente pela precarização da força de trabalho.

Naturalizar a questão do desemprego subentende desconhecer os parâmetros estruturais e as limitações do sistema capitalista. De acordo com Mészáros (2002), o desemprego em massa é uma grave doença social que assume proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista.

Na perspectiva desse autor, o desemprego crônico relaciona-se à explosão populacional e ao fenômeno da escassez “socialmente criada” e “imposta” à sociedade capitalista na atual conjuntura. No debate tradicional, o “excesso da população” ou a “população redundante” referia-se simplesmente à existência de “gente demais” em relação aos meios de subsistência necessários para suprir as necessidades alimentares. No entanto, a realidade claramente identificável na atualidade se mostrou absolutamente diferente.

Primeiro, ela não se caracterizou pela incapacidade da sociedade de oferecer a quantidade necessária de produtos agrícolas para alimentar a população, sob condições em que se desperdiçam grandes quantidades de alimentos – e seu desperdício é até denunciado em círculos capitalistas competidores – no interesse da maximização de lucros, por exemplo, no quadro da “política agrícola comum” europeia. E, segundo, “explosão da população” não é uma categoria genérica de “gente demais”, mas é definida por determinações sociais muito precisas – e muito perigosas em suas implicações. Pois o que hoje se chama de “excesso de população” significa, cada vez mais, “trabalho supérfluo”. Pior que isso, esse “excesso de população” não pode ser simplesmente deduzido de um número total abstrato, como faziam os tradicionais contos de fadas sobre o crescimento da população e de seu controle malthusiano ou neomalthusiano. O atual “excesso” ou “população redundante” se refere ao “excesso em relação às necessidades”, num sentido muito limitado. (MÉSZÁROS, 2002, p. 321)

Assim, a solução capitalista apontada para a questão do desemprego é posta como um duplo pilar: “(1) *torne a força de trabalho precarizada*, e (2) *transforme em criminosos os que protestarem contra*”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 321) Essas soluções são absurdas, segundo esse autor, por não oferecerem a menor evidência de sua verdadeira causa. Uma das soluções é o estímulo ao empreendedorismo, bem como o compartilhamento do trabalho com salários reduzidos.

Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como “práticas trabalhistas flexíveis” – um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do

trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações de tempo integral. (MÉSZÁROS, 2002, p. 342)

Outra questão que perpassa o desemprego crônico consiste em um fenômeno que não atinge somente os países de “Terceiro Mundo”; é mundial e atinge toda a população trabalhadora, incluindo as “classes médias”. Dessa forma, os conflitos decorrentes desse fenômeno não só aparecem nas “regiões mais pobres do mundo”, como nas áreas mais privilegiadas do modelo de capitalismo avançado.

Essa situação agrava-se, porque com o elevado índice de demissões, instalou-se um sentimento de insegurança na maioria dos empregados somado a um medo enorme do futuro próximo, “[...] pois, passaram agora a viver o tormento de ‘Quem será o próximo?’”. (MÉSZÁROS, 2002, p.324)

É possível apreender nas leituras de Marx (1996), especificamente na lei geral da acumulação capitalista, que a população trabalhadora excedente é produto necessário à acumulação ou ao próprio desenvolvimento da riqueza no capitalismo. Essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, inclusive, a condição de existência do MPC. De fato, ela se configura no exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como o tivesse criado à sua própria custa.

O desemprego crescente, aliado à elevada taxa de demissões, além de provocar a insegurança nos trabalhadores, ocasiona sérios problemas sociais e econômicos, além de acentuar a pobreza. Atualmente, essas condições interferem na vida social dos sujeitos, desestruturando as famílias, reduzindo o padrão de vida da classe trabalhadora, inserindo-a na linha da miserabilidade.

Essa população “excluída” do mercado formal de trabalho, já não encontra meios para ser “integrada” de maneira satisfatória ao processo de reprodução do capitalismo vigente. Torna-se, por sua vez, “[...] a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do MPC”. Desse modo, a acumulação capitalista é responsável por produzir constantemente uma “[...] população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”. (MARX, 1996, p. 261-263)

Diferentemente do pensamento dos apologistas do sistema capitalista, que abalizam o desemprego a partir de uma perspectiva *natural*, este é resultante dos influxos responsáveis pela maximização dos lucros e, portanto, precisa ser compreendido como parte constitutiva das contradições estruturais que norteiam a lógica capitalista.

Nesse contexto, deve ser sublinhada a crescente informatização do trabalho. Wolff (2005) constata o quanto a tecnologia intensifica os processos de trabalho, produz um caráter controlador e amplia a fiscalização do desempenho dos trabalhadores, desencadeando o desgaste físico e mental criado pela atividade mecânica e repetitiva. Como exemplo, cita-se o preenchimento repetitivo de cadastros nos sistemas de computadores, dentre outras atividades laborais que não favorecem o processo de reflexão nem descanso físico.

A informatização do trabalho, quando não associada a uma reflexão crítica da realidade e a paradas intercaladas dessa atividade, afasta os trabalhadores do contato entre si, do atendimento direto com a população (demandante), enfim provoca o distanciamento das relações humanas, tornando-os seres mecânicos (uma extensão da máquina que manipulam) ao centrarem-se no uso automático das demandas impostas pelo trabalho informatizado. Esse é o caminho tomado para o desmonte da pessoa humana.

Acrescenta-se que o atual cenário traz inflexões ainda mais negativas aos salários e aos direitos trabalhistas, gerando um sentimento de insegurança permanente. Essas inflexões são perceptíveis no cotidiano da classe trabalhadora, no que se referem à perda da estabilidade no emprego, a flexibilização dos modelos de contratação e dos salários, o desmonte dos direitos sociais, dentre outras.

No livro *Mais Trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea, de autoria de Sadi Dal Rosso (2008), analisa detalhadamente a intensificação do trabalho que se traduz em maiores desgastes físicos, intelectual e emocional. Esse estudo contribui para derruir a ideia equivocada de que é apenas nas atividades industriais e no processo de produção de mercadorias que ocorre a intensificação do trabalho. O referido autor assinala criticamente a dinâmica de intensificação do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo, enquanto um movimento marcado pela adoção de diferentes medidas de super-exploração da força de trabalho e extração da mais-valia.

Nesse entendimento, a intensidade do trabalho para esse autor, remete ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta. Em outras palavras, a intensificação do trabalho consiste no fato de ser exigido dos trabalhadores algo mais, ou seja, um empenho maior no desenvolvimento das ações. Acrescenta ainda que a intensidade é “[...] mais do que o esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização”. (DAL ROSSO, 2008, p. 21)

Na conjuntura da atual crise do capitalismo, as estratégias de intensificação do trabalho são incorporadas tanto pelos órgãos públicos como privados, “[...] nos quais os ritmos e a velocidade, o acúmulo de atividades, a polivalência e a gestão por resultados representam mecanismos contemporâneos de elevação da intensidade”. (Ibidem, p. 106-135)

Outro aspecto a retomar é o processo de precarização de trabalho que, como observa Alves (2011), atinge a “objetividade” e a “subjetividade” dos trabalhadores assalariados, em que nessa nova conjuntura de produção do capital busca “capturar” não apenas o “fazer” e o “saber”, mas a sua disposição intelectual-afetiva.

Esse autor pontua que o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo “[...] articula mecanismo de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com a pleora de valores fetiche e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano”. (ALVES, 2011, p. 114)

A sociabilidade neoliberal tem contribuído para a apreensão da força de trabalho humana sob as condições da exploração do capital, com o aumento da informalização e a degradação do estatuto salarial. Ao mesmo tempo, assiste-se a intensificação e a elevação da jornada de trabalho, acarretando sérios danos sobre o corpo e a mente dos trabalhadores inseridos em diferentes ramos de atividade.

Ademais, destaca-se uma forte expansão do trabalho no chamado “terceiro setor”, o qual assume uma posição alternativa de exercício profissional, em empresas motivadas pelo compromisso social e pelo trabalho voluntário, realizando diversas atividades, as quais abarcam os serviços de caráter assistencial e filantrópico.

Antunes (2009) abaliza que o crescimento desse setor é consequência da crise estrutural do capitalismo, da sua lógica destrutiva, bem como das medidas de saída da crise pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir o trabalho vivo e ampliar o trabalho morto.

Esse autor discorda dos estudos que atribuem ao “terceiro setor” um papel de relevo na economia mundializada pela lógica do grande capital. Argumenta que as formas de atividades sociais, as quais são movidas por valores não mercantis, têm uma considerável expansão, sobretudo os trabalhos realizados nas ONGs. No entanto, essa alternativa de posto de trabalho ocasionada pela lógica destrutiva da sociedade contemporânea, é vista como limitada, uma vez que o “terceiro setor” incorpora uma parcela pequena daqueles trabalhadores que são expulsos do mercado de trabalho.

[...] um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades *não lucrativas, não mercantis*, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses seres veem-se, então, não como desempregados, excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social. (ANTUNES, 2009, p. 113, grifos do autor)

Esse posicionamento é alvo de debates conflitantes entre os autores neoliberais e de esquerda que atribuem ou não ao “terceiro setor” uma funcionalidade de relevância para absorção de desempregados.

Para Jeremy Rifkin, *apud* Pastorini (2004), o mundo encontra-se em uma nova fase da história em que a humanidade enfrenta o “fim dos empregos”, como consequência da revolução tecnológica que deixa para trás o modelo industrial e adentra-sena era da informatização. Esse autor ressalta que o “desemprego tecnológico” refere-se por um lado, a uma crescente automatização de setores tradicionais da economia, os quais não conseguem absorver os milhões de cidadãos desempregados; e, por outro, quando o Estado se encontra cada vez minimizado frente ao problema do desemprego.

Em torno dessa questão, o citado autor assinala duas saídas moralizadoras para o problema dos “desempregados tecnológicos”: primeira, preconiza que o “terceiro setor” deve ser o primeiro em importância para a saída da crise do

capitalismo e atribui a esse setor uma fonte de emprego para os segmentos populacionais que foram expulsos do setor produtivo ou aqueles que não conseguiram se inserir no mercado formal; e a segunda saída a ser seguida é a de reduzir a semana de trabalho a 30 horas sem diminuição dos salários. Nesse caso, segundo o autor, o Estado isentaria as empresas que dividissem os seus lucros com os seus empregados a fim de liberar as pessoas para um convívio familiar e comunitário. Sendo assim, procede-se à defesa do “terceiro setor” no sentido de centrar os esforços do cidadão para aderir à sociedade civil como alternativa ao mercado e ao Estado.

Decerto, trata-se de uma imposição –violenta e invasiva – de uma lógica da vida social do trabalhador pautada pela supressão dos seus direitos trabalhistas ao lado da mercantilização dos elementos necessários à vida em sociedade, dentre os quais se destaca a nova e/ou velha necessidade, sentida objetiva e subjetivamente, de venda da força de trabalho. (FONTES *apud* BOSCHETTI, 2016)

Ressalta-se ainda que as ocupações no mundo do trabalho das ONGs cumprem uma função basilar em relação ao sistema capitalista vigente: não quer ter nenhuma preocupação de caráter público ou social com o desemprego elevado. Conforme aponta Montaño (2002, p. 170-171): “[...] uma solução não capitalista para um problema capitalista, uma solução na sociedade civil para um problema do mercado e da produção”.

Mesmo que seja apontado como alternativa aos influxos da crise do capitalismo contemporâneo, o trabalho terceirizado realizado nas ONGs e nas organizações governamentais revela fragilidades que expressam limitações e desafios para o trabalho protegido, formal e estável.

2 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL: o campo da (des)proteção social no enfrentamento às expressões da “questão social”

No Brasil, a atuação das organizações do “terceiro setor” intensifica-se nas últimas décadas em decorrência das transformações sócio-históricas, analisadas no Capítulo anterior, enquanto inflexões sociais, políticas, econômicas e culturais derivadas da crise do capitalismo contemporâneo.

Neste Capítulo, a centralidade analítica dessas organizações circunscreve-se à gestão social privatista, enquanto o “novo” trato das expressões da “questão social”. A partir dessa perspectiva, a ascensão das organizações do “terceiro setor” é anunciada como promessas de vida melhor para classe trabalhadora, soando, como “[...] *um canto da sereia*, que nos seduz e nos chama irreflexivamente para as obscuras profundezas do mar”. (MONTAÑO, 2010, p. 152)

O debate acerca das organizações do “terceiro setor” enseja inúmeras polêmicas, em razão da polifonia discursiva identificada como heterogeneidade conceitual existente. Em torno dessa questão, apresenta-se como intencionalidade expositiva deste Capítulo analisar, ainda que de modo breve, o “terceiro setor” no Brasil, a partir das Organizações Não-Governamentais situadas no contexto histórico dos impactos do neoliberalismo, como uma das respostas do capitalismo ao processo de crise, instalado no pós-1970.

Para tentar alcançar esse intento, remete-se às análises criteriosas realizadas por Carlos Montaña, em duas obras fundamentais: a primeira intitulada *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*, originária da sua Tese de Doutorado, publicada pela Cortez Editora, em 2002; e a segunda obra é *O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*, editada pela Cortez, em 2014. Outras análises recentes ou não de distintos autores são também referenciadas, como: Rios Júnior (2013), Boschetti (2011), Machado (2009), Araújo (2008), Gohn (2008), Duarte (2008; 2007), Assis (2004), Mota (2005), Yazbek (2004), Iamamoto (2001), Landim (1993), dentre outros.

A análise temporal das organizações do “terceiro setor” parte do final do século XX, período marcado pela hegemonia do projeto neoliberal no Brasil que inspira essas organizações como uma nova modalidade de dar respostas às expressões da “questão social”.

Essa modalidade de gestão social minimiza a condição de direito às Políticas Sociais em defesa da solidariedade e da responsabilidade social, mediante o entendimento de que todos contribuam com o financiamento dos serviços sociais de acordo com a condição individual de cada um; e para os segmentos populacionais mais empobrecidos resta a filantropia, sobretudo religiosa.

O avanço do projeto neoliberal adotado pelo Estado brasileiro impõe a opção político-econômica por ações voltadas ao ajuste econômico e à retração das Políticas Sociais, com o intenso apelo à participação da sociedade civil e a ofensiva às conquistas sociais históricas da classe trabalhadora. Assim, no contexto de mercantilização e de refilantropização dos serviços sociais, o “terceiro setor” ganha fôlego, sobretudo as ONGs embaladas pelo discurso falacioso de solidariedade em torno da construção de uma aliança entre as classes sociais.

Se por um lado, efetiva-se a funcionalidade das ONGs frente ao cenário de crise do capitalismo contemporâneo e do avanço do ideário neoliberal, por outro, destaca-se a existência de organizações sociais que, articuladas aos interesses das “minorias sociais”, propõem a apresentar respostas protetivas, embora inócuas e insignificantes de enfrentamento às expressões da “questão social”.

O Capítulo 2 enfoca ainda o Serviço Social no contexto das organizações não governamentais, enquanto espaço sócio-ocupacional que concentra uma fração representativa de assistentes sociais, em vista do avanço da terceirização da gestão das Políticas Sociais mediante a constante transferência do atendimento das expressões da “questão social” da responsabilidade pelo Estado para as ONGs.

Além da análise teórica acerca das Organizações Não Governamentais, apresenta-se também uma interpretação investigativa do Serviço Social no contexto de 06 (seis) ONGs, situadas na cidade de João Pessoa, nas quais foram entrevistados 10 (dez) assistentes sociais. Para tanto, são discutidos dados empíricos, referentes à caracterização dessas organizações através da análise qualitativa dos fragmentos de fala, coletados nas entrevistas junto aos assistentes sociais e o uso de quadros demonstrativos.

2.1 A Atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs): a perspectiva de proteção social no trato das expressões da “questão social”

Para consolidar a materialidade da ideologia neoliberal, o Estado “minimizado” desenvolve medidas estratégicas de reconhecimento da ordem capitalista, mormente as de enfrentamento à crise do capitalismo contemporâneo que provocam mudanças nas relações econômicas de produção e de reprodução social e cultural.

A partir da década 1990, no Brasil, propaga-se uma lógica privatista que tudo deve se subordinar aos ditames do mercado, dando origem ao negócio lucrativo de investir no social. No discurso neoliberal, ganha destaque a publicização como estratégia que viabiliza o deslocamento de responsabilidade da gestão das Políticas Sociais do âmbito estatal para as Organizações Não-Governamentais.

De acordo com Montañó (2002), o desenvolvimento do “terceiro setor” decorre das sensíveis alterações nas modalidades de respostas às expressões da “questão social”. Nessa perspectiva, as Políticas Sociais sofrem uma profunda reorientação política: focalizadas (dirigidas de forma segmentada aos indivíduos que apresentem carências) e precarizadas (reduzidas em quantidade, qualidade e efetividade).

As ONGs e o “terceiro setor” são dois conceitos advindos do projeto conservador de sociedade. Conceitos que se atrelam à crise do capitalismo contemporâneo, ao ressignificar esses espaços organizacionais e os tornar elementos constitutivos e parceiros para o enfrentamento da crise não do aparato estatal, mas do próprio capitalismo.

O “terceiro setor” não é um termo neutro, aliás, nenhum é por se inserir em um dado contexto histórico e ideológico. Esse termo surgiu nos Estados Unidos, em 1978, por iniciativa do empresário John Rockefeller III, enfatizando a cultura do **associativismo** e **voluntariado**, traços marcantes da vida cívica norte-americana.

Apesar de vários estudos sobre esse termo, apresenta-se eivado de polêmicas entre os teóricos e pesquisadores, principalmente sobre as entidades que integram o “terceiro setor”. No caso brasileiro, a apropriação desse termo se deu por intermédio da criação da Fundação Roberto Marinho, significando a supremacia da ideologia dominante no fortalecimento desse segmento social. (MONTAÑO, 2010)

O que dizer o tão propagado “terceiro setor”? Termo construído a partir da explicitação dos três seguintes âmbitos: o Estado como o primeiro setor, o mercado como o segundo e o “terceiro setor” é a sociedade civil. Entretanto, “Essa categorização implica numa visão funcionalista e liberal da sociedade, em que o Estado se encarregaria dos assuntos políticos, o mercado dos problemas econômicos e a sociedade civil da questão social”. (ibidem, p. 53)

Recorte este, que “[...] isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social”. (MONTAÑO, 2010, p. 53-54) Tal fragmentação da realidade é necessária à lógica de reestruturação do capital e das inflexões político-ideológicas, pois decompõe a totalidade em frações. Em outros termos: ao perder a historicidade e a totalidade do real, o “terceiro setor” ganha destaque nesse cenário. “[...] o conceito ‘terceiro setor’ foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”. (ib.) Essa lógica evidencia a proposta de um “Estado mínimo” que repassa a responsabilidade para o âmbito privado pela execução de programas e projetos sociais, mediante uma postura seletiva e fragmentária.

Compreender o “terceiro setor” exige uma leitura crítica e atenta sobre esse termo que não é consensual no tocante à origem, à composição e às respectivas características. Ao compartilhar da concepção de pensadores críticos, evidencia-se em especial a produção de Janaina Duarte (2007; 2008) que afirma ter o “terceiro setor” uma função na conjuntura de reestruturação do capital que se desdobra em duas dimensões: a) na contribuição com o processo de redimensionamento do papel do Estado, minimizando sua intervenção no enfrentamento das expressões mais explosivas da “questão social”; b) na promoção de um clima de aliança e igualdade entre as classes sociais, o que de certo modo, obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência da classe trabalhadora na atualidade.

No âmbito do “terceiro setor”, encontram-se as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Traçar um estudo crítico sobre as ONGs na fase contemporânea não é uma tarefa fácil, em razão da dimensionalidade e heterogeneidade do termo, além da complexidade, e, principalmente em compreender essas organizações, que ocultam por trás dessa denominação ideológica, a sua funcionalidade para o projeto neoliberal. (MONTAÑO, 2012)

A expressão Organização Não-Governamental (ONG) foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1940, para “[...] designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social dentro de uma filosofia de trabalho antes denominada desenvolvimento de comunidade”. (GOHN, *apud* ASSIS, 2004, p. 37)

Sob a perspectiva crítica de análise, o desenvolvimento de comunidade, contraditoriamente, respondia aos interesses do grande capital internacional que buscava se expandir nos países periféricos, com produção a baixo custo, ampliação do seu mercado de consumo, retomando e incrementando o super-lucro, mas também incorporando de maneira pontual os interesses e as demandas dos setores populares das nações periféricas. (MONTAÑO, 2014)

Esse nexos interpretativo certifica que as ONGs não surgem de maneira ingênua e/ou desarticuladas da lógica do grande capital, tendo em vista que são permeadas por interesses capitalistas; essa constatação independe da concepção sobre as ações das ONGs para a classe trabalhadora. (DUARTE, 2007)

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), fundada em 10 de agosto de 1991, constituída por ONGs, objetiva a promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa. No art. 2º do Estatuto da ABONG (2016), destaca a seguinte definição para ONGs:

[...] são consideradas Organizações Não-Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos. (ABONG, Estatuto, 2016, p. 1)

Além dessa conceituação e de outras existentes, evidencia-se o estudo formulado por Landim (1993, p.20), que define as ONGs como “sociedades civis sem fins lucrativos”, reconhecidas por lei. “As ‘ONGs’, então, poderão escolher o

registro legal seja de sociedades civis (ou associações, a lei usa as duas expressões transitivamente), seja de fundações – o que é menos frequente”.

Vale ressaltar que a conjuntura nacional brasileira favoreceu a emergência das ONGs, a partir das décadas de 1950-60, uma vez que se vivia um período de busca de crescimento econômico relacionado ao crescimento da industrialização. Quando o governo abre as portas à intervenção dos países desenvolvidos, por meio das ONGs, com o discurso de estas serem as responsáveis em amenizar o atraso do país. (ASSIS, 2004, p. 38)

Nas décadas de 1970-1980, as ONGs tornam-se espaços de apoio aos movimentos sociais e populares, inserindo-se nestes e na luta contra o regime militar e pela democratização do país. “As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos”. (GOHN, 2008, p.89) Nessa fase²⁴, as organizações assumem um papel de articulador ao lado dos movimentos sociais, se estabelecem como captadoras de recursos para custear a sustentabilidade dos movimentos sociais, sobretudo no apoio às causas populares, no sentido de apoiar as lutas pela democratização.

Com o advento do período democrático (pós-ditadura), marcado pelo retorno da vida ativa dos sindicatos, sobretudo, no pós CF/1988 e a consequente minimização do financiamento das agências internacionais às ONGs, os movimentos sociais arrefecem, entram em período de refluxo e crise.

Por outro lado, no início da década de 1980, os políticos neoliberais começam a financiar e promover uma estratégia paralela nos EUA, Europa e América Latina denominada de organizações “comunitárias de base”, embaladas em uma ideologia antiestatal para intervir nas “classes potencialmente conflitantes”. (GOHN, 2008)

Sob essa conjuntura, segundo Landim (1993), as ONGs assumem um movimento oposto ao período da Ditadura Militar, dedicando-se a afirmar sua institucionalização e construir uma identidade comum que buscam reconhecimento

²⁴No período ditatorial os movimentos sociais foram violentamente reprimidos, pois expressavam um novo modelo de ação social pautado na luta pela mudança do regime político brasileiro e no desejo de construir uma sociedade mais democrática e justa, isto é, com mais liberdade política e igualdade social. Sob o peso das pressões, prisões, torturas e homicídios, as reivindicações dos sujeitos políticos dos movimentos sociais voltados à hegemonia dos setores populares representavam uma ameaça ao sistema capitalista, principalmente quando defendiam ideias socialistas. Por isso mesmo tais movimentos tiveram um papel significativo nesse cenário de turbulências, assim como as ONGs que os apoiavam ou assessoravam. (MACHADO, 2009, p. 47)

público e reivindicam para si o papel de protagonistas autônomos nesse espaço da sociedade civil.

O fato é que as ONGs começam a ganhar mais credibilidade do que os próprios movimentos sociais, tendo em vista que elas não representavam mais uma ameaça, mas uma “parceira” no crescimento econômico do país. Nesse momento, essas organizações passam a estabelecer uma relação diferenciada com o Estado e o mercado (mundo empresarial), ao se distanciarem dos espaços de lutas e conflitos para ocuparem os espaços das negociações e consensos e substituírem a relação de interesses conflitantes para a relação clientelista, da mobilização para a parceria.

A partir da década 1990, as ONGs ampliam-se e diversificam-se e vão praticamente assumindo o lugar dos movimentos sociais. Isso se deve em grande parte ao poder deflagrador da mídia que, como apoiador direto das reformas governamentais, redesenha um novo discurso para o enfrentamento das expressões da “questão social” como responsabilidade dos sujeitos através do incentivo a práticas solidárias e filantrópicas (ASSIS, 2004).

Também é fato que as ONGs se expandem nessa década, em decorrência da mudança de orientação dos doadores internacionais que passam a não mais destinarem recursos diretamente aos movimentos sociais e populares, mas transferindo-os para as ONGs. Dada à expansão das ONGs, seu objetivo centraliza em duas frentes: na captação dos recursos internacionais e dos recursos públicos do Estado brasileiro e na geração de empregos.

Quanto à estratégia de geração de empregos, os membros das ONGs (os chamados “ongueiros”) não são considerados “funcionários”, mas “militantes” – que passam a ocupar quase que totalmente o lugar do membro das organizações populares, porque estas sem recursos tornam-se relativamente desmobilizadas, com menos adeptos etc. Esse processo ocorre, sobretudo, nos governos Lula e Dilma (2002-2016) quando se contratam extensivamente líderes dos movimentos sociais e membros de importantes organizações com experiência em lutas populares, ou como estratégia de passivização desses líderes, com vistas a minimizar as ações dos movimentos e garantir um governo sem grandes interrupções.

Portanto, especialmente a partir dos anos 1990, é perceptível uma alteração na função social das ONGs em razão da conjuntura neoliberal, quando se tornam

nitidamente úteis aos interesses do capital, na medida em que ocupam um espaço de destaque no enfrentamento das expressões da “questão social”. (DUARTE, 2007)

Ao analisar esse contexto, Rios Júnior (2013) identifica como “perigosas” as novas relações de forças consolidadas com a atuação das ONGs. Estas assumem uma nova postura política que não mais representam os interesses de uma classe social, de um movimento social ou de uma associação de bairro, mas os seus próprios interesses de modo a garantir a sua proteção e a demandar por suas causas e necessidades.

2.1.1 A atual funcionalidade das ONGs brasileiras

No arcabouço conceitual sobre o “terceiro setor”, em especial sobre a funcionalidade das ONGs, assinala-se uma nítida falta de rigor teórico, bem como a distância ideológica da realidade social, na qual podem ser observadas diversas contradições teóricas. “O fato é que as ONGs não são um bloco hegemônico. Elas apontam uma diversidade de ações, de discursos, de perfis, de objetivos e posicionamentos políticos”. (MACHADO, 2009, p. 40)

Montaño (2010) argumenta que os equívocos envolvendo o chamado “terceiro setor” desvelam o fenômeno real que está por trás desse termo, ao evidenciar a estratégia do capital em estimular a “ideologia do terceiro setor”.

Para esse autor, uma questão deve ser pontuada que se refere à incompreensão (ou inadequação) acerca dos termos: “*terceiro*” ou “*primeiro*” setor? Uma vez que o “terceiro setor” surge para resolver o problema de dicotomia entre o público e privado; o *público* sendo identificado como algo estatal e o *privado* considerado como o mercado. Nesse caso, se o Estado enfrenta um período de crise e o mercado apresenta uma lógica lucrativa, nem o primeiro nem o segundo poderiam oferecer respostas às demandas da classe trabalhadora. Emerge a justificativa de que o “terceiro setor” surge como articulação materializada entre ambos os setores. Eis a “*grande debilidade conceitual*”, referenciada por Montaño (2010, p. 54-55): “[...] o desenvolvimento de um ‘novo’ setor que viria a dar respostas que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar”.

A justificativa para o surgimento de determinadas ONGs, verificada em parte dos assistentes sociais entrevistados, aponta que as organizações foram criadas a

partir da **necessidade e/ou ausência de ações do poder público** em relação à determinada comunidade e/ou público. Em outras palavras, o aparecimento das ONGs dá-se com a transferência de responsabilidades do Estado no atendimento das expressões da “questão social”. Nessa direção explicativa, destacam-se as seguintes falas dos entrevistados:

*- A organização originou-se a partir da **necessidade** de ações de caráter educativo e assistencial no Baixo Roger [...]. Percebeu-se uma **ausência** de atividades com essa comunidade carente e assim surgimos a partir de uma iniciativa da igreja católica [...]. (Entrevistado nº 05)*

*- Começamos em 2004 por iniciativa da primeira oncopediatra da Paraíba. Ela começou a detectar a **necessidade e/ou ausência** de medicamentos e exames nos pacientes que ela atendia no Hospital Laureano. Então, ela percebeu a urgência em ter um local (associação), ou seja, uma ajuda indireta para poder auxiliar as crianças e adolescentes carentes [...]. A partir da experiência que ela tinha com esse segmento, decidiu abrir uma associação para poder captar recursos e ajudar as crianças [...]. Ela juntou os voluntários, estagiários e funcionários do próprio Hospital [...] e iniciou as atividades para captação de recursos. (Entrevistado nº 07)*

Embora haja a afirmativa de que o crescimento das ONGs associa-se ao processo de “deresponsabilização” do Estado no atendimento das expressões da “questão social”, contraditoriamente, é importante frisar que essas organizações se sustentam com os repasses financeiros públicos. Em outras palavras: essas organizações “barganham” parte do orçamento público para custear os seus projetos, isto é, elas são alvo da transferência de responsabilidade do Estado com vistas a atender as demandas das “minorias” sociais. Como “minorias”, leia-se criança e adolescente, negros, mulheres, idosos, pessoa com deficiência, etc.

Ao retomar os registros anteriores das falas de dois entrevistados, constata-se a gênese das ONGs que advém da intervenção de voluntários, cuja funcionalidade é determinada pelo discurso da “ausência do poder público estatal” na gestão das Políticas Sociais direcionadas a uma dada comunidade e/ou público carente (criança e adolescente, mulheres, negros, etc.).

O achado instigante identificado no registro anterior dessas entrevistas junto a dois assistentes sociais consiste no conteúdo da própria fala de que: com as ONGs emerge um setor que vem suprir as demandas da classe trabalhadora, sobretudo

nos espaços em que os órgãos públicos “não enxergam e/ou fingem não enxergar”. Há um teor deveras negativo ou de desresponsabilização em relação ao poder público estatal e, conseqüentemente, uma fala legitimadora das ONGs em face do “compromisso” em atuar no enfrentamento das expressões da “questão social”. Em outros termos: os assistentes sociais, no seu cotidiano de trabalho nas ONGs, se apropriam do discurso sobre o atendimento das “necessidades sociais” da população diante da ineficácia e/ou ausência do Estado.

No entanto, há um equívoco nessas concepções, porque as ONGs executam projetos com recursos públicos através da transferência da execução/operacionalização de serviços sociais via cooperação público *versus* privado. Por conseguinte, mesmo que se negue a eficácia do Estado, tem-se a presença maciça dos recursos públicos no financiamento direto desses serviços para essas organizações. Atesta-se, assim, a contradição dessas falas: se por um lado, não reconhecem a eficácia e efetividade dos órgãos governamentais na gestão das Políticas Sociais, por outro, aceitam os recursos públicos para implementá-las.

Na análise qualitativa das falas dos entrevistados, merece esclarecer que se buscou adotar a devida vigilância metodológica no sentido de não cair na armadilha de proceder a generalizações a partir de dez sujeitos da pesquisa entrevistados. Para tanto, levou-se em consideração três aspectos que possibilitam realizar determinadas generalizações: o processo investigativo sobre a atuação dos assistentes sociais nas ONGs, realizado nos Estágios Supervisionados I e II, permitiu desenvolver uma análise, cujos resultados foram discutidos criticamente no Trabalho de Conclusão de Curso; a realidade empírica das ONGs vivenciada no contato direto com os assistentes sociais que trabalham nas ONGs durante os períodos da Graduação e da Pós-graduação; e o estudo bibliográfico de autores que debatem criticamente a atuação dos assistentes sociais nessas organizações, como: Montañó (2002; 2012; 2014), Assis (2004), Carneiro (2005), Simões (2000); Duarte (2007; 2008), Inácio (2000), Rios Júnior (2013); Landim (1993); Santos (2004); Santos (2012), entre outros.

Outro achado detectado na discussão sobre as ONGs refere-se à controvérsia existente no seu próprio entendimento, tendo em vista que este abrange, no mesmo espaço institucional, organizações formais e atividades informais, voluntárias e/ou individuais; entidades de interesses político, econômico e

singulares; coletividades das classes trabalhadoras, etc. Essa abrangência organizacional gera uma fragilidade conceitual e funcional, uma vez que representa um “setor” da sociedade que mescla *diversos* sujeitos com aparentes igualdades, porém com interesses e valores contrários e/ou contraditórios.

Para Montañó (2010, p.57-58), o *caráter “não-governamental”, “autogovernado” e “não-lucrativo”* é facilmente questionável, em virtude de as ONGs serem financiadas, predominantemente pelo Estado através das *parcerias*, ou em alguns casos, contratadas pelo Estado para desempenhar, de maneira terceirizada, as atividades de caráter social. Desse modo, sua denominação parece enganosa: “[...] a dita ‘não-governamentabilidade’ e a ‘autogovernamentabilidade’ dessas organizações encobre o fato de estarem *integradas* tendencialmente à política de governo”.

No que se refere às percepções dos entrevistados sobre as parcerias em face da **transferência de recursos públicos para as ONGs**, verificam-se dois conteúdos temáticos diferenciados: o primeiro discurso versa na defesa dos recursos públicos para as ONGs, conforme se assinalam nas seguintes falas:

- *Apesar de ser uma realidade presente no cotidiano das instituições do “terceiro setor”, acredito que gera uma instabilidade para as ONGs e para o quadro de funcionários, pois nem sempre os projetos são aprovados pelo poder público. Isso gera uma descontinuidade das ações da instituição.* (Entrevistado nº 01)

- *Eu vejo como uma alternativa para o desenvolvimento de ações comprometidas com os usuários.* (Entrevistado nº 04)

- *Defendo o repasse de recursos, mas sou contra a mudança de perfil das organizações para se adaptar aos financiadores. Defendo também um avanço na discussão do marco regulatório e uma maior fiscalização nessa discussão de verbas. Acredito que as ONGs devem buscar a sua auto-sustentabilidade [...].* (Entrevistado nº 06)

E o segundo discurso refere-se à defesa do repasse de recursos públicos, mas sem o Estado abandonar a sua responsabilidade de gestor das Políticas Sociais, de acordo com as falas que seguem:

- *Enxergo o repasse de verbas como uma necessidade de sustentabilidade das ONGs, no entanto o Estado repassa também a sua responsabilidade de gerenciador das Políticas [...].* (Entrevistado nº 03)

- Reconheço que a transferência de recursos para o “terceiro setor” é preocupante, tendo em vista que o Estado deixa de realizar o seu dever com as Políticas Sociais. (Entrevistado nº 05)

- Tenho uma visão mais crítica quanto ao repasse de verbas para o “terceiro setor”, pois vejo que o Estado deveria assumir o seu papel no atendimento das demandas da população [...] (Entrevistado nº07)

Examina-se em determinadas falas um teor negativo quanto ao recebimento de verbas públicas. Mas, no discurso dos assistentes sociais, essa negatividade relaciona-se à existência da burocracia por parte do Poder Executivo no tocante ao processo de elaboração e aprovação dos projetos, e, sobretudo na prestação de contas. Nesse sentido, os entrevistados criticam as exigências de adaptação das atividades das ONGs para garantir o recebimento da verba pública, ou seja, censuram a constante cobrança de reorganização das atividades a partir das exigências do financiador (especialmente, do Estado).

Na análise crítica dos depoimentos dos entrevistados, frisa-se que o Poder Executivo tem a obrigação legal de fiscalizar a aplicabilidade das verbas públicas empregadas na operacionalização das Políticas Sociais. Nesse entendimento, as ONGs devem se submeter a um processo de acompanhamento e avaliação constante do Estado, por receberem recursos oriundos do fundo público brasileiro. Essas medidas são previstas para conter fraudes e/ou desvios, bem como prestar informações sobre as ações pelas quais são responsáveis em gerir e desenvolver.

Na transferência de recursos do Estado para ONGs, pontua-se a importância da comprovação do cumprimento, de forma clara e correta, de cada meta, etapa e fase prevista para a consecução dos projetos. Portanto, ao receber recursos públicos, essas organizações devem se comprometer com a prestação de contas precisa e detalhada, através da apresentação de relatórios, dados estatísticos, resultados das atividades e todo material que comprove a efetividade das ações.

Outro elemento revelado nas entrevistas trata do **cuidado de as ONGs não se tornarem meras executoras dos serviços públicos**, excluindo-as das atividades de assessoria aos movimentos sociais, bem como da participação nos espaços de controle social. Evidencia-se, sob o ponto de vista dos entrevistados, a perspectiva problemática e, em sua maioria, indesejada, do processo de parceria com o poder público.

Os entrevistados elencaram pontos negativos no processo de realização das parcerias, mas, ainda assim, persiste uma opinião positiva, posto que segundo os entrevistados, as organizações, muitas vezes, têm a oportunidade de adquirir visibilidade na sociedade (empresas, comunidade acadêmica, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, etc.) e no Estado, de ampliar as suas ações, trabalhar com novos parceiros, aumentar o número de atendimentos, contribuir nos espaços de formulação de políticas públicas democráticas.

Decerto, comprova-se nos relatos dos entrevistados e nas análises de distintos autores, que as tidas parcerias entre o Estado e as ONGs apresentam uma clara função ideológica, uma vez que essas organizações procuram propalar que o processo de transferência se dá de um “setor” falido (Estado) para outro mais eficiente, inovado e empreendedor, leia-se, o “TS”. (MONTAÑO, 2010, p. 226)

Sob esse prisma, é incontroversa que as ONGs não têm a “tão sonhada” autogovernabilidade, porque o Estado ao estabelecer as parcerias mediante a destinação de recursos, sustenta financeiramente essas organizações quer na implementação de projetos sociais quer na manutenção dos recursos humanos que nelas trabalham.

Ademais, para a implementação dos projetos sociais, as ONGs desenvolvem ações seletivas e focalistas, ao fragmentar o atendimento mediante estratificações dos usuários (crianças em determinadas faixas etárias, famílias com número x de filhos, mães jovens negras, etc.), portanto, destruindo a lógica dos direitos sociais, prevista na CF/88. Desse modo, a coparticipação das ONGs na execução das Políticas Sociais tem favorecido a lógica da seletividade, tornando os princípios da universalidade e da equidade mais longínquos da realidade alcançável e necessária.

A outra questão diz respeito ao **critério de “não-lucratividade”** defendido por essas organizações. A sustentação desse discurso de “não-lucratividade”, segundo Iamamoto (*apud* DUARTE, 2007, p. 68), insere-se no processo de despolitização crescente de que a “[...] sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e ‘complementares’, destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços de solidariedade”.

Ao estabelecer a sociedade civil como sinônimo de “terceiro setor”, processa-se um discurso esvaziado de interesses de classe por ser apolítico ou politicamente asséptico e alienante. Esse discurso descontextualiza o entendimento da eclosão e

amplitude das ONGs, desvincilhando da atual conjuntura de crise e reestruturação do capital, do estágio atual de destruição de direitos sociais, além de ignorar a crítica à relação de transferência de responsabilidade do Estado para a esfera privada no comprometimento com a “questão social”.

Ao reduzir a categoria de sociedade civil ao conceito de “terceiro setor” significa perder de vista à noção de transformação social, neutraliza a luta de classes existente na sociedade capitalista, bem como camufla as contradições e enfatiza a parceria e a participação regulada pela burguesia dominante, que sob o ideário neoliberal, responsabiliza os sujeitos pelos seus problemas e os encaminha para procurar soluções.

Considerando a análise crítica dialética, o “terceiro setor” pode ser compreendido como um fenômeno funcional ao processo de reestruturação do capital e que está inserido nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, portanto, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia, uma vez que se caracteriza como um novo padrão para a função social de dar respostas às expressões da “questão social”. (MONTAÑO, 2010) Configura-se, assim, uma responsabilização para a comunidade/sociedade pelas respostas às expressões da “questão social” geradas pela contradição existente entre as classes sociais.

O principal ponto do debate é pensar o “terceiro setor” como mediação entre o universo dessas organizações e a conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora, sobretudo compreender o discurso hegemônico que fundamenta as modificações necessárias ao capital para manter seus padrões de acumulação em tempos de crise do capitalismo contemporâneo.

Em torno da questão, apreendem-se diversas críticas sobre a função social das ONGs no Brasil, no que se refere ao posicionamento ideológico que coloca essas organizações como executoras diretas das Políticas Sociais. Concorde-se com a afirmação de Duarte (2008) de que tais organizações expressam espaços de contradições, assim como toda realidade social se apresenta de maneira contraditória e complexa. Desse modo, as ONGs se apresentam na lógica do “terceiro setor” e assumem uma funcionalidade frente ao processo de reestruturação do capital; também não se pode negar a importância histórica de determinadas organizações na contribuição à efetivação de direitos, não como executora de

Políticas Sociais, mas como uma força articuladora para consolidar a execução de um projeto de sociedade que busque a efetivação dos direitos sociais assegurados na legislação atual. Nessa perspectiva de análise, ressalta-se que a funcionalidade das ONGs deve ser política na luta diária, na articulação com os movimentos sociais, na fomentação das organizações comunitárias e no controle social.

2.1.2 A transferência do público para o privado: estratégia neoliberal

Historicamente, acentua-se que nos últimos governos, em especial a partir de FHC (1995-1998 e 1999-2002), a dimensão voluntária foi incentivada principalmente, sob o enfoque da solidariedade. Mesmo que seja impulsionada o contexto do privado, não se pode negar o papel do Estado, mas colocá-lo em um novo patamar de “financiador” que, ao invés de garantir diretamente os serviços sociais à sociedade, apenas financia a produção dos bens públicos que serão realizados pelas “organizações” que se inserem na sociedade.

Nessa acepção, prevalece uma leitura neoliberal, na qual tende a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos e processos em torno de valores altruístas de “solidariedade individual” e do “voluntarismo” que em torno deles gravitam as ONGs.

Na década de 1990, com a Reforma do Estado, juntamente com o Programa de “Publicização²⁵”, institui-se um novo marco legal para concretizar a abertura e o repasse das atividades que eram desenvolvidas diretamente pelo Estado. A construção desse marco tem o papel fundamental na estrutura do Programa Comunidade Solidária (PCS), criado pelo governo de Fernando Henrique, em 1995, comandado pela primeira-dama, Ruth Cardoso, que avança na defesa da entrada das organizações da sociedade no espaço estatal. Esse Programa desempenha o papel de facilitador das parcerias público *versus* privado, com o foco na ascensão do

²⁵O programa de “publicização” proposto por Bresser Pereira objetivava transferir os serviços para as organizações sociais que, através de contratos, passariam a executar aquilo que antes era atribuição do Estado, o qual agora passa a ser financiador das políticas, enquanto aquelas passam a ser executoras. A transferência poderia garantir concorrência e qualidade nos serviços aos ‘cidadãos-clientes’ e poderia acontecer o melhor controle social tanto por parte das organizações sociais, quanto dos próprios receptores das políticas sociais, que poderiam escolher aquilo que melhor fosse ofertado. (RIOS JUNIOR, 2013, p. 71)

“terceiro setor”, contribuindo para o seu protagonismo em detrimento da implementação das Políticas Sociais Públicas.

Esse Programa sustenta-se no princípio da solidariedade e em uma estrutura semelhante à do Programa Nacional de Solidariedade Mexicana (Pronasol), criado em 1988, com a perspectiva neoliberal. Fundamental enfatizar a proliferação do sentimento solidário na sociedade civil, e, sobretudo o afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais. (ARAUJO, 2008)

Esse autor acrescenta que o Programa Comunidade Solidária centra-se na coordenação de ações governamentais para o atendimento de uma parcela da população desprovida dos meios para suprir as suas necessidades básicas, em especial as oriundas da pobreza e da fome, enfatizando, também, os serviços urbanos, a geração de emprego e a defesa de direitos à proteção social.

Essa concepção do Programa é entendida, na sua essência, como o direcionamento das ações voltadas para as demandas pontuais, emergenciais e fragmentadas de atenção às necessidades sociais de segmentos populacionais excluídos socialmente, fruto das inadequações da redistribuição de renda, da desigualdade social, da redução de ações assistenciais e da ausência de outros fatores de ordem estrutural. Nesse enfoque, o Estado, estrategicamente, apela para a sociedade em geral, para que se engaje nas ações de assistência social, tendo como argumento o valor humanitário do solidarismo, mas esvaziado do caráter e da essencialidade política. (ARAUJO, 2008)

Em consonância ao ideário prescrito no PCS, a classe burguesa justifica as parcerias realizadas com as ONGs a partir das teses da “escassez”; da “burocracia estatal”, do “paternalismo” e da crise de “governança”; trata-se de teses da “passagem” e da “compensação”, referenciadas por Montaño (2010).

As primeiras teses apontam que na passagem dos anos 1960 para os anos de 1970, o déficit fiscal do Estado torna-se insustentável, deslançando uma verdadeira crise fiscal, vista como resultado da perda de arrecadação do Estado, do aumento da evasão fiscal e do elevado gasto social sem retorno. Conforma-se como uma justificativa da transferência das responsabilidades do Estado para o âmbito das organizações do “terceiro setor”.

As segundas teses indicam que a crise do Estado concentra-se no ato burocrático de governar, ou seja, a estrutura pesada, a dinâmica lenta, a corrupção,

a política patrimonialista e clientelista. Nesse argumento, concebe-se o “terceiro setor” como dinâmico, desburocratizado, flexível, e principalmente, gerido pela “Sociedade Civil”. Esse modelo é posto como solução para os problemas da má gestão das Políticas Sociais pelo Estado.

As teses de “passagem” e da “compensação” assinalam uma naturalidade na transferência de recursos para o chamado “terceiro setor” através das ONGs, dada a crise fiscal e a ineficiência do Estado em atender as demandas sociais. Desse modo, amplia-se o processo de “passagem” da intervenção estatal para a intervenção comunitária.

A partir desse contexto favorável, cresce a realização de “parcerias” entre o Estado e o “terceiro setor” na execução das Políticas Sociais, o que antes era compromisso da esfera pública estatal. Nessa ocasião, as ONGs surgem como um ator estratégico, concebidas pelos ideólogos neoliberais como instituições mais flexíveis e eficientes, porque alcançam resultados efetivos com menos recursos financeiros, com menos pessoas e com mais agilidade; e, por serem mais próximas da Sociedade Civil, uma vez que priorizam atividades de base nas comunidades carentes de serviços sociais públicos. Assim, essas organizações se afirmam como “parceiras” privilegiadas na execução das Políticas Sociais e destacam-se no cenário nacional, sem radical contestação e/ou nítido movimento de resistência.

Nas últimas décadas, as ONGs se aproximam do Estado e o concebem como uma das suas principais fontes de financiamento. Em outras palavras: as ONGs que surgem em oposição ao Estado, assumem a condição de parceiro. Para estabelecer as ditas “parcerias” do público *versus* o privado, as organizações sociais se constituem sob a forma jurídica de associações e de fundações privadas, sendo reconhecidas por uma diversidade de nomenclaturas: ONG (Organização Não Governamental), OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), OS (Organizações Sociais), Organização Civil de Utilidade Pública (OCUP), entre outras.

Esses termos são apenas títulos de qualificações que as formas jurídicas associações e fundações podem receber ou através de certificações. Essas qualificações e/ou certificações são necessárias para que as entidades possam realizar “parcerias” e contratos com os órgãos públicos e ter acesso ao fundo público.

Com independência da falta de rigor na definição das entidades que comporiam o chamado “terceiro setor”, desenvolveu-se no Brasil, uma legislação, fundamentalmente nos últimos anos, que tem ajudado à criação e operação de certas entidades privadas com “interesse público”, “não-governamentais” e sem fins lucrativos, como corolário e justificativa para o processo neoliberal de desresponsabilização do Estado. (MONTAÑO, 2010, p. 200)

Montaño (2012) ainda evidencia a importância de se avaliar as leis e decretos, antigas e atuais, que, direta ou indiretamente, regulamentam a constituição e atividade das entidades que compõem o “terceiro setor”, as quais se sobressaem: a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que reconhece como utilidade pública as sociedades civis, associações e fundações, constituídas no país, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade. Essa lei é regulamentada pelo decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961; a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o Serviço Voluntário, considerado como atividade não remunerada prestada por pessoa física e entidade pública.

O serviço voluntário não gera, segundo a lei, vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária; a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, qualifica como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Essa lei, articulada pelo ex-ministro Bresser Pereira, promove uma verdadeira transferência de atividades estatais para o setor privado; a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e institui e disciplina o termo parceria.

Nos anos seguintes, novas leis são aprovadas no sentido de atualizar o marco regulatório das organizações sociais, como: a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 que “Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, [...]” (BRASIL, Presidência da República, 2014, p.1). Essa Lei é alterada mediante a nova redação dada pela aprovação da Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que “[...] estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não

transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público [...]”. (BRASIL, Presidência da República, 2015, p.1)

Tais leis contribuem para a regularização dessas entidades e legitimam a transferência de recursos do âmbito público para o privado. Essa transferência de recursos públicos para as organizações do “terceiro setor” desenvolveu-se mediante a seguinte legislação:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, inciso VI, alínea c, estabelece a isenção de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço às instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos. O decreto nº 91.030, de 5 de março de 1985, regula essas isenções fiscais, beneficiando entidades sem fins lucrativos que promovam atividades com fins culturais, científicos e assistenciais; A Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, altera os dispositivos anteriores para isenção de contribuição à seguridade social, dirigidos a entidades filantrópicas. O decreto nº 2.532, de 6 de abril de 1998, dispõe sobre a concessão do certificado de entidade de fins filantrópicos, alterado posteriormente pelo decreto nº 3.504, de 13 de junho de 2000. (MONTAÑO, 2010, p. 204)

A partir dessas normas que legislam sobre as organizações sociais e a relação de cooperação entre o Estado e a sociedade civil possibilitaram a transferência do financiamento estatal, direto ou indireto, a essas entidades. Para viabilizar tais incentivos às organizações do “terceiro setor”, o Estado desenvolve diversas modalidades de cooperação e financiamento, tais como: Auxílios e contribuições, Convênios, acordos ou ajustes, Contratos de gestão, Termos de parceria, Isenção de impostos²⁶.

²⁶ **Auxílios e contribuições.** Os auxílios derivam diretamente da Lei de Orçamento; as contribuições definem-se por lei especial;

Subvenções sociais. Destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência social, médica ou educacional.

Convênios, acordos ou ajustes. É o meio jurídico adequado para a execução, em regime de mútua cooperação, de serviços de interesse recíproco.

Contratos de gestão. A partir da Lei nº 9.637, o Estado destina recursos para que uma entidade privada sem fins lucrativos, sem processo licitatório, realize atividades públicas. Na verdade, isto representa uma verdadeira privatização, mediante a terceirização ou transferência de funções de responsabilidade estatal para a chamada “iniciativa privada”.

Termos de parceria. Seguindo o que reza a Lei nº 9.790, o Estado transfere recursos públicos para entidade “parceria”. Isto, quando é feito de forma a substituir (não complementar) a responsabilidade estatal com a resposta às demandas sociais, é outra forma de privatização de funções do Estado.

Isenção de impostos, ou renúncia fiscal do Estado a recolher impostos de entidades declaradas como instituições filantrópicas ou de interesse público, conforme a Lei nº 9.732. A isenção de

Quanto às fontes de recursos públicos, Montañó (2010, p. 211-215) sinaliza a variedade existente, uma vez que provêm de: *“Simpatizantes, membros filiados à organização e público em geral”* (grifos do autor). Tais recursos podem ser financeiros, materiais ou humanos.

Montañó (Ib.) assinala as seguintes modalidades de fontes de recursos: há as *“Empresas ‘doadoras’ ou fundações de filantropia empresarial”* (grifos do autor). Nessa modalidade, o que é chamado de nova “consciência social” do empresariado, “empresa cidadã” e outras denominações, nada mais são do que uma nova estratégia de o capital obter isenção de impostos e subsídios estatais para a melhoria da imagem (*marketing*) gratuito da empresa ou do produto desta.

Por certo, mais do que uma mera financiadora de ações, de alguma maneira as ditas empresas “doadoras” são vistas por alguns dos entrevistados como parcerias potencialmente significativas para a sustentabilidade das organizações sociais – a exemplo da construção de sede, pagamento de equipe técnica, etc. -, bem como proporcionam a garantia da continuidade dos serviços sociais oferecidos, conforme se atesta na fala seguinte:

- Temos uma forte parceria com o McDonald's [que] direciona a verba arrecadada no “Mac Dia Feliz” para o custeamento das nossas atividades. [...] Tivemos inclusive, a efetivação da construção da nossa sede com os recursos advindos do Mac. (Entrevistado nº 07)

Há ainda as *“Atividades comerciais e vendas de serviços”* que se referem à venda de bens ou serviços paralelos à atividade social, como forma de financiá-la parcial ou integralmente ou até à cobrança dos próprios serviços, abaixo do valor do mercado, de modo a recuperar apenas os custos ou somente parte destes. Evidencia que um número significativo de organizações sociais produz mercadorias que são vendidas para o custeio dos serviços e das despesas em geral.

Outra modalidade são as *“Instituições estrangeiras”*, entendidas como entidades que desembolsam recursos destinados a atividades do “terceiro setor” nos

impostos a pessoas físicas é pequena para 2000 a estimativa foi de pouco mais de 5 milhões de reais para todo o universo de contribuintes; no entanto, para pessoas jurídicas a renúncia fiscal para o mesmo ano é de quase 26 milhões de reais. (MONTAÑO, 2012, p. 204-205)

países periféricos, sejam doações ou empréstimos, destinados diretamente às organizações sociais ou indiretamente passando pela gestão do Estado.

E, por fim, têm os “*Recursos governamentais*” que permitem as “parcerias” entre o Estado e as organizações sociais. Essas parcerias apresentam um viés conservador, meritocrático, e, sobretudo limitado ao modelo de execução de projetos e a respectiva funcionalidade. Considera-se limitado em vários aspectos, a saber: o curto espaço de tempo para o desenvolvimento das atividades; a constante seletividade de usuários aos serviços oferecidos; a exigência de metas para cumprir; a adaptação dos perfis/missão das organizações, o que leva a uma perda de identidade destas ONGs; a submissão das organizações sociais às exigências do órgão financiador, uma vez que há necessidade de se adaptar ao perfil do parceiro doador de recursos.

Tais exigências são impostas para o financiamento das ações a serem realizadas pelas ONGs de forma a estas não ultrapassem a ordem do capital e os seus pilares de sustentação, nem tampouco apresentem alternativas para construção de uma nova ordem societária, muito menos apontam estratégias concretas para alcançar o fim da exploração do capital sobre o trabalho.

No Brasil, dada à carência de autossustentabilidade dessas organizações, a atividade de arrecadação de fundos de financiamento conta com as parcerias de agências de cooperação internacional, bem como a parceria com as empresas privadas e públicas, com a contribuição de associados, doação de indivíduos (com o uso de *telemarketing*, que busca convencer as pessoas sobre a importância de ser solidárias com as causas sociais) e com vendas de produtos e serviços.

Efetivamente, a partir de 1980, visualizam-se certos fenômenos no cenário mundial que incidiram na reconfiguração do lugar e do papel político das ONGs, sobretudo ao buscar acessar fontes de recursos. Em síntese:

a) por um lado, a *crise estrutural capitalista* conduz a um desvio no reinvestimento capitalista, cada vez mais para a atividade financeira; b) por outro lado, os países latino-americanos já tinham atingido *um certo patamar de desenvolvimento industrial e um precário sistema de proteção e serviços sociais estatais*; c) um terceiro aspecto remete à *crise e extensão do bloco socialista*, criando uma enorme área populacional passível de ser incorporada no mercado (produtivo e comercial) capitalista; e d) finalmente, as *lutas de classes no plano mundial sofreram um*

forte impacto, reduzindo significativamente a sua capacidade de representação, luta e conquistas. (MONTAÑO, 2012, p. 91-92)

Outro fator mais recente a ilustrar é que, embora os governos Lula e Dilma também tenham estabelecido reformas no âmbito estatal em prol da aceleração do crescimento econômico, as quais demonstram continuidade com as reformas do governo de FHC, a condução das mesmas não incentiva, na mesma medida, as parcerias com as ONGs a assumir as obrigações do Estado no atendimento das expressões da “questão social”. (MACHADO, 2009) Palestra do presidente Lula afirmou: “Porque saímos de R\$ 7 bilhões que se gastava com políticas sociais neste país para R\$ 23 bilhões [...] não tem nada mais sagrado do que o governo daqueles mais pobres [...]”. (GLOBO, 08/09/2006, p.1)

Seguindo essa lógica explicativa, cita-se ainda um registro que ratifica o reduzido incentivo financeiro às ONGs no Governo Lula: segundo reportagem de O Globo²⁷, a Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou, no endereço eletrônico, um balanço dos repasses federais às entidades sociais entre 1999 e 2006, período que compreende a investigação do Congresso sobre a CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

No levantamento, o principal destaque é o dado que os repasses às ONGs, corrigidos pela inflação, foram maiores no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) em relação à primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). De acordo com o texto, entre 1999 e 2002, as ONGs receberam do governo federal R\$ 28,04 bilhões, já contabilizada a correção monetária. Enquanto que nos primeiros quatro anos do governo Lula, o saldo de repasses atinge R\$ 19,98 bilhões, portanto, representa uma queda de 28,75%.

Essa conjuntura impacta na minimização da transferência de recursos financeiros às ONGs que, por um lado, trouxe sérios influxos para os trabalhadores que estão inseridos nessas organizações, bem como impactou na continuidade das

²⁷<<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL160074-5601,00>

GU+DIVIDE+VERBAS+PARA+ONGS+ENTRE+GOVERNOS+LULA+E+FHC.html> Acesso em 05/12/2016.

ações desenvolvidas; por outro, houve avanço nos programas de transferência de renda com o objetivo de combater a fome e a miséria.

No discurso dos entrevistados constatou-se que, atualmente, os órgãos públicos estão mais exigentes, uma vez que adotaram medidas burocráticas para reduzir irregularidades e desvios no âmbito das ONGs. Nesse sentido, os órgãos públicos passam a adotar medidas de prevenção aos desvios de verbas, através de maior de fiscalização, sobretudo durante o ato de credenciamento dessas organizações, a aprovação das parcerias e a prestação de contas. Para tanto, as organizações devem obter o seu credenciamento, realizar planos, programas e projetos de ação e oferecer uma prestação de contas baseada nas ações desenvolvidas, especificando o público atendido e os desafios que surgiram durante a execução das ações.

Os investimentos públicos direcionados à área social nos governos petistas destinaram-se ao fomento de políticas de transferência de renda, com o aumento do número de beneficiários. De acordo com estudos e pesquisas realizadas sobre esses investimentos demonstram, por um lado, que as famílias pobres brasileiras passam a receber uma quantia que consegue suprir parte das suas necessidades; por outro, sob uma perspectiva crítica, avalia-se que esses benefícios não impactam na erradicação da fome e da miséria no Brasil, nem tampouco são capazes de garantir a dignidade humana.

Embora as agências de cooperações internacionais indiquem que os resultados das políticas de transferência de renda implementadas no Brasil, durante os últimos governos, têm sido suficientes para diminuir as desigualdades existentes no país. Em razão dessa análise, as agências de financiamento reduziram as parcerias com as ONGs brasileiras e direcionam maior parte dos investimentos para os países considerados mais pobres como a África e parte da Ásia. Essa realidade levou as ONGs brasileiras a enfrentar dificuldades financeiras para garantir a sua estrutura de recursos humanos e o funcionamento de suas ações.

Em face das dificuldades financeiras, essas organizações atravessam um longo processo de ajustes em sua estrutura funcional, como: a minimização de suas ações, redução de equipe de trabalho, diminuição de projetos aprovados, vendas de imóveis, entre outras estratégias de enfrentamento à crise atual por que passam.

Obviamente, esse cenário também reflete na duração dos projetos sociais desenvolvidos pelas ONGs, gerando a instabilidade financeira e a descontinuidade das ações dessas organizações.

Outro aspecto divisado neste estudo refere-se à necessidade das ONGs na **captação de recursos**. Em torno desse contexto, algumas ONGs vêm apostando na criação de novos postos de trabalho especializado. Por tal razão, nesses espaçossócio-ocupacionais, depara-se com a constante contratação de profissionais, nomeadamente as/os assistentes sociais altamente capacitados, com domínio de informática, economia e conhecimentos administrativos para obter fontes de recursos financeiros e assessorar no processo de elaboração dos planos, programas e projetos sociais a serem desenvolvidos. (MONTAÑO, 2014)

Em termos analíticos, considera-se que a verdadeira função das parcerias entre Estado e ONGs é justamente a necessidade de encobrir o deslocamento do atendimento às requisições da classe trabalhadora para a esfera do mercado e da sociedade civil; bem como têm a função de construir consensos que possibilitem o rearranjo das esferas da produção e reprodução social de um capitalismo em crise.

2.1.3 As Organizações Não-Governamentais (ONGs) nas Políticas Sociais: o “novo” trato as expressões da “questão social”

As inflexões da crise do capitalismo contemporâneo regulam à alternativa burguesa da deflagração da “cultura da crise”, que sustenta a contrarreforma do Estado e viabiliza a funcionalidade das ONGs no processo de reestruturação do capital.

Nesse cenário que o “terceiro setor” e suas organizações ganham espaço na sociedade civil e Estado, mormente na execução de medidas de enfrentamento às expressões da “questão social”. Em outras palavras: a transferência de responsabilidades da proteção social pelo Estado para o âmbito das ONGs, em detrimento da garantia de direitos sociais. Nas análises de Mota (2005, p. 101):

[...] o traço predominante dessa cultura (da crise) é a ideia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade independentemente da

classe a que estão agregados os sujeitos sociais e, portanto, concluindo-se que a crise exigia consensos e sacrifícios de todos.

Para essa autora, trata-se de uma cultura conduzida à formação de um conformismo social, no qual os interesses privados tornam-se dominantes como medidas de enfrentamento à crise. Nesse sentido, a suposta escassez de recursos públicos é visto como justificativas para a retirada do Estado da sua responsabilidade social, bem como para justificar a expansão das ações desenvolvidas pelas organizações do “terceiro setor”.

Conforma-se um novo pacto para o enfrentamento das expressões da “questão social”, mediante o avanço da privatização e da precarização das Políticas Sociais. Esse processo dizima com a condição de direito social de acesso às Políticas Sociais, criando em seu lugar “[...] uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um”. (MONTAÑO, 2012, p. 189)

Esse autor pauta que tais respostas não se revestem da condição de direito, mas uma atividade filantrópica e/ou voluntária ou em até mesmo um serviço comercializável, com valor mercantil, cujo acesso ocorre através do poder de compra para aqueles segmentos que têm poder aquisitivo para tal e para as camadas populacionais mais empobrecidas resta à filantropia a luz do discurso de solidariedade. A lógica universalista torna-se cruelmente substituída pela lógica da focalização e descentralização, na qual a “solidariedade social” passa a ser pontual e identificada à autoajuda e ajuda mútua.

De acordo com Yazbek (2004), a filantropia no cenário brasileiro não é uma novidade na trajetória das Políticas Sociais. Contudo, nos últimos anos, esta, “[...] além de se diversificar em relação às tradicionais práticas filantrópicas, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de proteção social do país” (YAZBEK, 2004, p. 17), como expressão da transferência à sociedade de respostas às sequelas da “questão social”. A re-filantropização, mascara o novo para preservar o velho, transforma direitos em ajuda, em favor, em ação solidária, em participação da sociedade civil organizada, ou seja, em ações que terminam por ampliar a desigualdade social.

Sob essa conjuntura, o novo trato das expressões da “questão social” altera-se de modo significativo. Por um lado, as Políticas Sociais privatizam-se e se

distanciam da prioridade da gestão do Estado. O interesse em privatizar as Políticas Sociais está atrelado ao processo econômico rentável, ou seja, “[...] aquelas atividades e serviços sociais e funções assistenciais que não representem um lucro interessante para a ‘iniciativa privada’ serão mantidas no Estado que transfere para o ‘TS’ ou são diretamente eliminadas”. (MONTAÑO, 2012, p. 190) Assim, justifica-se a privatização: há demandas de serviços privatizados, ou seja, quando os serviços estatais são apontados como insuficientes e precários, que existam incentivos fiscais ou transferências de fundos públicos para as empresas “cidadãs” ou organizações não governamentais.

Processa-se uma substantiva alteração na responsabilidade do Estado pelo atendimento às demandas da classe trabalhadora, com a focalização das Políticas Sociais direcionadas exclusivamente aos segmentos mais necessitados. Assim, ao se afastar da perspectiva universalista das Políticas Sociais, destrói a condição de direito de cidadania.

À luz do discurso da “cultura da crise” e da impossibilidade de o Estado financiar políticas universalistas em face dos seus “parcos” recursos, sustenta-se como necessário focalizar a atuação estatal nos segmentos mais empobrecidos, não os gastando com aqueles que possuem condições de adquiri-los no mercado.

Por um lado, um serviço social privado, dirigido aos segmentos possuidores de renda, e de qualidade adequada ao seu poder aquisitivo e, por outro, políticas sociais estatais ou de entidades filantrópicas, de qualidade duvidosa, sem garantia de direito em com imagem de doação; portanto, a criação de um sistema diferenciado de atendimento às necessidades individuais segundo o poder aquisitivo. (MONTAÑO, 2012, p. 191)

Segundo o referido o autor, na atual estratégia do capital, o novo trato às expressões da “questão social” deve ser *dual*, ou seja, firma-se por um lado, os atendimentos de qualidade direcionados àqueles com capacidade de adquirir os serviços do mercado, a partir das suas possibilidades econômicas. Por outro, deve intervir, através do Estado ou de entidades de caráter filantrópico, nas demandas pontuais da população carente, com a oferta de serviços precários. Desse modo, materializa-se a expansão do “terceiro setor” mediante a lógica de um conjunto de organizações e iniciativas privadas atuando em benefício público (a publicização);

conformando-se em ações políticas e ideológicas que desconsideram direitos sociais e ocultam o conflito histórico entre capital e trabalho.

Nesses termos, cobrir os vácuos existentes deixados pelas Políticas Sociais, diante desse novo modelo de Estado “minimizado” para o social, parte significativa das respostas às expressões da “questão social” são privatizadas e transferidas para o mercado (quando lucrativas) e para o “terceiro setor” (quando deficitária), que vende ou fornece “gratuitamente” os atendimentos. Enfim, para esse autor, o novo trato às expressões da “questão social”, contido no ideário neoliberal, significa a coexistência de três tipos de respostas: por um lado, a *precarização* das Políticas Sociais, providas “gratuitamente” pelo Estado, mediante um mínimo marginal fundamentalmente dirigido à população carente, no sentido do “*cidadão usuário*”.

Por outro lado, a privatização das Políticas Sociais seguindo dois caminhos: a *re-mercantilização* dos serviços sociais, transformados em “serviços mercantis” em mercadorias, vendidos ao consumidor, dirigidos aos *cidadãos plenamente “integrados”, ou “cidadão-cliente”*; e a *re-filantropização* das respostas à “questão social”, no sentido do “*não cidadão*”.

Na medida em que a população fica descoberta pela assistência estatal precária, transfere-se para o “terceiro setor” mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas de ajuda mútua ou autoajuda. “É nesse espaço que surgirá o que é chamado de ‘terceiro setor’, atendendo a *população ‘excluída’ ou parcialmente ‘integrada’*, um quase ‘não-cidadão’. Essa modalidade cai como ‘uma luva’ na mão do projeto neoliberal”. (MONTAÑO, 2012, p. 196-197)

Note-se que, conforme esse autor, o motivo para a transferência de responsabilidades de intervenção nas expressões da “questão social” não é por motivos de eficiência (como se o “terceiro setor” fosse mais eficiente que o segmento público e estatal), nem apenas por razões econômicas, com redução de custos para sustentar essas ações sociais, mas, fundamentalmente por **caráter ideológico**.

[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital por tais responsabilidades, e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro

setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial. (MONTAÑO, 2012, p. 241)

A crescente “parceria” entre o Estado e as organizações do “terceiro setor” na execução das Políticas Sociais tem favorecido a estratégia de seletividade, sobretudo a focalização na população mais “carente”, “vulnerável” ou em “situação de risco”, como também a constante fragmentação desses atendimentos. Tal processo permite que amplos setores da sociedade sejam precariamente atendidos, ampliando o quadro de miserabilidade, e, sobretudo, aprofundando os níveis de desigualdade social, tendo em vista que a demanda se amplia em proporções significativas, no entanto, as respostas são cada vez mais clientelistas e pontuais.

Evidenciam-se, a seguir, falas dos entrevistados que revelam a realidade fragmentada, ao atestarem o processo de seleção dos usuários por sua situação de carência e critério de condicionalidade para a inclusão nos projetos das ONGs:

- Atendemos famílias, crianças e adolescentes de baixa renda que são moradoras do Baixo Roger. (Entrevistado. nº 05)

- Devido à alta demanda pelo atendimento nesta instituição se faz necessário realizar a “escolha de Sofia”²⁸. (Entrevistado nº 07)

Nota-se, nas respostas dos entrevistados, que a atuação profissional nas ONGs, incluindo-se o profissional de Serviço Social, volta-se ao procedimento da triagem em função da seletividade da população carente que busca atendimentos na organização. Essa seletividade ocorre em detrimento do interesse público, uma vez que se direciona ao interesse privado de determinados grupos e segmentos sociais, o que ressalta o caráter seletivo nos atendimentos aos usuários demandantes dos serviços.

Embora a atuação profissional nas ONGs seja determinada pela seletividade, os entrevistados relatam o compromisso em realizar um atendimento qualificado, com uma seleção rigorosa e minuciosa, em conformidade com os critérios elegíveis da organização:

²⁸“A escolha de Sofia” é uma expressão que evoca a obrigação de tomar uma decisão difícil sob pressão e enorme sacrifício pessoal. Essa expressão deriva do filme homônimo, de 1982, dirigido por Alan J. Pakula, a partir do romance de William Styron. Esse filme conta a história de Sofia, uma polonesa que é presa com seus dois filhos pequenos, um menino e uma menina, no campo de concentração de Auschwitz durante a II Guerra. Um oficial nazista dá a ela a opção de salvar apenas uma das crianças da execução, ou ambas morrerão, obrigando-a a tomar a terrível decisão.

- Fazemos uma escolha a partir das condições do usuário e da sua família, em especial da renda, pois a ONG é voltada para o atendimento à população carente, ou seja, que não possui meios de suprir as necessidades dos seus familiares, tampouco custear os alimentos que são necessários durante o tratamento do câncer. (Entrevistado nº 07)

De igual modo, as ONGs não têm capacidade de atender as demandas que são postas, porque supõem a realização do processo seletivo e a focalização na população “carente”, o que as diferencia do significado sócio-político das Políticas Sociais públicas.

Segundo as informações coletadas, o não atendimento às demandas pelas ONGs está associado à ausência (ou redução) de recursos financeiros e materiais para custear as ações, a inadequação das salas para atendimentos e/ou ausência das mesmas, o que impossibilita garantir o sigilo profissional durante os atendimentos; além da falta de profissionais qualificados.

Como demonstra Montañó (2012), o atendimento de caráter *passageiro* e *emergencial* das expressões da “questão social”, realizado, sobretudo nas ONGs, não resolve a problemática. Desse modo, por não atuar nas bases da questão e por não oferecer respostas mais estáveis e abrangentes, confirma e perpetua a dependência da população “carente” por esse tipo de atendimento, consolida as desigualdades sociais, elimina as repostas como direito do cidadão e fomenta as práticas clientelistas.

Efetivamente, o novo trato às expressões da “questão social” no âmbito das ONGs reflete o padrão consolidado pela ofensiva neoliberal, caracterizado pela primazia de programas assistenciais de cunho suplementar e emergencial dirigido exclusivamente para a população “carente”, “vulnerável” e/ou em “situação de risco”.

Essa realidade rebate no cotidiano de trabalho do assistente social, que reproduz antigas práticas de “administração da pobreza” na gestão das Políticas Sociais mediante a adoção das ações de seletividade, “[...] embora essa função tenha sido politicamente repelida, nos últimos anos, mediante a postura de radicalidade na defesa do caráter universalista dos direitos e da condução cidadã da população brasileira”. (ALMEIDA, 2007, p. 46)

Segundo essa autora, o assistente social no atual contexto apresenta uma prática profissional de caráter híbrido ao desenvolver ora a defesa da universidade

dos direitos ora a reemersão da prática da seletividade de acesso clientelista aos programas ou serviços sociais. Essa constatação vincula-se a leituras diversas politicamente atribuídas às ONGs.

Há leituras que ainda infligem às ONGs o compromisso com as lutas democráticas, pautando sua atuação em constante articulação com os movimentos sociais e na defesa de uma sociedade mais justa e igualitária. Por outro lado, depara-se com outra vertente discursiva sobre o fenômeno do “terceiro setor” no Brasil, sobretudo a partir do avanço da ofensiva neoliberal, cujo objetivo primordial foi desmobilizar as lutas e diminuir os investimentos nas Políticas Sociais mediante a privatização, sucateando via precarização.

No entanto, não se podem negar as leituras sobre essas organizações que reconhecem a sua funcionalidade na lógica capitalista, através das parcerias com o Estado para o atendimento das demandas advindas das expressões da “questão social”; como também as leituras que reafirmam uma atuação associada às demandas dos movimentos sociais, com participação nos espaços de controle social e de reivindicação dos direitos dos seus usuários.

2.2 Caracterização das ONGs Pesquisadas de João Pessoa/PB: *locus* da pesquisa

Para atender aos objetivos desta pesquisa, procedeu-se à seleção das ONGs realizada a partir de um levantamento prévio junto ao banco de dados do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de João Pessoa/PB, referente ao ano de 2015.

Merece elucidar que o cadastro existente no CMAS/JP habilita a organização social a comprovar a sua condição de filantrópica e sem fins lucrativos perante a sociedade civil e demais órgãos governamentais, condição que permite receber subvenções e solicitar convênios com os poderes públicos e privados.

A Lei n.º 12.101/09 que dispõe sobre a Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social, estabelece como competência do CMAS o acompanhamento, especialmente a fiscalização do processo que certifica as entidades e organizações que recebem financiamento público. O cadastro junto a

esse Conselho tem a finalidade de identificar, bem como fiscalizar na forma, na qualidade, no impacto, no uso dos recursos, no cumprimento dos princípios da política de Assistência Social, e, ainda no assessoramento, atendimento e defesa dos direitos dos usuários. (BRASIL, Presidência da República, 2009)

Em João Pessoa/PB, atualmente, existem 65 (sessenta e cinco) ONGs que atuam nas mais diversas áreas da Política de Assistência Social, como: política da criança e do adolescente, idosos, mulheres, dentre outros. De acordo os dados do CMAS/João Pessoa (2015), do total de 65 organizações cadastradas, seis (06) organizações tiveram o seu registro cancelado e cinquenta e nove (59) possuem o registro ativo.

Considerando a amplitude das ONGs cadastradas junto ao CMAS de João Pessoa, bem como as limitações temporais para a realização e conclusão do Mestrado Acadêmico em 24 meses (o cumprimento dos créditos teóricos, a elaboração e defesa do Projeto de Pesquisa, a submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil coleta e análise dos dados, a elaboração da Dissertação, a Pré-banca e a defesa da Dissertação de Mestrado), decidiu-se proceder ao recorte do universo das ONGs mediante a formulação de uma amostra, embasada em critérios de inclusão.

Essa formulação da amostra deu-se em torno dos seguintes critérios de inclusão: a) ONGs com de mais de 10 anos de existência; b) trabalho de reconhecimento social; c) atuação em diversas áreas e público-alvo distinto; d) nível de acessibilidade (aquiescência da pesquisa). Como critérios de exclusão, destacam-se: a) as ONGs que não possuem assistentes sociais na equipe técnica de trabalho; b) as organizações que não atuam diretamente nos serviços relativos às Políticas Sociais; c) as ONGs, cujos cadastros estejam irregulares (inativos ou cancelados) no Conselho Municipal de Assistência Social de João Pessoa.

Das 59 organizações cadastradas, manteve-se contato com 30 destas para a realização da investigação. Mas em 15 ONGs, o contato não foi possível viabilizá-lo devido a diversos contratempos, dentre os quais se destacam: telefones e e-mails desatualizados ou não retornavam aos recados deixados. Acrescenta-se ainda que em 05 delas, os/as profissionais de Serviço Social não foram liberados a participar da pesquisa e/ou não demonstraram interesse (não aceitaram). Das 10 (dez) ONGs restantes, optou-se por pesquisar 06 (seis) organizações, por atenderem

plenamente os critérios de inclusão e exclusão, anteriormente arrolados, além de as assistentes sociais aceitarem contribuir com a pesquisa. Seguem-se os dados das 06 ONGs caracterizadas quanto ao ano de fundação e ao âmbito de atuação:

Quadro 1—Caracterização das Organizações Não Governamentais pesquisadas de João Pessoa/PB segundo o ano de fundação e âmbito de atuação.
João Pessoa/PB, 2017.

ONGs pesquisadas	Ano de Fundação	Âmbito de Atuação
Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF)	2003	Estadual
Associação “Donos do Amanhã”	2005	Municipal
Casa “Pequeno Davi”	1985	Municipal
Coletivo Feminista – “Cunhã”	1990	Estadual
Instituto dos Cegos da Paraíba “Adalgisa Cunha”	1944	Estadual
Legião da Boa Vontade (LBV)	1958	Internacional

Fonte: Elaboração própria.

Na leitura inicial dos dados do Quadro 1, verifica-se que estão elencadas as seis ONGs pesquisadas na cidade de João Pessoa/PB, conforme os critérios adotados para definição da amostra investigativa.

Conforme se vislumbra nos dados do referido Quadro, essas ONGs surgem no período de 1944 a 2005. Os anos de fundação demonstram que 04 (quatro) dessas organizações são criadas entre os anos de 1950 e 1990, período marcado pelo processo desenvolvimentista, no qual os países “subdesenvolvidos” recebiam recursos da Cooperação Internacional, visando proporcionar o “desenvolvimento” dos países do “Terceiro Mundo”.

Nesse contexto histórico as ONGs na América Latina surgem e se expandem articuladas aos movimentos sociais, conforme ressaltado no Capítulo deste estudo. Montaño (2014) afirma que dada à relativa impossibilidade de destinar recursos da “Cooperação Internacional” diretamente aos movimentos de base, as ONGs se tornam um dos principais canais de intermediação, e, para elas se destinam esses recursos. Nessa articulação opera-se, em via de regra, o surgimento e ascensão das ONGs no Brasil.

Na visão desse autor, o “desenvolvimento” apresenta como objetivo responder os interesses do grande capital de se expandir nos países periféricos,

com produção a baixos custos, ampliar o seu mercado de consumo, bem como retomar e incrementar o superlucro; mas também incorporar de maneira segmentada, focalizada as demandas da população.

As outras duas ONGs pesquisadas são fundadas em 2003 e 2005. Após a instauração do Estado brasileiro neoliberal, que se materializa com a aprovação da Reforma do Aparelho do Estado em 1995. Nos anos 2000, tem-se o avanço do ideário neoliberal, que propiciou tanto a transferência de responsabilidades do Estado, no tocante à operacionalização das Políticas Sociais, quanto paralelamente é criado o Programa Comunidade Solidária, nos anos 1990, proporcionando o crescimento do “terceiro setor”. Nesse período, segundo Montañó (2014, p.86) ocorre o novo lugar e papel político das ONGs, “[...] passando de importantes ‘atores coadjuvantes’ dos Movimentos Sociais, a ‘parceiros’ do Estado e/ou capital”.

Há alguns fatores que ajudam a especificar o perfil das organizações e explicar a sua postura perante o Estado. A própria trajetória dos integrantes das ONGs, frequentemente, ajuda a entender o lugar dessas organizações, a origem, missão, a sua relação com o Estado e com os movimentos sociais. Os relatos dos assistentes sociais entrevistados, reproduzidos a seguir, direcionam essa análise.

- A organização surge a partir de uma iniciativa de um grupo de universitárias, as quais concluíram os seus estudos e estavam insatisfeitas com a desigualdade entre homens e mulheres [...]. Grande parte desse grupo inicial ainda constitui a equipe técnica dessa instituição. Então, esse grupo bastante articulado com os movimentos sociais, decidiu criar um coletivo com o objetivo de lutar pela igualdade e pautar as lutas das mulheres. (Entrevistado nº 02)

Esse relato ratifica que a organização em tela manteve o compromisso com a luta das mulheres, uma vez que continua com projetos direcionados ao trabalho de formação junto a grupos de mulheres, organizações comunitárias, movimento feminista e de mulheres, e, movimentos sociais nas temáticas de: direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; enfrentamento às desigualdades de raça e de gênero; políticas públicas para as mulheres; democratização do poder e reforma do sistema político brasileiro; seguridade, proteção social e trabalho das mulheres; autonomia econômica das mulheres, entre outras.

- Um grupo de deficientes físicos, à época, formou uma instituição em João Pessoa, no entanto, houve uma disputa interna na direção para mudar o rumo da organização, com vistas a ampliar as ações, pautar a luta por direitos desse segmento, bem como implementar políticas, garantir mais cidadania e oportunidades na sociedade. Então, essa disputa marcou divergência em parte do grupo, pois o pioneiro tinha mais um caráter assistencial com atendimentos de fisioterapia, distribuição de cestas básicas e medicamentos. O que ocorreu foi uma ruptura e o grupo mais comprometido com a linha dos direitos formou uma segunda organização. Assim, nasce [nome da ONG], a qual continua com grande parte dos associados pioneiros e com o objetivo inicial, visando implantar projetos na perspectiva dos direitos da pessoa com deficiência. (Entrevistado nº 06)

Em ambos os relatos indicam a trajetória das ONGs pauta-se com o histórico de luta dos seus associados, e, em alguns casos, explicam o lugar da organização na relação com os movimentos sociais, com as lutas democráticas e com as fontes de financiamento.

Segundo a fala do entrevistado nº06, observa-se que a organização manteve o compromisso com as políticas da pessoa com deficiência, tendo em vista que priorizam a elaboração de projetos direcionados à garantia de uma vida digna. A organização em pauta trabalha para que as pessoas com deficiência conheçam seus direitos e compreendam que para que estes se efetivem, torna-se necessário inserir essa luta no projeto amplo de sociedade.

Constatou-se que as ONGs se colocam, na atualidade, como executoras diretas de projetos específicos. Em outros termos: as organizações atuam com um determinado público alvo, sendo este fragmentando, cujas ações são focalizadas e seletistas. Não se visualizam ações de caráter universal, pois não oferecem serviços que garantam o atendimento integral das demandas da população.

Registra ainda a outra variável analisada no Quadro 1 que se refere ao âmbito das ONGs pesquisadas. Os dados apontam que três possuem o âmbito estadual, duas são municipais e apenas uma internacional. Esses dados ratificam que a gestão das ONGs volta-se para o seu território de atuação (estadual e municipal), uma vez que a gestão internacional arrefece, em razão do desinteresse internacional de atuar no Brasil, conforme explicitado no Capítulo 1.

A discussão seguinte trata das **fontes de financiamento** das ONGs, variável que aprofunda a análise acerca do âmbito de atuação dessas organizações.

Observou-se que as seis ONGs pesquisadas utilizam diferentes formas de captação de recursos para a manutenção das atividades desenvolvidas. Dessas seis ONGs, quatro recebem financiamento do poder público, portanto apenas duas sobrevivem de doações do empresariado e pessoas físicas.

Os recursos públicos provêm da esfera federal, estadual e/ou municipal através das “parcerias”, em sua maioria com a exigência de elaboração de planos, programas e projetos, além de prestação de contas com a determinação das ações e público-alvo atendido nas comunidades. Segue o Quadro que identifica as fontes de financiamento:

Quadro 2 – Caracterização das Organizações Não Governamentais pesquisadas segundo as principais fontes de financiamento. João Pessoa/PB, 2017.

ONGs	Fontes de financiamento
Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF)	Órgãos governamentais estaduais; Doações de indivíduos; Campanhas de arrecadação; Parcerias com setores privados.
Associação “Donos do Amanhã”	Agências internacionais de cooperação; Empresas, fundações ou Institutos empresariais brasileiros; Comercialização de produtos e venda de serviços; Contribuição de associados; Doações.
Casa “Pequeno Davi”	Agências internacionais de cooperação; Empresas, fundações ou Institutos empresariais brasileiros; Comercialização de produtos e venda de serviços; Órgãos governamentais federais e municipais; doação; Campanhas de arrecadação; parcerias com ONGs internacionais; Parcerias com outros setores públicos e privados.
Coletivo Feminista -“Cunhã”	Empresas, Fundações ou Institutos empresariais brasileiros; Órgãos governamentais estaduais; Comercialização de produtos e venda de serviços;
Instituto dos Cegos da Paraíba “Aldalgisa Cunha”	Órgãos governamentais federais, estaduais e municipais; Contribuições de associados; doações.
Legião da Boa Vontade (LBV)	Doações de indivíduos; Campanhas de arrecadação.

Fonte: Elaboração própria

A leitura dos dados indica que as quatro ONGs investigadas que possuem atividades subsidiadas por verbas públicas, as parcerias concretizam-se através de acordos, convênios, contratos, inclusive com cessão de pessoas.

Os recursos públicos provêm dos impostos sociais, nesse caso, o verdadeiro financiador dos fundos públicos (mesmo que transferidos para a iniciativa privada) é

o próprio cidadão. Durante a pesquisa, um entrevistado declarou que a maior parte dos recursos recebidos advém de doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como tem uma interlocução muito próxima com as igrejas locais; outro entrevistado destacou que a ONG também recebe doações em dinheiro por meio dos serviços de *telemarketing*, instalados na própria sede e recebe ainda doações em alimentos, fraldas, órteses e próteses, destinados aos usuários atendidos.

Os dados do Quadro 2 identifica ainda os principais financiadores e investidores (fontes) de recursos das ONGs pesquisadas. Atestou-se que essas organizações possuem mais de financiador/investidor. Além de confirmara presença massiva do financiamento público (federal, estadual e municipal), nas quatro das seis organizações sociais estudadas. Portanto, o Estado (em suas esferas federal, estadual e municipal) é responsável por transferir recursos do fundo público para as ONGs, sobretudo, através do lançamento de editais, os quais essas organizações precisam elaborar planos, programas e projetos para concorrer e obter (ganhar) a parceria financeira com os órgãos públicos.

Ao longo da pesquisa, observou-se que as ONGs passam por um processo crítico financeiramente. Certamente, em consequência da crise econômica vivida pelo Estado brasileiro que vem realizando profundos cortes de recursos financeiros direcionados à área social.

Segundo o Ministério do Planejamento, “[...] estão previstos cortes de R\$ 26 bilhões no Orçamento de 2016”. (BRASIL, Ministério do Planejamento, setembro de 2016); e esses cortes ampliam-se em 2017. “Para cumprir a meta fiscal do ano e manter as contas públicas equilibradas, o governo vai cortar R\$ 42,1 bilhões em despesas programadas para 2017”. (BRASIL, Ministério do Planejamento, abril de 2017) Para os entrevistados, as ONGs se encontram com um número reduzido de projetos, porque os financiamentos dos órgãos públicos estão menores em relação às décadas anteriores, obviamente, resultante da diminuição gradativa dos recursos públicos.

No tocante à **equipe de trabalho** das ONGs pesquisadas, constatou-se a presença de coordenadores, diretores, assistentes sociais, educadores e a presença dos voluntários, como se verifica no quadro seguinte:

Quadro 3 – Caracterização das Organizações Não Governamentais pesquisadas segundo a identificação da equipe multiprofissional.
João Pessoa/PB, 2017.

ONGs pesquisadas	Equipe multiprofissional
Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF)	Coordenador; Diretor; Assistente Social; Educador; Voluntários.
Associação “Donos do Amanhã”	Diretor; Assistente Social; Psicólogo; Voluntários
Casa “Pequeno Davi”	Coordenador; Diretor; Assistente Social; Educador; Jornalista; Pedagogo; Arte Educador; Contador; Voluntários.
Coletivo Feminista – “Cunhã”	Coordenador; Diretor; Assistente Social; Educador; Psicólogo; Voluntários.
Instituto dos Cegos da Paraíba “Aldalgisa Cunha”	Coordenador; Diretor; Assistente Social; Educador/a; Psicólogo; Terapeutas; Médicos; Voluntários.
Legião da Boa Vontade (LBV)	Diretor; Assistente Social; Educador; Psicólogo; Voluntários.

Fonte: Elaboração própria

Um dado importante sobre a composição da equipe de trabalho nas ONGs pesquisadas é a presença massiva dos voluntários, sendo possível atestar que todas essas organizações disponibilizam vagas em seu quadro de recursos humanos para trabalho voluntário. Essa constatação preocupa, dentre vários fatores, destaca-se que se trata de exploração do trabalho, tendo vista que o voluntariado não obedece às leis trabalhistas: não tem contrato de trabalho, não é remunerado, nem possui o direito a férias e 13º salário, etc.

A prática do voluntariado persiste nas ONGs desde a sua gênese, associada à caridade e ao assistencialismo existente. Esse tipo de atividade favorece as ONGs, pois garante o crescimento das mesmas através do “compromisso” da sociedade civil com as causas sociais. Estas são alvo de campanhas e anúncios publicitários para recrutar pessoas capazes de desenvolver um “bom trabalho”, bem como alcançar parceiros e assegurar a sustentabilidade das suas ações. Algumas instituições oferecem capacitações para os voluntários, a fim de prepará-los para atuar com a metodologia das ONGs e com o seu público-alvo.

A utilização da mão obra voluntária associa-se às estratégias que o Estado adota ao incentivar a participação da sociedade civil, estimulando as doações como

mecanismo para garantir a diminuição das suas despesas. Ademais, o voluntariado finca-se em um projeto de desmobilização política da população ao se atrelar ao discurso da caridade ou solidariedade, provocando profundos influxos na concepção e operacionalização das Políticas Sociais na perspectiva de direitos. Para Araújo (2008, p. 42), o Estado utiliza o voluntariado como estratégia para a transferência de sua responsabilidade no atendimento das necessidades sociais, “[...] pois, ora são da sua responsabilidade, ora da sociedade civil”

O trabalho voluntário eclode desde a década 1990. Nessa década, a mídia veicula massivamente os apelos estatais de cunho emocional e moral, com os argumentos de valor humanitário do solidarismo e/ou cívico para alcançar a legitimidade da sociedade. O discurso do voluntariado é direcionado pelo Estado, vinculado a interesses econômicos, no qual o cidadão não percebe ao aderir à causa assistencial em face dos elementos subjetivos (ideológicos) presentes nos apelos ao bem comum, ajuda mútua, autoajuda, etc. Nesse contexto, o trato das expressões da “questão social” vem sendo anunciado, principalmente pela mídia, como uma ação individual, de caráter compensatório ou de ajustamento social a serviço do capital.

Outro ponto a assinalar diz respeito à preocupação dos que atuam nas ONGs em realizar o trabalho em equipe multiprofissional. Conforme se constatou junto aos entrevistados, é que essa preocupação embasa-se na necessidade em apreender a realidade dos usuários, das famílias e das comunidades atendidas na sua dimensão de totalidade e, assim, propor estratégias de enfrentamento às expressões da “questão social”. Para tanto, exige-se profissionais com competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que busquem enfrentar os desafios postos pela instituição demandante e pelos usuários, e, sobretudo, pelas limitações cotidianas no trabalho em equipe.

Merece assinalar um achado investigativo instigante nas falas dos assistentes sociais entrevistados que consiste na exigência de profissionais capacitados a partir das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Essa exigência, embora institucional, revela uma articulação entre o discurso dos entrevistados e os fundamentos do trabalho do assistente social, entendidos na perspectiva das Diretrizes Curriculares da profissão de Serviço Social. (ABEPSS, 1996)

Apesar das vantagens encontradas no trabalho multiprofissional, todos os entrevistados destacaram que parte da equipe, e, sobretudo a direção das ONGs ainda não reconhece o trabalho do assistente social, confundindo-o sempre com a figura do profissional “bonzinho”, que ajuda e soluciona todos os problemas decorrentes da área social.

- Enfrentamentos alguns desafios para realização do nosso trabalho. Dentre eles, destaco a dificuldade das instituições em entender o papel do assistente social. (Entrevistado nº 06)

- Um dos maiores desafios na nossa prática é justamente o reconhecimento da instituição. [...] Não conhece as atribuições do assistente social, nem tampouco está preocupado em compreender. (Entrevistado nº 07)

Na verdade, o assistente social é um profissional capacitado e está apto a desenvolver um trabalho em diferentes políticas públicas: saúde, educação, assistência, previdência, habitação, entre outras. O assistente social atua nesse espaçosócio-ocupacional, que é dinâmico, contraditório e processual, mediante a mediação como uma estratégia crítica capaz de refletir sobre o real, inserido na correlação de forças antagônica entre as demandas impostas pelo capital e pela classe trabalhadora, presentes no cotidiano profissional do Assistente Social e como possibilidade de imprimir uma direção à sua prática profissional. Em outras palavras: ao assistente social se faz necessário apreender a contradição que perpassa o contexto societário e propor estratégias para a efetivação de um trabalho comprometido com a efetivação dos direitos dos trabalhadores. Trata-se de um espaço denso e contraditório, o qual exige um profissional informado, crítico e propositivo, capaz de criar estratégias de resistência ao avanço do ideário neoliberal e do conservadorismo avassalador. (IAMAMOTO, 1999)

Em relação à **missão**, averiguou-se que, segundo os entrevistados, a maioria das ONGs busca promover um grupo de indivíduos (mulher, criança e adolescente, pessoa com deficiência, etc.), cuja pauta de discussão insere-se nos espaços de controle social. No entanto, atentou-se que o trabalho pauta-se no desenvolvimento de planos, programas e projetos sociais que visam suprir, de maneira seletista, fragmentada e focalizada, as demandas que são impostas no cotidiano dessas organizações, uma vez que estas não garantem o atendimento sob o viés universal.

Assim, apreende-se que a missão dessas organizações associa-se aos seus eixos de atuação, aos princípios defendidos e aos motivos pelos quais foram criadas.

Em uma análise crítica, confirmou-se que todas as ONGs pesquisadas apresentam missões e valores definidos. No entanto, não significa que essas missões e valores expressem a atual conjuntura e suas inflexões na própria organização, nem tampouco nos direitos sociais. Por certo, as missões e os valores defendidos por essas organizações são típicos das instituições do “terceiro setor”, embalados em preceitos vinculados à solidariedade, voluntarismo, ajuda mútua, vontade, messianismo, etc., preceitos estes que se coadunam com o neoliberalismo, o qual incentiva a atuação desse segmento na gestão e operacionalização das demandas da classe trabalhadora, em especial com as comunidades carentes.

No tocante aos **projetos e/ou atividades desenvolvidas** pelas ONGs de João Pessoa, nota-se uma grande variedade, destacando-se: oficinas de dança e teatro; oferta de cursos de ballet, karatê, capoeira, samba e coral; atividades recreativas; oficinas pedagógicas e programas de reabilitação e atendimento terapêutico para a pessoa com deficiência; oficinas sobre a inserção no mercado de trabalho; fortalecimento de vínculo familiar; balcão jurídico; distribuição de cestas básicas; oferta de exames e medicamentos de alta complexidade, em especial para as crianças e adolescentes com câncer; comunicação e produção do conhecimento sobre a violência contra a mulher; atendimento psicossocial aos usuários e aos seus familiares. Configuram-se como atividades paliativas, cujo intento é de ocupar um determinado público-alvo, por um período de tempo, em ações que não reverterem o quadro de pobreza em que vive, por não atingir os fatores estruturantes que a provocam. Nessa monta, são ações factuais que por não erradicar a causa que leva o público-alvo a procurar os serviços das ONGs, perpetua-se nesses serviços.

Na discussão sobre as **áreas de políticas de proteção social** em que as ONGs atuam, foi visto que, de forma geral, são preponderantes a Política de Assistência Social, mas também se destacam a Política da Saúde, Educação, Trabalho e Geração de Renda.

Quadro 4 – Caracterização das Organizações Não Governamentais pesquisadas segundo o público alvo, missão e projetos realizados. João Pessoa/PB, 2017.

ONG Nº ²⁹	Usuários (público alvo)	Missão	Projetos
01	-Família; -Pessoa com deficiência	- Mudar a mentalidade da sociedade e da administração pública que impede ou dificulta o desenvolvimento e a inserção das pessoas com deficiência na vida econômica, cultural, esportiva e social.	-Balcão de direitos; Balcão digital; Balcão jurídico.
02	-Família; -Criança e adolescente	- Apoiar ao tratamento de crianças carentes portadoras de câncer	Cesta básica; Oferta de medicamentos e exames de media e alta complexidade.
04	-Mulher	-Contribuir para o fortalecimento das mulheres, no enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo, visando a igualdade de gênero e raça, a ampliação da democracia e a transformação social, [...].	Trabalho e autonomia econômica; Direitos sociais e reprodutivos; Enfrentamento da violência; Fortalecimento do feminismo; Comunicação e produção do conhecimento
04	- Família; -Criança e adolescente;	- Contribuir para a efetivação dos direitos humanos, [...] com ações de educação integral, articulação comunitária e institucional e intervenção nos espaços de políticas públicas da Paraíba, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.	Todos contra a exploração; Ilha de direitos; Lazer; Sistema de garantias; Esporte.
05	-Criança e adolescente; - Idoso; - Pessoa com deficiência	- Atuar na educação dando oportunidade ao deficiente visual de ter acesso a uma educação acessível às suas limitações e assim poder adquirir conhecimento da mesma forma que os ditos normais.	Reabilitação; Educação; Banco de alimentos; Lazer; Cultura
06	- Família; -Criança e adolescente; -Mulher; Idoso	-Promover Desenvolvimento Social e Sustentável, Educação e Cultura, Arte e Esporte, com Espiritualidade Ecumênica, para que haja Consciência Socioambiental, Alimentação, Segurança, Saúde e Trabalho para todos, no despertar do Cidadão Planetário.	Juventude; Esporte; Lazer; Arte; Cultura

Fonte: Elaboração própria

²⁹Essa numeração corresponde às ONGs pesquisadas: 1-Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF), 2-Associação “Donos do Amanhã”, 3-Casa “Pequeno Davi”, 4-Coletivo Feminista – “Cunhã”, 5-Instituto dos Cegos da Paraíba “Aldalgisa Cunha”; 6- Legião da Boa Vontade (LBV).

Registra-se que as atividades voltadas para comunidades “carentes” e de baixa renda também são frequentes nos depoimentos dos entrevistados, tendo em vista que todas apresentam a preponderância na Política Assistência Social, que através do órgão municipal, três ONGs pesquisadas recebem verbas para o financiamento de atividades dessa referida política. Vale destacar que os entrevistados responderam que atuavam em mais de um público alvo.

A caracterização delineada das ONGs pesquisadas demonstra que essas organizações atuam com famílias, crianças e adolescentes, em sua maioria, outras são específicas de atenção à mulher; e outra ONG assiste a pessoa idosa e pessoa com deficiência; têm as suas atividades voltadas para atividades assistencialistas (distribuição de cestas básicas), mas também realizam cursos de capacitação e cursos profissionalizantes, cujo foco é a inserção no mercado de trabalho, desenvolvem atividades de esporte e lazer, atividades de cunho cultural e fortalecimento de vínculos. As demais atividades destacadas pelos entrevistados retratam o fortalecimento do feminismo, a comunicação e a produção de conhecimento, ações de reabilitação, oferta de medicamentos e a realização de exames de média e de alta complexidade, entre outros.

Há áreas da proteção social que o Estado claramente transfere às ONGs para gestão e operacionalização, em especial na Política de Assistência Social. Nesse sentido, essas organizações se comprometem em atuar nas áreas de direitos das minorias sociais e com a oferta de serviços assistenciais, tendo em vista à gênese dessa política e a sua forte associação à filantropia.

Evidencia-se também uma análise possível para a forte incidência das ONGs com o público-alvo da Política de Assistência Social, pois são áreas que se atrelam à oferta de serviços sob a perspectiva dos direitos das minorias, possuem um quantitativo elevado de militantes e da presença continuada dos movimentos sociais. Outra possível explicação para essa característica assistencial pode ser vinculada ao poder de convencimento no ato da arrecadação de fundos, com vistas a garantir as doações com pessoas físicas e jurídicas.

Por outro lado, segundo os entrevistados, a parceria com os órgãos governamentais mostra ser de suma importância para ONGs, tendo em vista que proporciona um atendimento contínuo nas comunidades carentes, mesmo reconhecendo que essas organizações não atendam sob a perspectiva universal.

Assim, ao prestarem serviços no âmbito da Assistência Social, através dessas parcerias, boa parte das ONGs assume o risco de incorporar a visão e as estratégias de ação dos doadores quando estes passam a delimitar o público alvo, quantidade de usuários, tempo de execução do projeto, o que de certa maneira aponta a preocupação das ONGs com a estrutura dessa política e com a meta (o quantitativo), sem se preocupar com os resultados efetivos e o caráter permanente.

Certamente, a transferência de responsabilidades do Estado para as ONGs contribui para a terceirização das Políticas Sociais, garantindo a hegemonia do neoliberalismo, ao escamotear os direitos conquistados por não proporcionar um atendimento integral e universal. Essas organizações destacam-se como sendo espaços, que oferecem respostas fragilizadas e fragmentadas às expressões da “questão social”. Na verdade, compreende-se que só o Estado é capaz atender as parcelas mais amplas da população e oferecer o acesso universal.

É relevante elencar que as ONGs assumem o compromisso em fornecer serviços com a finalidade de Assistência Social, Educação e Saúde, entre outras, mesmo sob o viés caritativo com que atuam na distribuição de cestas básicas e remédios, como também na reivindicação dos direitos sociais e ao lado dos movimentos sociais.

Verificou-se que nas entrevistas, a trajetória histórica de algumas ONGs é frequentemente associada à **participação nos espaços de controle social**, entre esses, os Conselhos de Políticas Sociais, com interesse em interferir na formulação destas. Assistentes Sociais entrevistados de quatro organizações sociais declaram participar dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, enquanto nas duas outras ONGs os entrevistados informam não ter interesse em participar desses espaços. Na maioria dos relatos foi possível visualizar que as ONGs buscam participar desses espaços com representação de membros para influenciar na formulação de Políticas Sociais. Mas, para outros entrevistados, esse espaço pode simplesmente não ser considerado um objetivo e/ou apontam barreiras intransponíveis para alcançar essa meta, porque não enxergam efetividade e/ou credibilidade nesses espaços.

No tocante à **infraestrutura** das ONGs pesquisadas, constatou-se bom espaço físico e instalações adequados à realização das atividades oferecidas. Atestou-se que das seis pesquisadas, cinco ONGs possuem sede própria, em face dos anos de trabalho desenvolvido nas comunidades, da importância em firmar um

endereço fixo e garantir a visibilidade em um território. Todas apresentam veículos próprios para o desenvolvimento de atividades externas, bem como para viagens em eventos; e todas possuem computadores, internet e aparelhos telefônicos.

Mesmo que com boas instalações e acesso a equipamentos, comprovou-se que as ações e os recursos das ONGs são insuficientes, diante da demanda crescente demasiadamente e que não é atendida de forma integral. Esses e outros fatores comprometem, sobremaneira, o direcionamento das ações desenvolvidas pelas ONGs que reforça a perspectiva neoliberal com a oferta de serviços que não garantem um serviço continuado e emancipatório, mesmo que possam contar com a presença de sujeitos comprometidos que nelas atuam.

De acordo com os assistentes sociais entrevistados, de forma geral, compreendem que as ações de Proteção Social desenvolvidas pelas organizações pesquisadas sofrem sérios impactos ao assumir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos fundamentais. Contudo, eles evidenciam o compromisso desse segmento com a necessidade de se posicionar frente ao descaso do poder público e, assim, refletir que as ONGs estão inseridas em uma conjuntura contraditória, a qual exige uma constante análise acerca do seu papel e de sua função.

Nesse contexto, ao examinar a caracterização das Organizações Não-Governamentais, em especial as particularidades de seis ONGs de João Pessoa/PB, enquanto espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais afere-se o quão é desafiador e ao mesmo tempo complexo compreender as mediações que perpassam essas organizações, como a sua missão, metodologia de trabalho e funcionalidade frente à crise do capitalismo contemporâneo, as suas respostas às expressões da “questão social” e, sobretudo apreender os desafios e possibilidades do trabalho dos profissionais de Serviço Social nesses espaços.

Sob a inspiração do projeto neoliberal e a consequente reprodução de um “novo” trato às expressões da “questão social”, embasadas nos determinantes da lógica dos mínimos sociais que rompe com a perspectiva universalista das Políticas Sociais, propõe-se a analisar no próximo Capítulo a partir das implicações para a atuação do profissional de Serviço Social, particularizando nas ONGs analisadas, na cidade de João Pessoa/PB.

3 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O SERVIÇO SOCIAL: as atuais relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no âmbito das ONGs

Dentre os influxos mais incidentes do aprofundamento da crise do capitalismo contemporâneo distinguem-se as formas distintas de exploração da força de trabalho, marcadas pelas tendências de precarização e deteriorização das relações de trabalho, do processo de trabalho, do mercado de trabalho, da qualidade do trabalho, dos salários, da proteção social; e o redesenho privatista na gestão do Estado no atendimento das expressões da “questão social”.

Trata-se de transformações que sobrevêm em todas as esferas da vida em sociedade, evidenciando, nesta análise, o mundo do trabalho e a gestão social estatal que provocam mudanças significativas nas relações, nas condições e no mercado de trabalho de diferentes profissões, especialmente do assistente social.

Propõe-se, neste Capítulo, a analisar as atuais transformações no trabalho a partir da pesquisa de campo com 10 (dez) assistentes sociais, que atuam nos espaços sócio-ocupacionais de 06 (seis) Organizações Não Governamentais (ONGs), com registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) da cidade de João Pessoa/PB.

Essa pesquisa busca discutir tanto as condições e relações objetivas de trabalho do assistente social nas ONGs, como os limites e possibilidades para a concretização do seu trabalho em consonância com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Para tanto, esta análise embasa-se nas configurações atuais do trabalho na sociedade capitalista, em tempos de ofensiva neoliberal, enquanto estratégia de enfrentamento à crise do capitalismo contemporâneo. Esse contexto conforma-se por intensa precarização da força de trabalho, acompanhada da “satanização” do Estado, da supervalorização do mercado e do acirramento das desigualdades sociais com suas múltiplas faces.

Esse quadro contextual põe em debate a direção política do trabalho do Serviço Social nos espaços públicos e privados e a qualidade dos serviços

sócioassistenciais na construção de intervenções propositivas e críticas que promovam o fortalecimento da democracia e dos direitos sociais.

Nesse entendimento, refletir criticamente sobre as condições e as tendências no trabalho do assistente social nas ONGs implica pensar o trabalho profissional, inserido em um processo construído historicamente e determinado a partir da dinâmica societária desencadeada pela crise societal contemporânea (da sociedade tardo-burguesa), conduzida pelas contrarreformas do Estado e as consequentes alterações na natureza das políticas públicas.

Dimanam, assim, “novas” e “velhas” relações constituídas pelo reordenamento do papel do Estado que afetam diretamente a vida da classe trabalhadora, como também a gestão das políticas sociais, a fragilização das relações formais de trabalho e, sobretudo, a expansão das relações informais, intercedidas pela desregulamentação e terceirização.

No tocante ao mundo do trabalho, cresce a retórica da aceitação de qualquer negociação para alcançar e se manter no emprego, mesmo que signifique se submeter as mais brutais formas de exploração da força de trabalho, além do predomínio da insegurança no emprego, em função do elevado quantitativo de contratações temporárias, com extensas jornadas de trabalho, salários baixíssimos, rotatividade de profissionais entre outros fatores.

As análises iniciais permitem afirmar que esse contexto aprofunda o quadro de alienação e exploração da força de trabalho, conforme asseverou Marx (1988, p. 367), porquanto ser “[...] impulso imanente e tendência constante do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o próprio trabalhador”.

A discussão crítica busca assinalar os elementos determinantes no trabalho do assistente social nas ONGs, a configuração do Estado no trato das expressões da “questão social” e os respectivos desdobramentos na profissão tendo como referência a atual conjuntura brasileira no contexto da crise do capitalismo contemporâneo.

Em torno dessa perspectiva analítica, este Capítulo encontra-se estruturado em três subitens, a saber: o perfil dos assistentes sociais entrevistados a partir de traços identitários pessoais e profissionais para atuar nas Organizações Não-Governamentais pesquisadas; as configurações do trabalho dos assistentes sociais

nas ONGs pesquisadas; e o trabalho dos assistentes sociais entrevistados nas ONGs pesquisadas no tocante aos desafios para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Em termos metodológicos, optou-se pela análise quanti-qualitativa dos dados empíricos capturados nas entrevistas semiestruturais com 10 (dez) sujeitos da pesquisa (assistentes sociais), que se traduzem em informações objetivas referentes à identificação pessoal e profissional dos profissionais para atuar nas ONGs pesquisadas; e em informações subjetivas atinentes às transcrições das falas que tratam, sobretudo, das configurações do trabalho e dos desafios para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A discussão dos dados de natureza quantitativa processou-se através da análise discursiva e da leitura tabular e em quadros demonstrativos; e os dados de natureza qualitativa mediante o uso da análise de conteúdo das falas dos entrevistados, organizadas pelas temáticas textuais.

3.1 Perfil dos Assistentes Sociais Entrevistados nas Organizações Não-Governamentais: dos traços identitários aos profissionais

Segundo Netto (2011), a constituição do mercado de trabalho do assistente social sobrevém pelas vias das políticas sociais do Estado burguês no capitalismo monopolista. Tais Políticas abrem espaço para compreender simultaneamente a continuidade e a ruptura que assinalam a profissionalização do Serviço Social. Para esse autor, recuperam-se as formas já cristalizadas de manipulação das demandas advindas dos vulnerabilizados pelas sequelas da “questão social”, bem como a preservação e o controle da força de trabalho. “Vale dizer: a intervenção profissional reproduz, na sua consecução, as dimensões da *resposta integradora* pertinentes à essência das políticas sociais.” (NETTO, 2011, p. 77)

Como uma das especializações do trabalho coletivo, o assistente social está, portanto, inserido na divisão social e técnica do trabalho nesse espaço e tem as suas determinações historicamente estabelecidas no processo de produção e reprodução das relações sociais constituídas na era do capitalismo monopolista.

De acordo com Almeida (2007) processam-se duas grandes transformações societárias que atingem os fundamentos da formação e do trabalho profissional do

assistente social. A primeira grande transformação societal deriva da emergência do *Welfare State* (ou de outras expressões inconclusas do Estado Social), enquanto construção histórica de um pacto social entre capital e trabalho (POLANYI, 2000). Segundo esse autor, essa grande transformação significa a criação de um sistema de autoproteção da sociedade contra os “moinhos satânicos”, entendidos como a destruição do tecido social frente aos progressos violentos de produção capitalista.

É, no espaço do sistema de autoproteção da sociedade capitalista, que o Serviço Social materializa-se enquanto profissão e, ao longo dos anos, tece um *ethos público* no trato da “questão social”, sobretudo nos países que desenvolveram políticas de bem-estar social. Fincam-se, assim, as bases de sustentação da sua razão material mediante a especialização, qualificação e referencialização do assistente social ao se tornar uma profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a partir da sua inserção no atendimento das demandas advindas das expressões da “questão social”.

No Brasil, essa atuação profissional forja-se sob a ordem conservadora estabelecida a luz de um sistema de proteção social clientelista e patrimonialista, e, posteriormente, em face de determinações históricas assume a direção ideo-política e teórico-metodológica de crítica à sociedade capitalista em defesa da radicalidade democrática.

Na leitura de Almeida (2007), a segunda grande transformação societária, inspirada na análise de Fiori (2001), refere-se à ofensiva neoliberal que inflete no sentido de negatividade atribuído à primeira transformação – ocorrida nos “30 anos gloriosos”. Subentende, sobretudo, o desmonte do Estado Social em sua formação clássica ou adaptada (como no Brasil) que invalida o pacto social entre capital e trabalho; além da mundialização financeira enquanto nova formatação flexível de acumulação capitalista que altera profundamente o processo e as relações de trabalho com novas formas de superexploração, acentuando a subsunção real do trabalho ao capital; a negação dos direitos sociais, dentre outros desdobramentos.

Essa segunda grande transformação decorre das inflexões da crise do capitalismo contemporâneo nos anos setenta, impingindo um enfoque privatista no trato das expressões da “questão social”. Trata-se da adoção de uma perspectiva de negação do Estado, da política e da perspectiva de totalidade, classe social, direito social, “questão social”, ou seja, do fim das metateorias, da temporalidade e das

grandes narrativas a partir da “[...] defesa dos espaços microssocietários e das pequenas narrativas no campo intimista e minimalista do individual, do particular, do fragmento, da flexibilização, da efemeridade, da descartabilidade, da indeterminação, da descontinuidade, da multiplicidade”. (ALMEIDA, 2007, p. 27) Conforma-se, assim, a investida neoconservadora expressada pela cultura pós-moderna, a lógica da acumulação flexível de capital.

O advento dessas novas transformações inflete, decerto, em um processo de desqualificação, desreferencialização ou desespecialização do Serviço Social.

Esse processo potencializa-se com as novas metamorfoses do mundo do trabalho que atingem duplamente a atuação dos assistentes sociais: por um lado, o agravamento das expressões da “questão social”, provocado pela desproteção social, privatização das Políticas Sociais, aumento da desigualdade social, desemprego e inserção precarizada no trabalho; e, por outro, o próprio processo precarização do vínculo e do salário do assistente social (terceirização, diminuição do espaço profissional no contexto governamental, etc.). (ALMEIDA, 2007, p. 42)

Essa nova conjuntura provoca a emergência de novas exigências, demandas e desafios ao profissional de Serviço Social ao criar um novo *ethos* de cariz privatista na perda ou afastamento da sua especificidade universalista no trato público estatal das expressões da “questão social”, aproximando-se e inserindo-se no espaço das organizações do “terceiro setor”, especificamente, nas ONGs.

Traduz-se na perda da razão material do Serviço Social – as expressões concretas da “questão social”, as contradições da sociedade burguesa, a luta de classes sociais, a regulação do Estado Social (Políticas Sociais) – e o surgimento da imaterialidade ou desmaterialização do Serviço Social, diante da ofensiva pós-moderna, que se delineia na despolitização da “questão social” (situação de vulnerabilidade ou risco individual e social), nas formas de precarização do trabalho, na desregulação da gestão - compartilhada ou plural (*Welfare Mix*) -, na fragmentação das Políticas Sociais, na centralidade da subjetividade, nas diferenças (de gênero, etnia-raça, geracional, etc.), dentre outras expressões. (ALMEIDA, 2007)

A análise da realidade empírica da atuação profissional do assistente social, sujeito desta pesquisa, nas ONGs em João Pessoa/ PB, contextualiza-se na crise do capitalismo contemporâneo, marcado pela ofensiva neoliberal de regressão dos direitos sociais, de privatização das Políticas Sociais, de precarização e flexibilização

do trabalho, de mundialização do capital com a financeirização da economia, enquanto um novo estágio de acumulação capitalista, denominado de “acumulação flexível”. (HARVEY, 2011)

Nesse cenário, engendra-se a contrarreforma do Estado de cunho neoliberal que, conforme se aludiu nos Capítulos anteriores, segue as orientações do Banco Mundial, enquanto um conjunto de estratégias para enfrentamento da crise. A agenda neoliberal impõe a redução do Estado, sobretudo no campo da gestão das Políticas Sociais, limitando-se ao papel de coordenação e financiamento, e, transferindo a gestão social para a responsabilidade das ONGs e outros tipos de organizações, como as Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Fundações Estatais de Direito Privado (Fedps), Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), além do incremento das parcerias público-privadas.

Em meio a esse contexto, a atuação do profissional de Serviço Social nas instituições públicas e privadas vem sendo garantida no campo das Políticas Sociais, ainda que, muitas vezes, de forma precarizada, frente a novos desafios decorrentes de uma conjuntura marcada pelo avanço dos princípios neoliberais. Ademais, enquanto trabalho assalariado, a categoria não está imune à dinâmica dos processos sociais contemporâneos que determinam a sua configuração técnica-profissional, com o advento de claras implicações em *suas competências e atribuições*. (ALENCAR; GRANEMANN, 2009)

Nessa direção, intenta-se neste Capítulo analisar as atuais relações e condições de trabalho dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais das ONGs. Para tanto, inicia-se com a discussão em torno dos traços do perfil dos assistentes sociais entrevistados em duas dimensões investigativas: **identitária**, segundo as variáveis de sexo, etnia, idade e tempo de atuação nas ONGs; e **profissional** de acordo com as variáveis: ano de conclusão da formação superior em Serviço Social, tempo de serviço, renda salarial, tipo de vínculo e carga horária de trabalho, níveis de atuação no exercício profissional e qualificação profissional.

3.1.1 Traços identitários do perfil dos assistentes sociais entrevistados

Como aludido anteriormente, os traços identitários do perfil dos assistentes sociais, sujeitos desta pesquisa, envolvem as variáveis de sexo, etnia, idade e tempo de atuação na ONGs. No tocante à identificação de **sexo**, constatou-se de um total 10 (dez) entrevistados, com a maioria absoluta do sexo feminino, com nove profissionais, e apenas um é do sexo masculino.

Essa constatação confirma a tendência de “feminização” predominante na história da profissão no país, requisitada para adotar uma série de “qualidades” tidas femininas - como o cuidar, o assistir e o acolher os “pobres” - que correspondem aos interesses da classe burguesa quanto à funcionalidade do assistente social em “agir” no controle da classe trabalhadora mediante ações assistenciais.

Sobre a **pertença ético-racial**, objetivou identificar como os profissionais entrevistados se reconhecem e se identificam. Assim, conforme a autodeclaração, a maioria (totalizando em sete) se identificou como parda e negra; consequentemente, três profissionais se autodeclararam brancos.

Quanto à **faixa etária**, verificou-se que os assistentes sociais entrevistados inserem-se entre as faixas etárias de 20-30 anos até mais de 60 anos. Ao estratificar pelas faixas etárias, deparou-se: com 1 entrevistado na faixa etária entre 20 a 30 anos e 1 entrevistado na faixa etária acima dos 60 anos. Os demais entrevistados se distribuem em: a faixa etária de 31-40 anos com 3 entrevistados; a faixa etária de 41-50 anos com 3; e a faixa etária de 51-60 anos com 2 entrevistados. Essa tipificação etária dos entrevistados indica a inserção predominante nas fases maduras do ciclo da vida ativa.

Ao cruzar esses dados etários com o **tempo de atuação** desses profissionais nas ONGs, atestou-se que a maioria está nessa instituição desde a construção da proposta de sua criação. Em alguns casos, os entrevistados declararam ter se inserido na ONG como estagiário e, após a conclusão do Curso de Graduação, obtiveram a contratação empregatícia.

O fato de detectar uma significância de seis entre 10 entrevistados na faixa etária de 41 a mais de 60 anos, dá-se pelo fato de que todos trabalharam em instituições públicas e/ou privadas, mas que “optaram” por atuar nas ONGs, visto

que não obtiveram aprovações em concursos públicos, e, assim, encontraram nesses espaços uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Acrescenta-se ainda que o contexto histórico de inserção desses seis profissionais nas ONGs corresponde ao período de redemocratização (pós-ditadura militar) no Brasil, marcado pela forte presença de profissionais na assessoria aos movimentos sociais e na militância.

Nos anos de 1990, como se explicitou anteriormente, a tendência de atuação nos espaços das ONGs altera-se do âmbito da militância e assessoria política para a gestão de projetos e programas das Políticas Sociais, quando o Estado transfere a sua responsabilidade com a operacionalização dessas Políticas para as organizações do “terceiro setor”, sobretudo as ONGs, as quais absolvem um número significativo de profissionais que assume o “compromisso” de atuar com as “minorias sociais”.

Durante a pesquisa, notou-se que os assistentes sociais com maior tempo de trabalho nas ONGs, também apresentam uma maior experiência sobre a gestão das Políticas Sociais, Fundo Público, além da assessoria aos movimentos sociais e conselhos de direitos.

3.1.2 Traços do perfil profissional dos assistentes sociais entrevistados

Conforme mencionado, essa segunda dimensão investigativa do perfil dos entrevistados compreende a análise das seguintes variáveis: ano de conclusão da formação superior em Serviço Social, tempo de serviço, renda salarial, tipo de vínculo e carga horária de trabalho, níveis de atuação no exercício profissional e qualificação profissional.

No tocante ao **ano de conclusão da formação superior** no Curso de Bacharelado em Serviço Social dos entrevistados, apreende-se, segundo os dados analisados, que apenas um entrevistado concluiu o Curso antes de 1980. Os demais entrevistados apresentam anos de conclusão variados que vão de 1981 a 2016.

Durante esse período, a formação profissional do assistente social brasileiro passou por um processo histórico de cunho teórico-metodológico e ideo-político de conservador à ruptura ao conservadorismo. “[...] em busca de sua ruptura com o

histórico conservadorismo e do avanço da produção de conhecimento, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas”. (YAZBEK, 2000, p. 26)

Esse processo compreende o afastamento do legado neopositivista e a apropriação da teoria social marxista, que dota o Serviço Social de uma direção social, baseada no pensamento social crítico da sociedade capitalista, que se inicia ao longo dos anos 1980 e 1990 e provoca inúmeros avanços teórico-metodológicos, ético-político, e técnico-operativos; e se consolida nos anos 2000, embora em plena ofensiva neoconservadora, de cariz pós-moderno.

Historicamente, merece elucidar que nos anos de 1980, no bojo da efervescência política da sociedade brasileira na luta pela redemocratização do país, processa-se a Reforma Curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social, aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982. Essa Reforma Curricular inspirada no legado marxista, adota uma postura crítica de rompimento com a ordem vigente capitalista.

Como se sabe até os primeiros anos de 1980 o currículo do Curso de Serviço Social é marcado pela perspectiva de “modernização conservadora” (NETTO, 1990), de influência estrutural-funcionalista, com foco tecnicista, inserido na ideologia desenvolvimentista da autocracia burguesa, em pleno governo ditatorial. Contudo, a formação profissional articulada com as manifestações da sociedade brasileira, implanta o novo Currículo em bases marxistas, ainda que inicialmente com aproximações teórico-metodológicas problemáticas.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, *locus* da formação profissional de todos entrevistados, aprova o novo Currículo no ano de 1986. Posteriormente, no sentido de aprimorar o currículo, aprovado em 1982, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)³⁰ elabora o documento “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”, referendado pela categoria em 1996.

³⁰Atualmente, denominada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Segundo Koike (1996, p. 145) “[...] esse processo é retratado na produção teórica, na organização política da categoria, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas mudanças operadas no próprio exercício profissional”.

A discussão dessa Proposta Básica pela categoria, em todo território nacional, desencadeia um processo formativo de afirmação em torno do projeto ético-político do Serviço Social de natureza progressista. Em 1999, a Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, vinculada ao Ministério de Educação e Desporto, elabora as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Bacharelado em Serviço Social que subsidiariam as Diretrizes desse Curso, embora de forma sucinta, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2002.

Os dados analisados sobre os anos de conclusão da formação superior em Serviço Social dos entrevistados apontam: 1 entrevistado concluinte antes de 1980; 02 de 1981 a 1990; e os demais 7 entrevistados de 1991 aos dias atuais.

A leitura desses resultados indica que a maioria desses profissionais formou-se a partir da Reforma Curricular, que no caso da UFPB começou a ser implementada a partir de 1987. Do total dos dez entrevistados, seis tiveram a formação profissional orientada pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC/CNE, em 2002, que direcionam o Projeto Ético-Político da profissão em vigor; 02 concluíram a formação derivada da Reforma Curricular de 1982, já em bases críticas ao conservadorismo; e 02 concluíram o Curso antes da Reforma Curricular, portanto, ainda sob o legado da “modernização conservadora”.

Diante de tais resultados, comprova-se que a maioria dos entrevistados concluiu a formação profissional em Serviço Social cingida na perspectiva de ruptura ao conservadorismo, qual seja a de compreender o significado social do exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 1999)

Sobre o **tempo de serviço** como assistente social na ONG, constatou-se que 5 dos 10 entrevistados estão inseridos entre 10 a 15 anos na instituição; e os demais entre 01 a 05 anos. Os profissionais mais antigos na ONG apresentam certa estabilidade de vínculo no emprego, diferentemente dos demais, haja vista a rotatividade desses trabalhadores no âmbito das organizações sociais. A rotatividade que afere o tempo de serviço associa-se ao tempo de execução dos

projetos. Esse dado acarreta sérios danos ao planejamento das ações nas ONGs, uma vez que a instabilidade dos profissionais causa descontinuidade dos serviços.

[...] o mercado de trabalho, caracterizado pelas ONGs, aponta para uma elevada rotatividade dos assistentes sociais, visto que estas instituições trabalham a partir de projetos, que passam pelos olhos dos financiadores para serem aprovados ou não, gerando, muitas vezes, descontinuidade do trabalho com a saída do profissional. Após o período de “negociação” para a renovação de projetos, é contratado outro “técnico social”. Isto gera instabilidade e precariedade do trabalho, em contraposição à desejada estabilidade proporcionada pelo Estado. (LIMA, 2011, p. 44)

Decerto, o trabalho nas ONGs é marcado pela precariedade, temporalidade e instabilidade atreladas ao tipo de vínculo contratual mediante contratos terceirizados de profissionais e prestação de serviços através de convênios.

No tocante aos dados referentes à **faixa salarial, tipo de vínculo e carga horária** dos assistentes sociais entrevistados nas ONGs, constatou-se que a remuneração é significativamente baixa em relação a outras categorias profissionais de nível superior. Os dados da pesquisa apontam que: 01 entrevistado ganha de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00; 03 recebem de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00; 02 ganham de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00; 02 de R\$ 2.001,00 a 2.500,00; e 02 de R\$ 2.301,00 a R\$ 3.000,00. Portanto, na época da coleta dos dados, apenas 02 entrevistados recebiam em torno de 3 ½ salários mínimos.³¹

Ao comparar os dados desta pesquisa com os dados da pesquisa coordenada pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), que utiliza dados da RAIS 2010 – MTE, verifica-se uma defasagem salarial brutal, mesmo com 6 anos de diferença entre as pesquisas realizadas.

A pesquisa da Abong denominada “Os Níveis de Remuneração em Organizações Não Governamentais Filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais” foi realizada nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, no ano de 2012, conforme se pode atestar nos resultados apresentados sobre a remuneração média dos empregados, a seguir:

³¹O valor do salário mínimo no ano de 2016 foi de R\$880,00 (oitocentos, oitenta e oito reais), estipulado pelo Decreto nº 8.618/2015.

Tabela 01 - Remuneração média em salários mínimos dos empregados de Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) selecionadas com jornada semanal de 31 a 40 horas, segundo o grau de escolaridade.³²

Brasil – 2010

Escolaridade	Remuneração em Salário Mínimo
Ensino Fundamental Completo	1,7
Ensino Médio Completo	2,5
Educação Superior Completa	7,5
Mestrado Completo	12,5
Doutorado Completo	16,2

Fonte: RAIS 2010 – MTE

A leitura da Tabela acima, referente à Pesquisa Abong (2012), indica que o profissional de nível superior completo recebe 7,5 salários mínimos, enquanto os dados desta pesquisa revelam que apenas 02 entrevistados ganham em torno de 3 $\frac{1}{2}$ salários mínimos, no ano de 2016, como se comprova na Tabela seguinte:

Tabela 02 –Tipo de vínculo, faixa salarial e carga horária dos assistentes sociais entrevistados. João Pessoa, 2016.

ONGs³³	Tipo de vínculo	Faixa salarial (R\$)	Carga horária
Nº1	CLT	1.001,00 a 1.500,00	30h
Nº2	CLT	2.001,00 a 2.500,00	20h
Nº3	Prestação de serviços individuais	1.001,00 a 1.500,00	30h
Nº4	Cedida pelo Estado	2.501,00 a 3.000,00	30h
Nº5	CLT	1.001,00 a 1.500,00	13h
Nº6	Contrato por tempo indeterminado	2.501,00 a 3.000,00	40h
Nº7	Contrato por tempo indeterminado	501,00 a 1.000,00	12h
Nº8	Prestação de serviços individuais	2.001,00 a 2.500,00	30h
Nº9	CLT	1.501,00 a 2.000,00	30h
Nº10	CLT	1.501,00 a 2.000,00	30h

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o registro do Conselho Regional de Serviço Social da Paraíba (CRESS-PB), verificou-se que parte expressiva de assistentes sociais não mantém a inscrição no respectivo Conselho, visto que nos contratos com as organizações, os

³²Tabela retirada do Relatório de Pesquisa “Os Níveis de Remuneração em Organizações Não Governamentais Filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais”, de autoria de Elsa Sousa Kraychete e de Ângela Maria Carvalho Borges, coordenada por Fátima Nascimento, do ELO Ligação e Organização.

³³Essa numeração refere-se à identificação dos sujeitos entrevistados nas ONGs, apresentada anteriormente.

assistentes sociais são absolvidos na equipe como técnicos de projetos sociais, cuja finalidade é prestar assessoria durante o planejamento e execução dos projetos aprovados, que apresentam um prazo determinado de duração.

Duarte (2007) ressalta que a atual dinâmica do mercado de trabalho, configura a tendência do empregador não respeitar as profissões regulamentadas, e, assim, garantem uma gama de habilidades e competências, atreladas à extrema exploração da força de trabalho e a adaptabilidade desses profissionais à rotina do setor empregatício. Tais elementos são valorizados pelo capital como garantia de aumento da produtividade, sobretudo da fragilização e controle da classe trabalhadora, isso porque, além de proporcionar uma maior exploração, impacta na capacidade de resistência ao processo de reestruturação.

Nesse contexto, um profissional que não se reconhece como um trabalhador que possui uma formação específica torna-se cada vez mais fragilizado aos ditames do empregador. Sem dúvida, conforma-se como um verdadeiro movimento de desconstrução da identidade profissional no espaço das ONGs. Em torno dessa direção, Duarte acrescenta que a desprofissionalização ocorre na “[...] não-identificação com a profissão; no afastamento das discussões que perpassam a qualificação profissional específica do Serviço Social; na fragmentação e perda do poder de luta da profissão; na não-diferenciação de funcionalidades para as profissões sociais; dentre outras questões”. (2007, p. 112)

Trata-se de uma maneira de burlar os direitos trabalhistas dessa categoria profissional, flexibilizando os direitos e garantindo o exercício da polivalência ou multifuncionalidade.

Ainda na interpretação dos dados da Tabela 2, quanto à variável tipo de vínculo empregatício, constata-se que 05 entrevistados possuem vínculo de celetistas, que são os profissionais com mais tempo de serviço nas ONGs pesquisadas, conforme aludido anteriormente.

Assinalam-se outros tipos de vínculos: 01 entrevistado é estatutário, na condição de cedido do Governo do Estado; 02 vinculam-se na condição de prestação de serviços individuais; e 02 possuem contrato por tempo indeterminado.

Outra variável diz respeito à **carga horária**, cujos dados da referida Tabela assinalam que 06 dos 10 entrevistados dedicam 30 horas semanais. Essa carga horária atende às exigências da categoria que teve a aprovação da jornada de 30

horas semanais sem redução salarial através da Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Por outro lado, verifica-se que 01 entrevistado trabalha 40 horas semanais, portanto desconsidera o cumprimento da supracitada Lei; 01 trabalha 20 horas semanais; e mais 02 com 13 e 12 horas semanais, respectivamente.

Ademais, comprovou-se que apesar de as ONGs apresentarem contratos de trabalho, os assistentes sociais entrevistados relataram trabalhar muito além da carga horária que foram contratados. Um entrevistado declarou, durante a pesquisa, que desenvolve atividades até nos fins de semana, e, assim, totaliza mais de 40h semanais trabalhadas. Esse dado é preocupante por desrespeitar a referida Lei de aprovação das 30h semanais para jornada de trabalho dos assistentes sociais sem redução salarial, uma vez que se depara com assistentes sociais submetidas a extensas jornadas de trabalho que ocasionam, muitas vezes, sérios desgastes físico e mental.

Chama-se atenção também para a diminuição da jornada de trabalho de três entrevistados, justificada pela diminuição de custos e, conseqüentemente, efetiva-se a redução salarial. O fato é que, diferentemente das instituições de caráter público, as ONGs não apresentam uma perspectiva de ascensão salarial, mediante um plano de cargos e salários.

Decerto, essa frágil realidade empregatícia expressa à flexibilização e à precarização do trabalho do assistente social frente à multiplicidade de formas de contratação profissional, visto que parte desses profissionais é contratada para a execução de projetos. Nesse sentido, com a finalização dos projetos, os assistentes sociais são demitidos do quadro das ONGs ou conseguem a aprovação de um novo projeto, garantindo mais alguns meses de vínculo temporário. Por conseguinte, são múltiplas formas de inserção que flexibilizam os direitos desses trabalhadores, além de causar sérios danos físico e emocional.

Em torno dessa questão, observou-se também que os entrevistados que possuem menor faixa salarial são os que buscam mais de um emprego, tendo em vista a insatisfação, unânime, com relação à baixa remuneração e as relações contratuais, marcadas pela rotatividade, multiplicidade de vínculos e aumento da intensificação do trabalho em contratos com carga horária reduzida.

Os depoimentos seguintes dos entrevistados manifestam a insatisfação com o salário oferecido no âmbito das ONGs que não satisfaz às suas necessidades básicas.

- Eu trabalho aqui na ONG como assistente social pela manhã, mas no turno da tarde sou contratado como técnico administrativo [...]. Assim, consigo ter um salário melhor. (Entrevistado nº 03)

- Trabalho na Prefeitura para alcançar uma remuneração digna, porque o salário que recebo [aqui] não dá para pagar as minhas contas. (Entrevistado nº 05)

- Eu trabalho também no Hospital que tem parceria com a ONG, pois não dá para depender só do salário desse espaço [...], ele é muito baixo. (Entrevistado nº 07)

Esses depoimentos abalizam a refuncionalização do papel do Estado frente às exigências neoliberais que provocam a flexibilização das relações e condições de trabalho e de salário a que estão submetidos os atuais trabalhadores, como é o caso dos sujeitos desta pesquisa. Também esses relatos revelam as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores para se manterem no mercado de trabalho, cada vez mais, exigente e competitivo.

Diante desse quadro, observa-se um cenário de incertezas e instabilidade, de duras formas de precarização da força de trabalho humana com a redução de salários e a elevada rotatividade que comprometem a autonomia do profissional.

Por certo, pode-se afirmar que esse quadro é agravado com a contrarreforma do Estado nos seus diferentes níveis de poder e na sua relação com a sociedade, demarcada pelo avanço do processo de privatização, da redução da responsabilidade pública no trato das expressões da “questão social”, em favor da sua mercantilização, desarticulando direitos sociais, rompendo os padrões de universalidade atinentes a esses direitos e provocando um profundo agravamento da “questão social”.

Ora, é esse contexto que altera a demanda de trabalho do AS, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos rateios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional,

porque ele se efetiva pela mediação das condições do assalariamento. (IAMAMOTO, 2012, p. 40)

Notou-se também que os entrevistados diferenciam quanto aos **níveis de atuação** do exercício profissional no âmbito das ONGs e em outras instituições, ao comparar as ações realizadas em ambos os espaços. Os entrevistados relataram, na sua maioria, que o trabalho é diferenciado nas ONGs, por acreditarem que esses espaços oferecerem mais autonomia profissional, menos burocracia que nas instituições públicas e mais dinamismo nos serviços oferecidos.

No entanto, vale destacar que essa percepção de parte dos entrevistados reproduz o discurso neoliberal, uma vez que o trabalho realizado nas ONGs apresenta um caráter privado e fragmentado, como também manifesta uma visão politicamente distorcida ao enfatizar a ineficiência e incapacidade do Estado em oposição à eficiência das ONGs.

Nessa direção, merece ressaltar na medida em que o Estado transfere responsabilidades sociais para o privado, deixa de investir na oferta de serviços sociais públicos que poderiam ser promovidos de forma universal. A focalização e a seletividade são princípios fortemente presentes na esfera dos serviços e programas criados e ofertados pelas ONGs.

Ainda que o trabalho concreto dos profissionais de Serviço Social seja idêntico tanto no âmbito público quanto no privado – no conteúdo e nas formas de intervir – o sentido e os resultados sociais dessa atuação são inteiramente distintos, uma vez que são presididos por lógicas distintas: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, “[...] o significado social do trabalho técnico profissional e seu nível de abrangência”. (IAMAMOTO, 2012, p. 26)

No que se refere à **capacitação profissional**, detectou-se que a maioria dos profissionais entrevistados – seis dentre os dez - possui formação complementar.

A maior concentração de titulação recai na de especialista (no total de seis) e apenas um com título de mestre em Serviço Social e de especialista. O Quadro, a seguir, demonstra o nível de capacitação dos entrevistados.

Quadro 5 – Nível de capacitação dos assistentes sociais entrevistados. João Pessoa, 2017.

ONGs ³⁴	Níveis de Capacitação Profissional	
	Curso de Pós-Graduação	Curso de curta duração
Nº1	Especialização na área de Psicologia da Infância e Adolescência	----
Nº2	----	Formação em Gestão Pública; Controle Social; Gênero e Feminismo; Raça e Etnia; Incidência Política; Políticas Públicas e Saúde.
Nº3	Especialização na área de Sociedade e Gestão	----
Nº4	Especialização na área de Saúde Coletiva	----
Nº5	Especialização na área de Políticas de Proteção Social	Formação em Terceiro Setor
Nº6	----	Cursos sobre Educação Popular
Nº7	Especialização na área de Saúde / Mestrado em Serviço Social	----
Nº8	Especialização na área de Violência doméstica contra Criança e Adolescente	Cursos sobre otimização de tempo e espaço nos atendimentos
Nº 9	----	----
Nº10	----	----

Fonte: Elaboração própria

Os dados do Quadro 5 expressam a preocupação dos entrevistados com a exigência de aperfeiçoamento nas suas áreas específicas de atuação. As áreas indicadas foram: violência doméstica contra criança e adolescente; saúde coletiva; psicologia da infância e da juventude; políticas de proteção social; sociedade e gestão; ONGs e saúde.

Ao analisar a outra modalidade de capacitação exigida no âmbito das ONGs, constatou-se que quatro assistentes sociais não possuem especialização, mas relataram a participação constante em cursos relacionados ao trabalho nessas organizações. Essa informação foi unânime entre esses entrevistados, tendo em

³⁴Essa numeração refere-se à identificação das ONGs pesquisadas, apresentada anteriormente.

vista a exigência no domínio de conhecimentos, dentre os quais se destacam: gestão no “terceiro setor”; otimização de tempo e espaço nos atendimentos; gestão pública; controle social; educação popular e práticas populares. Esses profissionais são demandados à capacitação para o domínio de conhecimentos, necessários às ONGs, como a gestão das Políticas Sociais e, sobretudo as formas de financiamento, com vistas à elaboração de projetos e a realização das parcerias.

Acrescenta-se que alguns profissionais declararam não receber subsídios para se qualificar. Nesses casos, alcançaram à formação complementar mediante investimentos pessoais, tornando-se responsável pela despesa, cujo retorno significa um melhor desempenho no exercício do trabalho profissional.

Constatou-se ainda que os entrevistados, comumente, não priorizam a participação nos eventos promovidos pela categoria dos assistentes sociais, pois o volume de demandas expostas limita o envolvimento, e, assim, acabam privilegiando as capacitações voltadas para as necessidades das instituições empregadoras.

A prioridade em participar de eventos somente da área de atuação, conforme Duarte (2007) reforça a tendência de desprofissionalização e perda de identidade profissional dos assistentes sociais no âmbito das ONGs. Observou-se que os entrevistados não reconhecem claramente suas particularidades profissionais, nesse sentido, notou-se uma tendência de que os profissionais das ONGs devam estar aptos e disponíveis para as diversas “necessidades institucionais”, distanciando-se, de certa maneira, das discussões contemporâneas da categoria.

Segundo Netto (1996, p. 125-126), o perfil profissional do assistente social tende a assumir uma das duas direções diametralmente opostas:

[...] um *técnico* treinado para intervir num campo de ação determinado com a máxima eficácia operativa ou um *intelectual* que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área do conjunto das problemáticas sociais.

Nessa argumentação, o referido autor reafirma que, de um lado, tem-se a especialização, como objetivo de formação; e, de outro, a especialização decorrente de critérios de intervenção em áreas tomadas como prioritárias a partir de uma perspectiva totalizadora às relações sociais. Portanto, confrontam-se dois “paradigmas” de profissional: o técnico bem adestrado que vai responder às

demandas do mercado de trabalho tais como elas se apresentam; ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir a partir da sua compreensão teórico-crítica, identificando os limites e as alternativas da ação focalizada.

Esse entendimento permite constatar as múltiplas e gritantes contradições presentes na contemporaneidade, as quais exigem um profissional cada vez mais qualificado: “[...] que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade.” (IAMAMOTO, 1999, p. 49)

Há a necessidade de um novo tipo de profissional “propositivo” porque, segundo Iamamoto (2009, p. 25), “[...] o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos e para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais”.

Sem dúvida, o assistente social inserido nas ONGs deve ser compreendido em sua totalidade, a qual aponta que essa categoria profissional enfrenta os mesmos dilemas e desafios vividos pelo conjunto de trabalhadores, os quais sofrem perdas importantes nas suas conquistas históricas. No âmbito das organizações sociais, apesar de terem em alguns casos a carteira assinada, esses trabalhadores ficam à mercê da instabilidade frequente, pois esse mercado de trabalho depende do repasse de verbas públicas e privadas, bem como de doações, o que não garante segurança empregatícia, nem tampouco um salário digno.

3.2 Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais Entrevistados nas ONGs: desvalorização e superexploração

Os espaços sócio-ocupacionais existentes que se abrem ao profissional, segundo Iamamoto (1982), objetivam capturar a lógica de retração e intensificação de demandas em determinados segmentos, bem como oferecer respostas às novas exigências, exige desvelar o caráter contraditório do Serviço Social como prática polarizada pelos interesses do capital e também do trabalho, participando nos processos de dominação e resistência, continuidade e ruptura da ordem social.

O conjunto dessas reflexões abarca, sem dúvida, a reconfiguração do mundo do trabalho que, como observa Alves (2011), o processo de precarização de

trabalho atinge a “objetividade” e a “subjetividade” dos trabalhadores assalariados. Essa nova conjuntura de produção do capital intenta “capturar” não apenas o “fazer” e o “saber”, mas a sua disposição intelectual-afetiva.

O citado autor pontua que o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo “[...] articula mecanismo de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, mas nas instâncias sociorreprodutivas, com a pletora de valores fetiche e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano”. (2011, p. 114)

Conforme discutido nos capítulos anteriores, a partir da década 1970, adensa-se um cenário de crise estrutural, o que leva o capital a utilizar vários mecanismos de reestruturação com ênfase na expansão da esfera financeira e a substituição do padrão taylorista e fordista pela “acumulação flexível”. (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 1999)

Esses mecanismos de reestruturação expandiram fortemente a sociabilidade neoliberal, contribuindo para a apreensão da força de trabalho humana sob as condições da exploração do capital, com o aumento da informalização e a degradação do estatuto salarial. Ao mesmo tempo, assiste-se a intensificação e a elevação da jornada de trabalho, acarretando sérios danos sobre o corpo e a mente dos trabalhadores inseridos em diferentes ramos de atividade.

As multidimensionalidades da crise do capitalismo contemporâneo, as reformas neoliberais em curso e a disputa de projetos sociais distintos desencadeiam uma nova era de “precarização estrutural do trabalho”. (ANTUNES; ALVES, 2013)

Esse quadro contextual marcado pelo avanço da ofensiva neoliberal no Brasil a partir da década de 1990 desenvolveu o processo de reestruturação produtiva, derivado do processo de terceirização e da alta incidência de acidentes de trabalho. Como se analisou anteriormente, essas transformações atingem os trabalhadores tanto em sua materialidade como em sua subjetividade. Assim, atribui-se novos contornos ao exercício profissional, intensificando exigências e desafios, tais como: qualificações, competências, flexibilidade e criatividade.

No bojo dessas transformações, decorrem também mudanças profundas no padrão de atendimento às expressões da “questão social” em termos da inserção na lógica da privatização das Políticas Sociais com o repasse das responsabilidades da

base social do Estado para as organizações sociais do chamado “terceiro setor” que adensa e amplia a presença dos profissionais de Serviço Social nas ONGs.

Antunes (2009) aponta o crescimento desse setor como consequência da lógica destrutiva da crise estrutural do capitalismo, bem como uma das medidas de saída dessa crise pela reestruturação produtiva do capital, visando reduzir o trabalho vivo e ampliar o trabalho morto.

Com a retraída do Estado no atendimento das expressões da “questão social”, diminuindo e precarizando as Políticas Sociais, os impactos para o assistente social são diversos. Para Duarte (2010), além da alteração no *significado social* e na abrangência da atuação dos assistentes sociais nas ONGs também desencadeia outro conjunto de modificações resultantes do processo de reestruturação capitalista: as tendências desastrosas do mundo do trabalho.

Sob os impactos dessas tendências, os profissionais vivenciam intensamente a precarização e a exploração do trabalho, por meio de situações de instabilidade e insegurança, flexibilização, polivalência, terceirizações, bem como novas demandas, habilidades e competências profissionais se impõem.

As inflexões da crise do capitalismo contemporâneo apontam limites e desafios neoliberais tanto para o setor público quanto para o privado. Sendo assim, verifica-se uma constante redução de custos no âmbito governamental como nas ONGs. Segundo os entrevistados, as ONGs se deparam com a ausência de financiamento do setor público; a diminuição do número de parceiros; o deslocamento do financiamento das organizações internacionais para países em subdesenvolvimento, em especial para os países africanos.

Conforme aludido, a redução de custos e o aumento das demandas acarretam um quadro de insuficiência e descontinuidade das Políticas Sociais em nível governamental e não governamental provocado pelo avanço do ideário neoliberal, do Estado mínimo e da oferta reduzida e fragmentada desses serviços. Nessa direção, o Estado se isenta do compromisso de garantir os direitos sociais, transferindo-os para o âmbito das ONGs.

Segundo os assistentes sociais entrevistados, os principais cortes que as ONGs têm deliberado são: redução do número de contratados, diminuição do número de público a ser atendido, redução de salário e da carga horária de trabalho, flexibilização das relações trabalhistas com a subcontratação e outras formas, e, em

casos mais extremos de dificuldade financeira, ocorre a necessidade de mudança de imóvel, venda de mobílias e de transporte.

Para Alves (2013), a precarização de trabalho não se dá apenas na dimensão do trabalho enquanto força de trabalho ao se materializar em mercadoria, mas sim, a precarização do trabalho na dimensão do homem que trabalha enquanto ser humano-genérico capaz de dar respostas ao movimento do capital.

Em outras palavras: “[...] o trabalhador assalariado é visto por um lado, força de trabalho como mercadoria; e por outro lado, ser humano-genérico (o que denominamos trabalho vivo, na medida em que o homem, na perspectiva ontológica, é um animal que se fez homem através do trabalho).” (Ib. p. 02)

O referido autor apresenta as tendências atuais em função da precarização da força de trabalho no contexto de crise estrutural do capitalismo. Nesse contexto, o cotidiano dos trabalhadores é marcado pela redução do tempo disponível à vida pessoal e direcionado ao mero trabalho assalariado.

De um lado, o “núcleo humano” da pessoa (ou seu gênero vivo ou a vida do gênero) e de outro, a “força de trabalho como mercadoria”, voz interior das disposições sistêmicas do capital. Como “coisa exterior” no âmago do “espaço interior” da pessoa humana, é a força de trabalho como mercadoria que conduz as individualidades de classe. É esta bipartição da personalidade integral do homem proletário que possibilita as operações de manipulação/“captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. (ALVES, 2013, p. 20)

De acordo com os relatos dos entrevistados, as problematizações do trabalho do assistente social nas ONGs apresentam diversos desdobramentos que vão dos agravos físicos a emocionais. Decerto, esses agravos estão presentes nas atuais relações de trabalho em qualquer área de atuação, marcadas pela precarização, desregulamentação e flexibilização que geram a superexploração do trabalhador, desproteção social e trabalhista, péssimas condições de trabalho e de salário, dentre outros fatores que geram processos de adoecimento físico e emocional, além de acometimento de doenças graves, muitas vezes crônicas.

De acordo com os entrevistados, os desdobramentos da crise no trabalho se materializam em: stress, adoecimento, sofrimento, insegurança no emprego, polivalência, rotatividade, ausência de direitos trabalhistas, imposição de metas e extensão da jornada de trabalho, conforme os dados do Quadro seguinte:

Quadro 6- Desdobramentos da crise no trabalho segundo os entrevistados.
João Pessoa/PB, 2017.

Desdobramentos	N*
Insegurança no emprego	7
Polivalência	7
Stress	6
Adoecimento	4
Sufrimento	4
Imposição de metas	4
Ausência de direitos trabalhistas	3
Rotatividade	2
Extensão da jornada de trabalho	1

Fonte: Elaboração própria
*NOTA: Indicações múltiplas

A *insegurança no emprego* é o desdobramento da crise no trabalho majoritariamente assinalado nas falas de 07 entre 10 dos entrevistados. Trata-se de uma estratégia utilizada pelas ONGs para contratação do seu quadro de funcionário, em que priorizam as admissões através dos contratos temporários, isto é, o pagamento dos salários e demais encargos dependem da aprovação constante de projetos; tornando-se condição indispensável para a permanência de trabalhadores nessas organizações sociais.

Os relatos dos assistentes sociais pesquisados, reproduzidos abaixo, direcionam essa análise. Durante a coleta de dados, constatou-se, que uma profissional estava sem contrato de trabalho, pois a ONG não apresentava projetos aprovados para aquele determinado semestre. Ela relatou que estava recebendo o seguro-desemprego e, assim, aguardava a aprovação de um novo projeto e a possibilidade de renovação do seu contrato de trabalho.

- A maioria da equipe de trabalho foi desvinculada da ONG, estamos apenas com uma [profissional] carteira assinada [...]. Estamos aguardando a resposta de algumas entidades, com vistas a renovar os nossos projetos. Mas, nesse momento colocamos até a nossa sede à venda, e, assim, vamos procurar uma sala para alugar e realizar as nossas atividades. (Entrevistado nº 08)

A insegurança no emprego, a ausência dos direitos trabalhistas e, sobretudo a descontinuidade das ações oferecidas nas ONGs, que dependem da aprovação de

projetos, acarretam sérios danos à saúde desses profissionais, tendo em vista que o assistente social é o trabalhador que atua nas mais diversas expressões da “questão social” e, conseqüentemente, àquele que intervém na linha de frente da barbárie social. Essa realidade é tensa e contraditória, acarretando situações de stress, adoecimento e sofrimento dos profissionais de Serviço Social que atuam no âmbito público e privado, sobretudo nas ONGs, porque o profissional se depara com situações que exigem uma resposta imediata, mas que a organização não apresenta meios e/ou recursos para atender naquele momento.

Verifica-se ainda que diante de um quadro de desemprego, propicia a aceitação por parte de trabalhadores a contratações temporárias, polivalência, elevada rotatividade, exigência para o cumprimento de metas e extensão da jornada de trabalho.

O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve seu valor venal desvalorizado pelo ‘progresso técnico’ e assistiu à capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso. As legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às grandes lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares, e as ideologias neoliberais se impacientam de que ainda restem alguns cacos delas. (CHESNAIS, 1996, p. 42)

Os rebatimentos da precarização no mundo do trabalho fazem-se sentir no campo da formação e do exercício profissional do assistente social tanto no âmbito público quanto no privado. Na trama tensa e contraditória das relações de trabalho, as instituições empregadoras exigem do profissional, respostas imediatas, restritas ao processo de percepção instrumental e superficial da realidade social, por privilegiar e reforçar o cumprimento de metas. Esse cenário demanda do profissional crítico uma capacidade para negociar com as instituições, ao defender uma prática mais propositiva e menos burocrática, sem perder de vista a dimensão da totalidade.

Para Netto (1996), a existência crescente de trabalho vivo superqualificado e/ou *polivalente* coroa a radical reestruturação das “três décadas gloriosas” do capitalismo monopolista, que conserva ainda os padrões de exploração, mas se revelam ainda mais acentuados, incidindo expressivamente sobre o trabalho feminino, dos jovens e imigrantes.

De acordo com Alves (2011), o “capitalismo manipulatório” levou os trabalhadores a “consentir” maior nível de exploração de sua força de trabalho e, sobretudo, a renunciar parte dos direitos sociais e trabalhistas com receio de perder o emprego. Desse modo, a elevação do desemprego e a instabilidade dos trabalhadores contribuíram para fragilizar o poder de negociação dos trabalhadores assalariados e, assim, aumentar as taxas de exploração com fortes consequências para a saúde do trabalhador do Século XXI.

Sob essa conjuntura, tem-se o *stress* como uma das maiores ameaças à saúde humana no atual século.

É uma síndrome que atinge o corpo e mente e que expressa o caráter totalitário e totalizante das novas implicações objetivas (e subjetivas) da produção do capital. [...] É sintoma epidemiológico do sóciometabolismo da barbárie e das novas condições da produção do valor. (ALVES, 2011, p. 152-153)

O termo *stress*, em inglês, significa “esforço”, “tensão” surge na década 1930, no ápice do desenvolvimento do fordismo-taylorismo. No entanto, a partir da crise estrutural do capitalismo, com o desenvolvimento da reestruturação produtiva, e, conseqüentemente a precarização da força de trabalho e, portanto, com a constituição da barbárie, tem-se a multiplicação de “agentes estressores”.

Nesta pesquisa, esses influxos estão presentes no âmbito das ONGs, acarretando sérios danos à saúde dos assistentes sociais, decorrentes da flexibilização das relações contratuais e a instabilidade no emprego.

Durante as entrevistas, foi possível identificar vários discursos sobre a rotina estressante, por exemplos: como se sentem quando não conseguem atender a demanda posta em seu cotidiano; bem como, quando não possuem um espaço físico adequado para realizar os atendimentos e as intervenções com a comunidade.

O *stress*, o *adoecimento* e o *sofrimento* derivam da lógica do capital, além de causar insegurança social em suas múltiplas dimensões, também, se vinculam “[...] a situações de estranhamento/alienação, de perda de controle da atividade social, e do agudo fetichismo que se dissemina na sociedade produtora de mercadorias nega a plena atividade humano-sensível”. (ALVES, 2011, p. 155)

Leonardo Boff (2010, p. 1) analisa a reorganização econômico-financeira mundial, como gerador de um intenso sofrimento humano e uma desestruturação

subjetiva do homem, sobretudo dos trabalhadores assalariados, e, conseqüentemente, quando a economia entra em crise, como sucede atualmente, tudo é sacrificado para salvá-la. “Colocado em situação de crise, o sistema neoliberal tende a radicalizar sua lógica e a explorar mais ainda a força de trabalho. Ao invés de mudar de rumo, faz mais do mesmo, colocando pesada cruz sobre as costas dos trabalhadores”.

Para esse autor, o sofrimento presente no cotidiano de trabalho é considerado mais generalizado e difuso como uma espécie de “mal-estar da globalização” em processo de erosão humanística. Expressa, também, uma grave depressão coletiva, destruição da esperança, e, em alguns casos, a perda do desejo de viver.

Nessa conjuntura, conforme destaca Boff, as instituições empregadoras levam a competitividade até o limite extremo, estipulam metas, infundindo nos trabalhadores o sofrimento, o medo e, não raro, síndrome de pânico. Devido às sobrecargas do trabalho, estima-se no Brasil que cerca de 15 milhões de pessoas sofram este tipo de depressão.

Decerto, as análises realizadas da atual crise, incorporam esse dado perverso que é o universo de sofrimento a que está sendo imposto aos trabalhadores, sobretudo, aos pobres, no propósito de salvar o sistema econômico, controlado por poucas forças, extremamente fortes, mas destruidoras.

Nas situações relatadas pelos assistentes sociais, por unanimidade, verificou-se que a rotina de trabalho nas ONGs, caracteriza-se pelo excesso de serviços e pela polivalência de funções assumidas. Esses profissionais são responsáveis por elaborar planos, programas e projetos, realizar atendimentos aos usuários e familiares, realizar estudos socioeconômicos, atender as demandas advindas dos órgãos financiadores, acompanhar e avaliar a execução dos serviços e ações nas comunidades entre outras demandas, com destaque para dupla jornada de trabalho, tendo em vista que são demandados para realizar viagens às cidades do interior da Paraíba, onde acompanham projetos e desempenham ações em parceria com os municípios.

Em tal cenário, a *imposição de metas*, a intensificação da exploração do trabalho e a busca incessante pelo aumento da produtividade expõem os assistentes sociais às diversas situações de polivalência. Esses profissionais acumulam atividades e funções, exigindo-se, também, um trabalhador com “fácil adaptação” ao

campo das ONGs; e, assim, inserido na lógica do mundo regido pelos princípios do capital.

Ademais, Raichelis (2011) problematiza a *violação dos direitos* dos assistentes sociais diante das condições atuais do capitalismo contemporâneo, expressas na relação com a violação dos direitos da classe trabalhadora. Para essa autora, essa realidade requer a definição de uma agenda de questões específicas conectadas às lutas gerais dos trabalhadores. Esse contexto afeta o mundo do trabalho e desafia os assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas éticas e políticas na perspectiva da competência crítica frente às exigências burocráticas e administrativas, requisitadas pelas instâncias empregadoras.

Decerto, o trabalho do assistente social depara-se, sobremaneira, com duas ordens de enfrentamento: “[...] as novas configurações e formas de encaminhamento da **“questão social”**”; e as novas metamorfoses desencadeadas no **mundo do trabalho**”. (ALMEIDA, 2007, p. 87, grifo da autora)

Em síntese, têm-se, por um lado, as novas configurações de enfrentamento das expressões da “questão social” e o agudizamento desta em face da instauração do processo de desestatização da “questão social” com o avanço do processo de privatização. Por outro lado, observam-se também as novas metamorfoses no mundo do trabalho, imbricadas no processo de afastamento do Estado no trato das expressões da “questão social” na atual crise do capital (Ib.).

No entendimento da maioria dos profissionais entrevistados, a ofensiva neoliberal, a privatização das políticas públicas e a transferência de recursos para o “terceiro setor” vêm trazendo sérios influxos para classe trabalhadora. Segundo os entrevistados, esse cenário é marcado por um forte ataque as lutas democráticas, aos direitos sociais e ao mundo do trabalho.

Ao indagar os assistentes sociais sobre a transferência de recursos para o “terceiro setor”, sobretudo para ONGs, todos (dez profissionais) demonstraram um discurso contraditório ao afirmarem que reconhecem os efeitos perversos do neoliberalismo, no entanto, destacam que a parceria com o Estado garante o recebimento de fontes de recursos públicos, possibilita a garantia de sustentabilidade das ações, dos serviços e do quadro de funcionários das ONGs. Os relatos dos assistentes sociais, reproduzidos abaixo, direcionam essa análise.

- *Enxergo a transferência de recursos como uma necessidade de sobrevivência das ONGs, no entanto, reconheço que o Estado repassa, também, as suas responsabilidades. (Entrevistado nº03)*

- *Acredito que a transferência de recursos para ONGs é uma alternativa, com vistas a alcançar o desenvolvimento de ações comprometidas com as comunidades carentes. (Entrevistado nº04)*

- *Eu defendo a transferência de recursos para as ONGs, mas sou contra a mudança de perfil das mesmas para acessar fontes de recursos [...]. Defendo o marco regulatório e, também, deixo claro que as ONGs devem buscar outras maneiras para garantir a sua sustentabilidade, como exemplo: a oferta de assessoria e consultoria, vendas de serviços e produtos, arrecadação de doações etc. (Entrevistado nº06)*

- *O Brasil é um país de grandes extensões territoriais, e mesmo com a implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) com seus níveis de proteção, essas políticas não conseguem atingir e resguardar o direito de toda a população, por isto acredito que as organizações do Terceiro Setor são de extrema importância para a vida das pessoas. Sendo assim, a transferência de recursos públicos é de extrema importância para a manutenção dessas entidades, que em sua maioria prestam serviços essenciais para a população usuária. (Entrevistado nº 09)*

Esses registros revelam, de certa maneira, uma descrença dos entrevistados em relação à efetivação de políticas públicas como um direito social, de caráter universal, equânime e integral, cuja operacionalização seja realizada pelos órgãos públicos. Ao mesmo tempo em que esses entrevistados evidenciaram a necessidade das ONGs em receber os recursos, diante da importância para manutenção das ações, serviços e quadro técnico. Nessas análises, constatou-se que os depoimentos expressam a preocupação desses profissionais na provisão e garantia de parcerias. Essa preocupação é intrínseca à atuação nas ONGs, uma vez que essas organizações não são capazes de garantir a auto-sustentabilidade, e, assim, contratam um quadro técnico apto a desempenhar ações que visem conseguir parceiros, bem como efetivar as ações e serviços nas comunidades.

Há de se considerar, também, que a universalidade no acesso aos programas e projetos sociais, não é possível no âmbito das ONGs, apenas no âmbito do Estado. Para Iamamoto (2001), ainda que seja um Estado de classe, dispõe de um caráter público, que se expressa na luta pelo atendimento dos interesses da coletividade. Essa autora coloca que projetos levados a efeito por organizações

privadas apresentam uma característica básica que os diferenciam: “[...] não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais”. (Ib., p. 25-26) Desse modo, tem-se a propagação da seletividade no atendimento a partir dos critérios estabelecidos pelos órgãos mantenedores.

Destarte, a prática da seletividade compromete seriamente o trabalho dos assistentes sociais que intervêm nas precárias condições sociais de existência dos usuários dos programas das diferentes Políticas Sociais. Essa realidade inflige o profissional a enfrentar sérios desafios frente à bipolaridade seguinte: a “filantropia em ascendência x a cidadania arrefecida” que impacta tanto no espaço sócio-ocupacional desse profissional como coloca em xeque o Projeto Ético-Político da categoria, embasado na radicalização da democracia. (ALMEIDA, 2007)

Com relação à inserção do assistente social nas ONGs, observou-se, ainda que de forma dúbia, uma visão positiva com relação ao trabalho desenvolvido. Os depoimentos seguintes demonstram que os assistentes sociais apresentam uma percepção que se expressa entre o caráter positivo (atuação política nos Conselhos, nos movimentos sociais) e o caráter negativo (baixo salário).

- É vantajoso, pois atua juntamente aos conselhos de direitos e os movimentos sociais. (Entrevistado nº 04)

- O assistente social oferece vida à instituição, pois é a porta de entrada [...]. A atuação é rica e vantajosa, pois atua ao lado dos movimentos sociais e na luta cotidiana. (Entrevistado nº 06)

- Financeiramente, não é vantajoso. Mas, reafirmamos o nosso compromisso com a causa social. (Entrevistado nº 07)

- Devemos avaliar o trabalho nas ONGs por dois ângulos, primeiro, a atuação garante uma realização para profissional, tendo em vista o compromisso político firmado com os movimentos sociais. De outro lado, tem-se a parte financeira, pois esse âmbito apresenta uma frustração, já que os profissionais ganham muito pouco. (Entrevistado nº08)

- Em se tratando da minha experiência, penso que este espaço sócio-ocupacional apresenta muitas vantagens para a profissão. É um lugar que os profissionais têm autonomia para exercer sua prática, [...] (Entrevistado nº 09)

De acordo com as análises efetuadas, constatou-se por unanimidade que embora os assistentes sociais entrevistados apresentem vantagens do trabalho nas ONGs, nem todos entrevistados manifestam uma reflexão crítica desse processo, sendo influenciados por uma perspectiva humanista e solidária que marcam o discurso do “terceiro setor”.

Apesar das vantagens da atuação nas ONGs, apontadas pelos entrevistados, de certa maneira, não se mostram vantajosas em razão da dupla instabilidade financeira: a precarização das condições de emprego na intervenção profissional e na modalidade técnico-operativa, uma vez que as ONGs seguem as orientações do capital mundializado e adequam-se a elas; e a reorganização das precárias relações e condições de trabalho. (MONTAÑO 2012)

Em breve avaliação sobre a inserção dos assistentes sociais nas ONGs, Netto (1996) ressalta que esses espaços estão muito longe de constituir-se um canal minimamente expressivo e estável de absorção de profissionais, quando muito, oferecem vínculos parciais. Para esse autor, apostar nas ONGs como campo de atuação profissional, é desconhecer os graves riscos do pluriemprego, em razão da fragmentação do mercado de trabalho que pode conduzir a um processo de desagregação profissional. Na realidade, as ONGs reforçam limitações e desafios para a realização de uma prática propositiva, embasada na prestação de serviços de qualidade enquanto direitos de cidadania da população.

Diante da atual conjuntura de crise do capitalismo apontar, como estratégia neoliberal, que as ONGs se caracterizem como mercado de trabalho que absorve assistentes sociais se faz necessário aprofundar as análises acerca das condições reais de trabalho, a qualidade dos serviços oferecidos, bem como as possibilidades de concretização do Projeto Ético-Político da profissão.

3.3 O Serviço Social no âmbito das ONGs: demandas e respostas profissionais na defesa dos direitos sociais

O trabalho do assistente social, como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho ganhou ênfase em face da crise do capitalismo contemporâneo e das estratégias forjadas para o seu enfrentamento.

Por entender que a profissão não é imune à dinâmica societal em que está inserida, a qual determina intensas implicações em suas competências e atribuições, sobretudo nas condições de trabalho, apontam-se duas determinações relevantes: a condição de assalariamento do profissional de Serviço Social e o formato da Política Social e a lógica que a orienta.

A primeira determinação consiste em o assistente social ser um trabalhador que vende a sua força de trabalho especializada em troca de salário pago pelas instituições públicas e privadas, as quais são base organizacional do seu fazer profissional. Desse modo, cabe aos órgãos empregadores a capacidade de consumir a força de trabalho durante uma jornada, de modo que o exercício profissional não é indissociável da análise das suas condições e relações de trabalho, dos recursos disponíveis, formas de organização e gestão do trabalho, uma vez que afetam as possibilidades de execução do trabalho. (GUERRA, 2011)

A segunda determinação refere-se ao formato da Política Social e a lógica que a orienta na cena contemporânea. Parte-se da compreensão de que as Políticas Sociais atribuem **conformações** ao trabalho do assistente social, sobretudo, no atual processo histórico de retrocessos, quando a Política Social se manifesta no cenário de crise do capitalismo contemporâneo.

Conforme Netto (1996), as transformações societárias constituem o solo privilegiado para o processamento de alterações também no campo das profissões, que incidem em novos desafios e demandas.

No âmbito das ONGs pesquisadas, as *demandas* mais incidentes no trabalho do assistente social, são: a) representação nos espaços de controle social, com a participação nos conselhos de direitos, redes e fóruns de discussão; b) execução de ações que operacionalizam os projetos, com atendimento aos usuários e familiares, visitas de campo, preenchimento de formulários, participação em ações formativas; e

c) coordenação de equipes profissional e gestão dos projetos, cujo compromisso é elaborar, implementar, monitorar e avaliar as ações e serviços ofertados.

Tais demandas apontam uma forte relação com os artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, que dispõem sobre a regulamentação da profissão do assistente social e dá outras providências. O art. 4º constitui as competências da categoria, sendo elas:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, Presidência da República, Lei 8662/9, 1993, p.3-4)

E o art. 5º que dispõe sobre as atribuições privativas do assistente social:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, Presidência da República, Lei 8662/9, 1993, p.4)

Na análise dos dados da pesquisa, constatou-se que as *atividades profissionais* se voltam para: o acolhimento do usuário e sua família, as visitas a comunidades, participação nos conselhos, elaboração de projetos, serviços de consultoria, realização de formação política, estudo social, encaminhamentos à rede de serviços, acompanhamento das ações dos educadores, supervisão de estágio em Serviço Social e a realização de pesquisas com vistas a conhecer o perfil dos usuários, das comunidades atendidas, e, assim, garantir a aprovação de planos, programas e projetos.

Em torno dessas atividades, o profissional de Serviço Social atende as demandas da instituição empregadora originárias das exigências do mundo das ONGs, e, sobremaneira das necessidades advindas do sistema capitalista vigente.

Por exemplo, como a organização sobrevive de forma instável e para responder a expressões da questão social de forma pontual e fragmentária, via projetos sociais financiados pela cooperação internacional e/ou instituições nacionais, a mesma necessita de profissionais que atuem: na elaboração de projetos sociais; no monitoramento destes projetos, a partir da elaboração de relatórios; na captação de recursos, via parcerias/articulações institucionais para a viabilização concreta dos projetos; e na assessoria a grupos comunitários, uma vez que o capital desestimula e, até mesmo, impede a intervenção através de políticas públicas. Desta forma, as atribuições têm relação estreita com o conjunto de demandas contemporâneas articuladas às transformações societárias. (DUARTE, 2004, p. 152)

Nas entrevistas, atestou-se o cumprimento de atribuições consolidadas no histórico da profissão do assistente social: realização de oficinas e cursos sobre as temáticas como liderança comunitária, economia solidária, gênero e feminismo, formação política, esclarecimentos sobre direitos e deveres, dentre outras.

Tais atribuições ora são referenciadas nas “velhas” respostas do assistente social, já que o exercício da profissão é um desdobramento da ordem vigente do capital, que exige respostas aos seus interesses, contribuindo para forjar comportamentos compatíveis com a nova racionalidade do trabalho; ora pode estar voltada à participação popular na luta pela democratização das Políticas Sociais. Sob essa perspectiva de análise, Iamamoto (2010) ressalta que o desafio da categoria é avançar na luta emancipatória em função da construção de uma nova sociabilidade, ou seja, a socialista.

No que tange ao *local de trabalho*, três assistentes sociais declaram não possuir espaço físico exclusivo para o atendimento sigiloso³⁵, ferindo-se à Resolução CFESS n. 493/2006³⁶. Seis profissionais afirmaram ter um ambiente adequado para o atendimento aos usuários, bem como para realização de reuniões, cursos de formação etc. No entanto, cita-se uma situação bem particular de um profissional que revelou não possuir ambiente adequado para realizar os atendimentos, nem tampouco computadores e/ou armários para armazenar as informações, documentos, dados, relatórios, pareceres etc., porque a ONG, a qual está vinculada, não compreende a importância do sigilo profissional e do papel do assistente social em sua atuação profissional. O agravante dessa situação é que o

³⁵Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Parágrafo Único: Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário. Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional. Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade. Parágrafo Único: A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento. (CFESS, Resolução CFESS nº 273/93, Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais)

³⁶Resolução CFESS 493/2006 estabelece as condições éticas e técnicas para o exercício do trabalho. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em. 24/02/2017.

assistente social realiza os atendimentos aos usuários e familiares em salas compartilhadas com técnicos administrativos e outros trabalhadores.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que as ONGs, através do planejamento estratégico, da operacionalização e avaliação das ações e serviços, exigem novas demandas e exigências aos profissionais de Serviço Social, em níveis de intensidade no cotidiano da atuação profissional.

Em relação às novas demandas, alguns assistentes sociais destacaram: buscar acesso às verbas e parceiros para o custeio dos serviços nas ONGs; gestão das Políticas Sociais; formação política e elaboração de projetos em parceria com outras ONGs. E sobre as novas exigências, os entrevistados destacaram: a busca incessante pela capacitação continuada; aligeiramento da formação; trabalho em rede; atuação em tempo ágil; domínio da informática; resolução de problemas imediatistas; alternativas para acessar recursos financeiros, entre outras.

No entanto, compreende-se que tais exigências e demandas consideradas como “novas” pelos entrevistados, seguem a lógica da crise do capitalismo contemporâneo, como os primados da reestruturação produtiva, da flexibilização do trabalho e da privatização (as necessidades dos financiadores).

As novas demandas postas pelas transformações societárias são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades de sua formação (ou por causa de uma formação que não corresponde à realidade que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente ‘mais seguros’, ‘mais legitimados’, condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papeis e atribuições – por isso e muito mais, é frequente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional. (NETTO, 1996, p. 111)

Para o referido autor, as atuais transformações societárias modificam as demandas do mercado de trabalho, seja pela redução da demanda de atividades antes significativas (ou porque as suas necessidades diminuíram e/ou foram transferidas a outros profissionais) seja pelo surgimento de atividades novas.

Essa dinâmica aponta, segundo Raichelis (2011), para a crescente informatização do trabalho dos assistentes sociais. Constata-se o quanto às tecnologias de informação intensificam os processos de trabalho, produzem um

efeito controlador sobre o cotidiano, permitem uma ampla fiscalização do desempenho do trabalho, desencadeando o desgaste físico e mental criado pela rotina mecânica, repetitiva, que de certa maneira, não instiga a reflexão crítica. Além de afastar o assistente social do atendimento direto ao usuário a fim de preencher os formulários e realizar cadastros da população, quando assumidos de maneira burocrática e repetitiva, que não agrega o conhecimento sobre os dados, nem tampouco sobre o processo de trabalho.

Essas “novas” demandas e exigências, no âmbito das ONGs, vinculam-se à lógica neoliberal de minimização da responsabilidade do Estado no atendimento dos direitos sociais e da transferência da gestão social para as organizações. Nesse contexto, as ONGs ganham espaço político ao surgirem como responsáveis diretas pela operacionalização das Políticas Sociais, tornando-se parceiras de órgãos públicos e privados, sob o discurso de subsidiariedade e solidariedade, com ações pontuais e fragmentadas, o que quebra o caráter universal dessas Políticas.

Nesses termos, as ONGs inserem-se na lógica privatista do trato das expressões da “questão social”, isto é, transferência das responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. Apesar de muitas dessas ONGs reafirmarem o compromisso político com as intervenções sociais, não se pode negar que essas organizações respondem às necessidades do capital, visto que assumem o papel de intervenção direta na desigualdade social. Para tanto, constatou-se que os assistentes sociais adotam diversas estratégias, no âmbito das ONGs, para garantia dos programas de Proteção Social, como se pode verificar nos trechos de sete dentre dez assistentes sociais entrevistados, a seguir:

- *A principal estratégia adotada pelo assistente social na ONG é a busca por parceiros. (Entrevistado nº 01)*
- *Utilizar as mídias sociais para divulgar o nosso trabalho, e, assim, garantir um maior número de parceiros. (Entrevistado nº 02)*
- *Elaborar projetos, buscar parceiros e prestar bons serviços. (Entrevistado nº 03)*
- *Captação de recursos com enfoque na elaboração de projetos. (Entrevistado nº 05)*
- *Coletivizar as demandas com a equipe multiprofissional. (Entrevistado nº 06)*

- *Focar as ações na elaboração de projetos sociais.* (Entrevistado nº 07)

- *Buscar compreender a realidade social e o momento que estamos vivendo atualmente, para traçar estratégias de enfrentamento desses problemas, além de buscar espaços de formação, pesquisas e estudos sobre as mudanças nas políticas sociais, compreendendo as suas normativas para que os encaminhamentos sejam no âmbito do atendimento, da assessoria, ou em outras áreas, consigam ter respaldo e completude.* (Entrevistado nº 09)

Essas reflexões apontam contradições que decorrem, não só das exigências das ONGs, como do universo do “terceiro setor”, com destaque para a busca incessante por parceiros, os quais garantem a sustentabilidade desses espaços, via projetos aprovados e executados de forma fragmentada e, muitas vezes, na superficialidade no trato das expressões da “questão social”, sem refletir a histórica contradição entre capital e trabalho.

As reflexões efetuadas pelos entrevistados distanciam-se e desassocia-se da ordem do capitalismo vigente. Como se as ONGs estivessem deslocadas da ordem burguesa, desconsiderando-as como uma alternativa ou estratégia neoliberal de saída de crise do capitalismo. Não é em vão que as ONGs, ao se colocar como executora de ações e serviços sociais, crescem a cada dia, vez que a grande maioria delas tem estreitos vínculos com o poder público e privado. Entretanto, os serviços prestados pelas ONGs são parcos e insuficientes diante de uma demanda social que aumenta aceleradamente em face do crescente número de comunidades desassistidas.

A gestão fragmentada e pontual demonstra que, mesmo com a existência, de maneira evidente, de ONGs comprometidas com projetos emancipatórios, elas reforçam a lógica neoliberal na negação dos direitos sociais. De acordo com as análises das entrevistas, constatou-se que as estratégias adotadas pelos assistentes sociais para a garantia de oferta de programas sociais, nas ONGs, voltam-se enfaticamente para a captação de recursos financeiros, causando grande impacto no sentido de derresponsabilização do Estado na operacionalização das Políticas Sociais.

Outra constatação relevante, segundo os relatos dos entrevistados, é que as ONGs que adotam a estratégia de desenvolver *parcerias com o poder público*,

certamente, apresentam um melhor desempenho em contraposição as ONGs que sobrevivem apenas de doações e/ou de venda de serviços e produtos, visto que a primeira garante o financiamento das ações e o pagamento do quadro técnico contratado. Essa constatação reforça as relações contraditórias e antagônicas do sistema capitalista diante das exigências de saída da crise, mediante a perda dos direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988.

Não se pode perder de vista que os múltiplos processos que envolvem a reestruturação produtiva e a implantação do ideário neoliberal geraram sérios influxos tanto no âmbito público quanto no privado, no mundo do trabalho e nas relações sociais advindas dessas alterações, bem como determinam modificações na estrutura das profissões, sobretudo do assistente social, alterando o seu significado e a sua função social. Desse modo, as relações com as quais o assistente social se submete, necessitam ser analisadas a partir da realidade vivenciada nas ONGs, conforme as possibilidades e desafios para atuação nas ONGs, segundo os relatos a seguir de seis dentre dez entrevistados:

- *Os desafios são: reconhecimento do papel do assistente social nas ONGs e a valorização salarial do profissional.* (Entrevistado nº 01)
- *O nosso maior desafio é trabalhar em equipe, pois nem todos compreendem as atribuições do assistente social.* (Entrevistado nº 02)
- *Enfrentamento da conjuntura de cortes nas políticas sociais.* (Entrevistado nº 04)
- *Um grande desafio posto na atualidade é a luta pela aprovação do piso salarial, pois o assistente social recebe baixos salários.* (Entrevistado nº 05)
- *Os nossos desafios diários estão relacionados à manutenção das ONGs.* (Entrevistado nº 08)
- *Os desafios se pautam também na perspectiva de conseguir através da sua prática, mostrar o quanto o profissional de Serviço Social é importante para que se consiga viabilizar os direitos e o acesso da população aos serviços da política com a qual ele trabalha.* (Entrevistado nº 09)

A luz dessas falas comprovou-se que as novas demandas, perspectivas e desafios se apresentam para o assistente social nas ONGs traduzem-se em requisições do grande capital e, sobretudo, a partir da transferência de

responsabilidades do Estado - no atendimento das expressões da “questão social” - para as organizações do “terceiro setor”.

Diante dessa comprovação, identificam-se dois desafios basilares para os assistentes sociais nas ONGs: primeiro, a valorização do profissional no seu âmbito de atuação (espaço sócio-ocupacional), no tocante ao reconhecimento salarial e, sobretudo a importância da sua inserção enquanto especialista nas equipes técnicas, com a constante participação em debates coletivos e planejamentos estratégicos; e segundo, em uma perspectiva mais crítica, o desafio consiste em buscar estratégias que visem atender as demandas da classe trabalhadora e da instituição empregadora na perspectiva universal e igualitária.

Ademais, verificou-se que as falas dos entrevistados aproximam-se ao discurso do grande capital – portanto, distanciando-se do debate crítico contemporâneo - ao apontarem como desafio profissional a continuidade das ações e serviços oferecidos nas ONGs. Como exemplo, cita-se o discurso do entrevistado nº 08, indagado sobre os desafios enfrentados, respondeu de forma sucinta e direta: “Os nossos desafios diários estão relacionados à manutenção das ONGs”.

Nos depoimentos dos entrevistados, atestou-se uma incompreensão acerca das *contradições* que perpassam o universo das ONGs: o seu papel, as relações e condições de trabalho existentes. Nesse sentido, merece ressaltar que sem consciência ou compreensão crítica, o assistente social se torna vulnerável ao projeto neoliberal, pois a ideologia predominante no âmbito do “terceiro setor” propaga a despolitização das expressões da “questão social”, do compromisso com as classes trabalhadoras, da universalidade de acesso e das práticas democráticas.

Chama-se atenção que é na contextualização sobre a precarização do trabalho que se destaca o grande desafio para o profissional de Serviço Social que atua nas ONGs: a necessidade de se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera à desigualdade social, articular a intervenção profissional aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, de modo a repensar os projetos profissionais nessa direção. “*Esses são os compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais que defendemos no Brasil e em nosso diálogo com o mundo.*” (BOSCHETTI, 2008, p.20 – grifos nossos).

De acordo com a realidade cotidiana das ONGs e em face das demandas atuais postas aos assistentes sociais, os entrevistados apresentaram uma

percepção acrítica acerca do **significado social do trabalho profissional**, do seu nível de abrangência e as formas de intervenção, ao focar um discurso alienante ou ingênuo e de cariz conservador. Para tanto, destacam-se os seguintes relatos:

- O significado do trabalho do assistente social pode ser comparado a de um coração no corpo humano, seu nível de abrangência é imenso, atingindo as famílias, as comunidades e outros trabalhadores. (Entrevistado nº 01)

- O assistente social na ONG, de fato, é um dos profissionais primordiais. Ele atua na acolhida dos usuários e realiza os devidos encaminhamentos. (Entrevistado nº 04)

- O serviço social é o coração da casa, pois está à frente de todas as demandas que chegam aqui na ONG. (Entrevistado nº 05)

- O assistente social é o profissional capaz de trazer a humanização para os serviços. Faz a diferença com a sensibilidade para com o social. (Entrevistado nº 06)

Se por um lado, os relatos demonstram que os entrevistados reconhecem a relevância da profissão no universo das ONGs, por outro, a maioria não apresenta uma visão crítica e reflexiva dessa inserção - a ponto de considerar que o assistente social é o “coração da casa” ou até mesmo é um “profissional sensível”. Traduz-se em discurso de “refilantropização” de cunho humanista cristã que despolitiza o entendimento e o enfrentamento das expressões da “questão social”, tão comuns na ideologia conservadora que marca a funcionalidade dessas organizações.

Esse discurso remonta do caráter tradicionalmente encontrado na trajetória histórica da profissão, mas, com “aparências” modernizadoras ou neoconservadoras em termos da percepção vigente acerca do papel e do trabalho do assistente social nessas organizações sociais. Em sentido contrário a essa percepção, reafirma-se que: “[...] o exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais”. (IAMAMOTO, 1992, p. 21)

Evidentemente, o assistente social enfrenta **limites e desafios** no seu trabalho profissional. Nesse sentido, aponta-se como alternativa teórico-metodológica e ético-política adotar a compreensão crítica do real a partir da totalidade histórica, como condição *sine qua non* para não cair nas armadilhas do

voluntarismo, do pragmatismo, do messianismo de cunho conservadorismo tão presentes na profissão.

Para tanto, é primordial apreender as implicações da crise do capitalismo contemporâneo para as Políticas Sociais e para o conjunto de trabalhadores. “Cabe ao profissional entender e desmistificar as interpretações superficiais e equivocadas da crise, que a restringem aos seus efeitos e não reconhecem suas causas, enraizadas no antagonismo entre produção social e apropriação privada da riqueza.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 132-133).

Quanto às **perspectivas profissionais face à atual conjuntura brasileira**, sete dos dez entrevistados concordaram existir perspectivas sobre o exercício da profissão. Dentre sete assistentes sociais, quatro indicaram: desde a aprovação em concursos públicos e a melhoria dos espaços institucionais (infraestrutura) à formação continuada e a inserção em espaços de formação, conforme relatos:

- Como perspectiva, desejo uma aprovação em concurso público. (Entrevistado nº 01)

- Devemos pensar como perspectiva para o trabalho do assistente social, melhorias nos espaços [...]. As instituições precisam entender que precisamos melhorar as condições (infraestrutura) para atender os usuários. (Entrevistado nº 04)

- Gostaria de me dedicar mais a formação, isto é, amadurecer mais sobre as discussões atuais da profissão. (Entrevistado nº 07)

- Inserir-me em espaços de formação para me qualificar e repensar a prática, prestar concurso e fazer mestrado. (Entrevistado nº 09)

Enquanto que os três demais não verbalizaram “novas” perspectivas para o trabalho do assistente social, por acreditarem que na atual conjuntura, a profissão encontra-se impactada e impotente diante dos grandes cortes de gastos nas Políticas Sociais e do avanço do conservadorismo. Esses posicionamentos, grosso modo, revelam uma visão fatalista e pessimista da profissão.

Por não expressar novas perspectivas, nem tampouco possibilidades para avançar no campo de atuação do assistente social - com investimentos na formação com uma construção ou elaboração crítica sobre os efeitos da crise do capitalismo contemporâneo -, ao mesmo tempo, não manifestam uma expectativa sobre uma nova ordem societária.

Nesse contexto de crise, as Políticas Sociais são os principais alvos da privatização, mercantilização e/ou a “refilantropização”, e, conseqüentemente, os assistentes sociais sofrem os impactos dessa ofensiva, contribuindo para a formação de uma visão negativa ou fragilizada sobre a profissão. Em outros termos: por mais que os profissionais se dediquem incansavelmente ao cumprimento ao exercício de suas atribuições e competências “[...] o resultado de seu trabalho estará sempre determinado, por um lado, pela própria condição da política social anteriormente problematizada, e por outro lado, pela sua condição de trabalhador inserido na divisão sociotécnica do trabalho”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 133-134)

Trata-se, portanto, de uma conjuntura marcada por desafios e possibilidades, que exige ousar e lutar pela defesa dos direitos no exercício da profissão, de incentivo à construção de resistências em face dos influxos do confronto capital/trabalho e da organização da categoria para o fortalecimento de um projeto coletivo sobre o qual se busca uma sociedade mais justa e igualitária.

De modo impreciso, pensa-se que ante a crise do capitalismo contemporâneo, a ideologia neoliberal expande o mercado de trabalho para o assistente social, porque acentuam e expandem-se as expressões da “questão social” e, conseqüentemente, insurge a necessidade de medidas que respondam as demandas da classe trabalhadora. No entanto, esse é um pensamento conservador que o profissional de Serviço Social deve rechaçar completamente, pois segundo Boschetti (2011, p. 298): “Temos que compreender a profissão nesse contexto, mas com a perspectiva de não atrelar o exercício profissional à agudização da crise”.

Na sociedade capitalista, tendo em vista os interesses de acumulação, os assistentes sociais são recrutados para ocuparem-se das expressões da “questão social”, preferencialmente apreendidas de maneira isolada e pontual, favorecendo o desenvolvimento de atitudes e comportamentos, segundo Vasconcelos (2016, p. 353), funcionais à ordem social capitalista, por “[...] dirimir conflitos, controlar, acompanhar, avaliar, conter, despolitizar, interditar, manter sob a vigilância os trabalhadores/usuários – seja através de exíguos recursos e serviços desqualificados, seja através da negação de acesso a eles”.

De fato, as condições de trabalho dos assistentes sociais são indissociáveis da conjuntura contemporânea em face dos cortes nos investimentos das Políticas

Sociais, e, por conseguinte, no redimensionamento das relações entre o Estado e o “terceiro setor”, sobretudo as ONGs. Essas organizações assumem parte da responsabilidade com a operacionalização de serviços sociais que, segundo Iamamoto (2012), afeta diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais.

Entretanto, é nessa conjuntura marcada por profundas contradições sociais que tendem a emergir movimentos políticos da sociedade na luta contra a injustiça e a desigualdade e em defesa da dignidade humana, dos direitos humanos e dos direitos sociais. Decerto, assim como em outras conjunturas, o movimento político dos assistentes sociais se inspira e se atrela aos movimentos da sociedade por entender que as lutas e as conquistas só se efetivam na totalidade do tecido social (ALMEIDA, 2007), direcionadas aos interesses e necessidades das classes subalternas.

Nos primeiros anos da década 1990, com as consequências sociais advindas do avanço do ideário neoliberal, tornam-se visíveis às implicações para a classe trabalhadora, com a lógica da privatização e da flexibilização, as profundas alterações no mundo do trabalho e na proteção social, portanto, o agravamento das expressões da “questão social”, como o aumento do desemprego.

Nesse quadro conjuntural de profundas transformações sociais que se instaura novo processo de renovação teórico-metodológica de Serviço Social que viria a se materializar no Projeto Ético-Político da profissão, em 1996, dando continuidade a um movimento de construção pela categoria desde a década 1970. Esse processo reafirma os princípios da liberdade e equidade, compromisso com os interesses da classe trabalhadora, socialização da riqueza, recusa a todas as formas de discriminação e defesa intransigente dos direitos sociais.

Como resultado das lutas coletivas, o Projeto Ético-Político da profissão, é fruto da constante aliança com a classe trabalhadora e outras alianças políticas. Conforme ressaltou Netto (1999, p. 4) que tais projetos apresentam:

A autoimagem de uma profissão elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras

profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

No tocante à construção do Projeto Ético-Político, o referido autor pontua a participação da categoria profissional, que inclui os profissionais, os estudantes, o movimento estudantil, pesquisadores, docentes. Assim, é primordial evidenciar, que é através da organização da categoria, que é possível elaborar o projeto profissional.

Quanto aos **compromissos** desse Projeto, destacam-se:

O reconhecimento da liberdade como valor ético central – a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o *projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero*. (NETTO, 1999, p. 15 - 16)

Nessa análise, torna-se relevante compreender os desafios postos ao assistente social, que deve reafirmar no cotidiano, uma atuação pautada no reconhecimento da liberdade, da autonomia e da emancipação humana, visando à efetivação de Políticas Sociais universais, bem como questionar o real significado do seu fazer profissional, buscando apreender o sentido dessas Políticas em um contexto de desmonte dos direitos, tendo em vista que o país passa por nefastas influências da crise do capitalismo, mediante a ofensiva neoliberal.

O projeto do Serviço Social brasileiro é, portanto, conforme afirma Iamamoto (2010), expressão de um movimento de lutas pela democratização do país, da organização da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos da sociedade.

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedades, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2010, p. 222)

Outra questão destacada neste estudo refere-se à **relação do trabalho dos assistentes sociais nas ONGs com o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço**

Social. De modo impreciso, as opiniões sobre o cotidiano de trabalho revelam uma associação aos princípios defendidos no PEP e até reafirmam o exercício profissional comprometido com a classe trabalhadora, com os usuários, conforme sinalizam os depoimentos a seguir:

- Sim, o nosso trabalho tem relação com o PEP, pois realizamos atendimento direto aos usuários e estamos em articulação com os movimentos sociais. (Entrevistado nº 02)

- Reafirmamos o nosso compromisso diário com os usuários, serviços, estagiários entre outros. (Entrevistado nº 05)

- Muitas vezes, realizamos estudos sobre o Código de Ética do assistente social, sobre a realidade institucional; dialogamos com os colegas de trabalho, com os usuários e a comunidade em geral. (Entrevistado nº 08)

A relação do trabalho dos assistentes sociais com os movimentos sociais é pautada na Lei que regulamenta a profissão (8662/93), que preconiza como competência do profissional à assessoria aos movimentos sociais e organizações populares em matéria relacionada às Políticas Sociais; e no Código de Ética que estabelece como direito do profissional “[...] apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (CFESS, 1993, p.34)

A partir desse entendimento não se pode desconsiderar que os assistentes sociais reconhecem os valores e princípios do PEP, destacando a importância do atendimento direto aos usuários, além de estarem constantemente em articulação com os movimentos sociais, lideranças comunitárias, conselhos, fóruns, universidade, e, sobretudo, com o aprimoramento intelectual.

Ainda na análise dessa questão, constatou-se que quatro dentre os dez entrevistados não souberam identificar elementos que associem o trabalho aos princípios que norteiam o PEP, como: a percepção crítica sobre a atual conjuntura, a realidade das ONGs, o papel do Estado, a relação dos usuários, a defesa dos direitos sociais, dentre outros.

A conjuntura de transformações societárias, conduzidas pelo avanço do ideário neoliberal, com o desmonte das Políticas Sociais, incluindo as alterações no modo de gestão dos serviços sociais, a relação do Estado x “terceiro setor”, e,

sobretudo, as alterações no mundo do trabalho impingem uma série de ameaças à efetivação do PEP.

Ora, é esse contexto que altera a demanda de trabalho do AS, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos rateios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições do assalariamento. (IAMAMOTO, 2012, p.40)

A análise dos dados da pesquisa possibilitou constatar que o trabalho do assistente social nas ONGs, diante das novas exigências do grande capital enfrenta dilemas e desafios para a efetivação do PEP, os quais se evidenciam duas ordens de dificuldade: a primeira refere-se à precarização do trabalho, destacando-se situações de insegurança no trabalho, exigência de metas quase inalcançáveis, situações de stress e adoecimento, polivalência, rotatividade de profissionais contratados, elevadas jornadas de trabalho; e, a segunda consiste na constante dificuldade do profissional para oferecer respostas comprometidas, uma vez que esse espaço ocupacional oferece serviços seletivos e fragmentados, com soluções imediatas e paliativas à população, na contramão dos direitos sociais e, portanto sob o discurso da “refilantropização” e despolitização da “questão social”.

Em torno dessa realidade, se faz necessário aprofundar as análises acerca dessas condições reais de trabalho, a qualidade dos serviços oferecidos, bem como as possibilidades de concretização do Projeto Ético-Político da profissão. Para tanto, o profissional deve apreender à totalidade da vida societária, bem como articular um conjunto de mediações, a fim de “[...] apreender e revelar novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário”. (IAMAMOTO, 2002, p. 31)

Sob essa perspectiva de análise, conforme Mota (2014, p. 700), os fatores são vários que tencionam o trabalho do assistente social e a sua relação com o projeto da profissão, pois se apresenta “[...]de um lado, as diretrizes, os valores, os fundamentos e requerimentos teóricos e políticos expressos no projeto ético-político

profissional; de outro, os determinantes técnico-institucionais e da divisão social e técnica do trabalho que mediatizam a produção e a reprodução social”.

Mediante tal prerrogativa reafirma-se a perspectiva de defesa da esfera pública das Políticas Sociais e da Proteção Social no Brasil, bem como a universalidade de direitos atendendo às prerrogativas constitucionais, e, se posicionar contra a mercantilização e privatização dos serviços públicos, e em defesa da universalização e democratização dos direitos dos trabalhadores.

Contudo, ao examinar o desenvolvimento desse processo com mais acuidade, observa-se que o trabalho do assistente social na conjuntura atual é expressão de lutas coletivas e resistências por ampliação de espaços de trabalho, pelo reconhecimento da profissão nas instituições públicas e privadas, bem como o compromisso com a direção social presente no Projeto Ético-Político da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora referenciada centrou-se na análise sobre o trabalho do assistente social nas ONGs no contexto conjuntural da crise do capitalismo contemporâneo. Para tanto, procedeu-se ao percurso histórico-analítico a partir da teoria social crítica marxista em torno da conformação do capitalismo contemporâneo, a atual crise estrutural e suas inflexões que se traduzem no avanço do ideário neoliberal, a relação entre Estado e organizações do “terceiro setor”, o desmonte das Políticas Sociais, a precarização e flexibilização do mundo do trabalho, e, o agravamento das expressões da “questão social”.

Na concretude deste estudo investigativo, foi possível analisar o trabalho do assistente social nas ONGs tendo como referência os influxos advindos da atual configuração do Estado brasileiro, em função da perda da centralidade no atendimento das expressões da “questão social” e a transferência para as organizações do “terceiro setor”.

Essa análise revela, de forma significativa, que o trabalho do assistente social configura-se, sobremaneira, com a existência de duas situações derivadas da crise do capitalismo: a primeira dá-se ao relacionar a conjuntura marcada pelo avanço do ideário neoliberal, e, a instauração de mecanismos de privatização, com o afastamento do Estado na gestão das Políticas Sociais transferindo-a para o âmbito das organizações do “terceiro setor”, sobretudo para as ONGs.

A partir da consignação do Estado neoliberal brasileiro, na década de 1990, as ONGs ganham espaço na sociedade para atuar nas problemáticas sociais e assumem parte das responsabilidades do poder público, especialmente com a gestão das Políticas Sociais, cujas ações são pautadas na solidariedade e filantropia com forte apelo à participação da sociedade civil.

Quanto à segunda situação, destacam-se os influxos no mundo do trabalho, sobretudo no âmbito das ONGs – lócus desta pesquisa -, que inflete no trabalho do assistente social, caracterizado pela flexibilidade das relações trabalhistas, intensificação da jornada de trabalho, polivalência, exigência no cumprimento de

metas, a insegurança no emprego e as situações de stress e adoecimento, segundo os depoimentos dos assistentes sociais entrevistados.

As atuais estratégias engendradas pelo grande capital diante da crise estrutural do sistema promovem o processo de reprodução produtiva do capital que atribui nova configuração: a precarização estrutural do trabalho. Essa precarização implica em profundas alterações que flexibilizam os tipos de contratações, os processos de trabalho, as relações de trabalho, o enxugamento dos postos de trabalho e do salário. No campo das profissões, a precarização também impõe transformações, marcadas pela polivalência, extensa jornada de trabalho, multifuncionalidade, instabilidade empregatícia, dentre outras.

No Brasil, a consolidação do Estado neoliberal aflui à ofensiva conservadora – ou neoconservadora – que inflige retrocessos, sobretudo, nas Políticas Sociais, alterando a forma de gestão pública para a gestão privada, através da transferência do âmbito do Estado para as organizações não governamentais; bem como se modificam as relações trabalhistas sob a égide da precarização e flexibilização do processo de trabalho, das relações empregatícias e do salário, especialmente, na gestão privatista das Políticas Sociais no âmbito das ONGs.

Recentemente, modificam-se acentuadamente as relações contratuais de trabalho no país, atingidas pela aprovação da Lei das Terceirizações (Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017) e da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) que afeta não somente as relações de trabalho, como a capacidade de organização política dos trabalhadores, com o fim do imposto sindical, provocando o desmantelamento dos sindicatos, ao destruir a principal fonte de renda. Essas alterações que desregulam as relações trabalhistas perpassam todo o tecido social do país, agravando-se as expressões da “questão social” com o aumento da violência e da barbárie social.

Conforme ressalta Behring (2016, p. 21), esses tempos requisitam da sociedade, sobretudo dos segmentos mais organizados, uma posição de resistência política e análise crítica, em função de que os acontecimentos recentes expressam o movimento do capital em busca de superlucros, orquestrado pelo capital portador de juros.

Este é o ambiente que determina as *condições* em que se desenvolvem as políticas sociais que viabilizam e materializam os direitos sociais, as quais como uma mediação importante na totalidade concreta, precisam ser analisadas considerando essas determinações, esse espírito do tempo, este ambiente intelectual e moral e político-econômico, de crise do capital e conservadorismo.

No conjunto das transformações societárias, as ONGs materializam espaços que absolvem assistentes sociais, os quais atuam diretamente nas problemáticas sociais, através da parceria entre público x privado, ao buscar somar esforços com respostas pontuais, seletivas e fragmentadas no trato das expressões da “questão social”. No entanto, não cabe responsabilizar esses profissionais, mas compreender os dilemas e desafios que perpassam e conformam as ações desenvolvidas no universo das ONGs. (DUARTE, 2007)

De acordo com Simões (2009), o “terceiro setor” engloba um conjunto de atividades não estatais ou governamentais constituído de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se dedicam ao fornecimento de serviços básicos de assistência, saúde, educação entre outros, considerados de interesse público. Esses serviços têm sido concebidos como um “novo” setor para a solução dos problemas decorrentes da organização da sociedade civil, frente à desresponsabilização do Estado, com relação à sua obrigação de oferecer serviços sociais à população. Assim, tem-se a formação de uma rede privada de organizações do “terceiro setor” que passa a substituir o Estado, sob a alegação neoliberal de ineficiência e incapacidade dos serviços públicos para cumprir os seus desígnios sociais.

As ONGs referenciadas neste estudo investigativo, quando vinculadas ao Estado, assistem a um quantitativo significativo de usuários, com resultados positivos no tocante à variedade de ações oferecidas, ao acompanhamento dos usuários e seus familiares, aos encaminhamentos realizados entre outros. No entanto, esses resultados não devem ser generalizados, porque as ONGs oferecem ações limitadas, em razão da oferta de atendimentos seletivos, fragmentados e pontuais. Decerto, o Estado é o único organismo que pode instituir uma política de caráter universal, uma vez que o poder público detém a capacidade constitucional de planejar globalmente as Políticas Sociais e coordenar sua implementação.

No que diz respeito às condições de trabalho nas ONGs, enfatiza-se a tendência à precarização da força de trabalho dos assistentes sociais. Esses profissionais são afetados pela insegurança no emprego, em função de que os financiamentos dessas organizações são de caráter temporário, com duração pré-estabelecida via aprovação de projetos sociais. Diante dessa realidade, a equipe técnica, em geral, é contratada através de contratos temporários, gerando situações de stress e adoecimento decorrentes da não garantia da continuidade dos serviços.

Outra questão analisada neste estudo situa-se a partir das profundas transformações que incidem sobre o mundo do trabalho, em termos de condições de superexploração da força de trabalho, que somada à gestão privatista na perspectiva da “refilantropização” no trato das expressões da “questão social” inflete sobre o trabalho do assistente social, colocando sob ameaça o Projeto Ético-Político da profissão.

Esse cenário de inserção expressiva dos assistentes sociais nas ONGs, induz ao processo de precarização da força de trabalho, tendo em vista as “novas e velhas” formas de relações de trabalho: terceirização, flexibilização das leis trabalhistas, precarização nas formas de contratação, salários baixos, rotatividade, polivalência, etc. Sob essa conjuntura, o assistente social enfrenta condições de trabalho insatisfatórias que não atendem ao disposto na Resolução CFESS n. 493/2006. Ademais, destaca-se a ausência de espaço físico adequado para o atendimento aos usuários, de forma a garantir o sigilo; inexistência de aparelhamentos, a exemplo de computadores e armários para arquivar documentos, dentre outras fragilidades.

Em termos de uma perspectiva crítica de análise, é interessante ressaltar que a atividade profissional se insere em uma relação de compra e venda da força de trabalho, o que significa a mercantilização (mediante a relação salarial). Compreende-se, assim, que o trabalho do assistente social se situa no seio da contradição inerente à sociedade capitalista, em que “[...] o trabalho social e a apropriação privada das condições e dos frutos do trabalho, que se traduz na valorização crescente do capital e no crescimento da miséria relativa do trabalhador”. (IAMAMOTO: CARVALHO, 1993, p. 79)

Em relação às exigências institucionais, verificou-se uma tendência à formação de um novo perfil do profissional de Serviço Social associado às

demandas institucionais. Não é em vão que para ser contratado nas organizações sociais, estão sendo cada vez mais procurados os profissionais com experiência em movimentos sociais, forte articulação com os sindicatos, comunidades e outras categorias profissionais.

Destaca-se que o assistente social nesses espaços é demandado a se capacitar com temáticas associadas à compreensão do papel do “terceiro setor” na contemporaneidade, bem como ter um amplo conhecimento sobre Políticas Sociais, fundo público, tanto no campo teórico como prático, porque são contratados para cumprir as exigências no tocante à elaboração de planos, programas e projetos e, assim, garantir a sustentabilidade das ONGs. Para tanto, exige-se do profissional um domínio de conhecimentos sobre o perfil da ONG, as ações e serviços oferecidos, a comunidade envolvida e os respectivos parceiros.

Para atuar nas ONGs, o assistente social deve ter uma formação teórica e prática, cuja direção deve priorizar as temáticas trabalhadas no cotidiano dessas organizações, isto é, a formação na área de interesse das ONGs é de o profissional ter acúmulo de conhecimentos, que lhe permitam oferecer respostas qualificadas as demandas postas.

Nessa lógica, nota-se, de certa maneira, um distanciamento dos assistentes sociais das discussões da profissão e a nítida ausência nos eventos promovidos pela categoria. Decerto, é interessante reafirmar a importância da participação nesses eventos, os quais buscam socializar coletivamente os dilemas e desafios dos assistentes sociais na contemporaneidade, e, assim, propor ações estratégicas para o enfrentamento das inflexões da crise do capitalismo.

Esse distanciamento teórico aprofunda a tendência de desprofissionalização dos trabalhadores, uma vez que esse afastamento do assistente social das discussões contemporâneas da profissão gera sérios prejuízos tanto no reconhecimento do trabalhador enquanto classe – inserido na contradição capital x trabalho -, quanto no fortalecimento dos direitos sociais via acesso às Políticas Sociais.

No espaço das ONGs, os assistentes sociais assumem um papel de negociador e articulador com o poder público e privado, em razão da exigência para garantir a aprovação de projetos e viabilizar a formação de parcerias, sobretudo visando à continuidade das ações nas organizações.

A pesquisa aponta para o fato de que, para assegurar a oferta de serviços nas ONGs, estas buscam recursos externos à própria organização, sendo destinados ao desenvolvimento de atividades em comunidades carentes, cuja seleção dá-se através do critério de renda familiar, selecionando os mais necessitados.

Dentre as mais diversas consequências advindas da crise do capitalismo, evidenciam-se as inflexões no mundo do trabalho, sobretudo do assistente social. Pelo fato de o profissional de Serviço Social ser um trabalhador assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho se efetiva através da compra e venda da força de trabalho, é atingido como qualquer trabalhador à desordem do mundo do trabalho.

Merece assinalar que, as ONGs se configuram como espaço de atuação para os assistentes sociais, os quais sofrem cotidianamente com a insegurança no emprego, rotatividade, salários reduzidos, jornadas de trabalho elevadas, polivalência e situações de stress e adoecimento.

Outra situação preocupante constatada refere-se ao vínculo contratual dos assistentes sociais nas ONGs e o respectivo registro profissional junto ao CRESS/PB. Sobre essa questão, comprovou-se que os assistentes sociais são contratados, na maioria dos casos, com salários significativamente baixos em relação a outras categorias de nível superior, através de contratos temporários, que são renovados a cada trimestre e/ou semestre a depender da existência de financiamento na organização.

Quanto ao registro no respectivo conselho da profissão (CRESS), verificou-se que dois entrevistados não mantêm a inscrição atualizada, em função de que as organizações contratam os assistentes sociais como técnicos de projetos sociais, com vistas a prestar assessoria durante o planejamento e execução dos projetos sociais, que apresentam um prazo determinado para execução das atividades nas comunidades carentes da grande João Pessoa/PB.

Diante dessa situação de vínculo precário, a inserção desses profissionais nas ONGs não tem se mostrado financeiramente vantajoso para o assistente social, em função das situações de precarização da força de trabalho. Nesse aspecto, é relevante salientar as reais condições de precarização de trabalho, em razão instabilidade dos/as trabalhadores/as nessas organizações. Embora os depoimentos

apontem uma visão positiva sobre o exercício profissional nesse espaço ocupacional, por considerarem que estão mais próximos das lutas democráticas.

Atestou-se ainda que os profissionais são comumente demandados a buscar incessantemente pela capacitação continuada; aligeiramento da formação; trabalho em rede; atuação em tempo ágil com a exigência do cumprimento das metas; domínio da informática; resolução de problemas imediatistas; alternativas para acessar recursos, entre outros.

Tais exigências consideradas como “novas” pelos entrevistados seguem a lógica das estratégias de enfrentamento da crise estrutural do capitalismo contemporâneo à luz do ideário neoliberal, com foco na transferência de recursos públicos e privados para o universo das ONGs. Para tanto, exige-se dos profissionais um trabalho ágil e com domínio das tecnologias, voltado para garantir a estabilidade da organização, através da elaboração de projetos sociais, com forte incentivo à participação em cursos de curta duração, cujas temáticas gerais são direcionadas para leitura e análise dos orçamentos públicos, para a identificação de alvos e metas, bem como para o planejamento de ações visando à captação de recursos.

Pode-se inferir que o assistente social enfrenta dilemas e desafios cotidianamente nas ONGs. Na análise dos dados da pesquisa, constatou-se que esse profissional se depara com o desconhecimento acerca do seu papel no desenvolvimento das ações nessas organizações, vivenciando situações de desvalorização e desqualificação profissional. Conforme ressaltou Boschetti (2017, p. 68), é nesse contexto que “[...] muitas vezes o(a) assistente social é chamado(a) a fazer tudo e qualquer coisa, o que implica nítido desrespeito à sua formação e titulação”.

Merece também evidenciar as perspectivas apontadas nos depoimentos dos entrevistados, as quais: por um lado, alguns entrevistados assinalaram como novas perspectivas sobre o exercício da profissão direcionadas à formação continuada, a aprovação em concursos públicos, dentre outras; mas, por outro, outros entrevistados não indicaram novas perspectivas, ao apresentarem uma visão fatalista e pessimista da profissão, por considerarem que em contexto de crise, as Políticas Sociais são os principais alvos da privatização, mercantilização e/ou a “refilantropização”, e, conseqüentemente, os assistentes sociais sofrem os efeitos

dessa ofensiva. Por certo, essa visão contribui para a formação de uma visão negativa sobre a profissão e, assim, o profissional não consegue atribuir novas perspectivas para o desenvolvimento do seu trabalho.

Decerto, o assistente social inserido no âmbito das ONGs deve levar em conta a dinâmica sócio-histórica das lutas democráticas, do contexto político e cultural da sociedade vigente, e, assim, ser capaz de se posicionar de maneira crítica e propositiva, com vistas a oferecer respostas pautadas na compreensão da totalidade. Para tanto, precisa se apropriar rigorosamente dos fundamentos teóricos críticos para compreender as contradições do capital.

Em termos conclusivos, comprova-se que o assistente social em face das transformações societárias enfrenta um profundo desafio: concretizar os valores e princípios do Projeto Ético-Político da profissão. Nessa direção, ressalta Boschetti (2017), desenvolver uma forte resistência ao pensamento conservador, por meio de mediações críticas que são basilares nos espaços sócio-ocupacionais para reafirmação de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueirêdo. **O Serviço Social na contemporaneidade**. Rio Branco: IESACRE, 2007. (Ed. Revisada)
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Dimensões da Precarização**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6 Editora/Projeto Editorial Praxis, 2013.
- _____. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6 Editora/Projeto Editorial Praxis, 2014.
- _____. **Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório**: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. In: <www.giovannialves.org>. Acesso em 08/03/2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências In: _____ (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **Rev. Ser. Soc. Soc.** São Paulo: Cortez, n. 123, p.407-427, 2015.
- ARAUJO. Jairo Melo. **Voluntariado na Contramão dos Direitos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.
- ASSIS, RIVÂNIA L. DE MOURA. **Serviço Social e Terceiro Setor**: (des) construção do projeto ético-político profissional. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa/PB: PPGSS/UFPB, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro, Abong, 2010.

_____. **Estatuto Social**. São Paulo: Abong, 2016. Disponível em: http://www.abong.org.br/quem_somos.php?id=3 (Acesso em 10/03/2017)

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Brasília/DF: Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília/DF: Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. Brasília/DF: Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: MARE, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. In: **Ser Social**, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: **Serviço Social no Brasil**: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

BOFF, Leonardo. **Crise Neoliberal e Sofrimento Humano**. 2010. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2010/12/leonardo-boff-crise-neoliberal.html> (Acesso em 01/03/2017)

BOSCHETTI, Ivanete. A Seguridade Social na América Latina. In: **Política Social no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional. In: **Seminário Nacional**: o trabalho do/a assistente social no SUAS, 2011.

_____. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. In: **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012

_____. **O Serviço Social e a luta por trabalho, direitos e democracia no mundo globalizado**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 21/08/15.

_____. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Incidências Pós-Modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual do Rio de Janeiro: PPGSS, 2014.

CARNEIRO, Elisângela. **Serviço Social e Terceiro Setor**: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o assistente social em Natal. (Dissertação de Mestrado) Natal/RN: PPGSS/UFRN, 2005.

CARVALHO, Liana. **Os Impactos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza Absoluta e Relativa no Brasil**. (Dissertação de Mestrado) João Pessoa/PB: UFPB/PPGSS, 2014.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Rev.Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

_____. A Questão do Neodesenvolvimentismo e as políticas sociais. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 114, 2014.

COELHO, Simões. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e EUA. São Paulo: Senac, 2000.

CORREIA, Dandara Batista. **Avaliação da Gestão Institucional dos Atuais Programas de Proteção Social**: uma análise a partir dos gestores e usuários. João Pessoa: UFPB/SEPACOPS, 2010 (Relatório Final de Pesquisa)

COSTA, Lucia Cortes da. **Os Impasses do Estado Capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2010.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. Estado e políticas Sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento à pobreza. In: **Anais do III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís/MA, 28 a 30 de agosto 2007.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Cotidiano Profissional do Assistente Social**: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. (Texto parte da dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

_____. A Funcionalidade do Terceiro Setor e das ONGs no Capitalismo Contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. In: **Rev. Libertas**, Juiz de Fora, v.8, n.1, p. 50 - 72, jan-jun / 2008.

DRUCK, Graça. Flexibilização e Precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

_____. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp. 01, p. 37-57, 2011.

FIORI, José Luís. **60 Lições dos 90 uma Década de Neoliberalismo**. São Paulo: Record, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda. Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional. In: **Seminário Nacional**: o trabalho do/a assistente social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Cláudia. **Em Busca do Consenso**: radicalidade democrática e afirmação de direitos - Tendências contemporâneas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3.ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. Rio de Janeiro: n.3, p.9-32, jan.-jul. 2001.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em Questão**. CFESS, 2012.

INACIO, Elisângela de Oliveira. **A Análise da Prática Profissional do Assistente Social a luz da Atual Reforma do Estado Brasileiro**. (Dissertação de Mestrado) João Pessoa/PB: PPGSS/UFPB, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As Entidades de assistência social privada sem fins lucrativos no Brasil: 2014-2015**: unidades de prestação de serviços socioassistenciais. Rio de Janeiro: / IBGE/ Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2015. Disponível em: https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf (Acesso em 12/10/16)

KOIKE, Marieta. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº50. Ano XXI. São Paulo: Cortez, abril, 1996.

KRAYCHETE, Elsa Sousa; BORGES, Ângela Maria Carvalho. **Os Níveis de Remuneração em Organizações Não Governamentais Filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais**. (Relatório de Pesquisa) São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong); Evangelischer Entwicklungsdienst (EED); Serviço das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento e Brot für die Welt (BFDW) – Pão para o Mundo, 2012.

LANDIM, Leilah. **A Invenção das ONGS**: do serviço invisível à profissão impossível. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro/RJ: PPGAS/UFRJ, 1993.

LIMA, Adilsimar Saraiva Maciel. **Organizações Não-Governamentais de Manaus/AM**: limites e desafios ao Serviço Social. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PUC/PPGSS, 2011.

LUKÁCS, Gyorgy. **Introdução a uma estética marxista**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

MACHADO, Aline Maria Batista. **ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – ONGs**: trajetórias, concepções e práticas em educação popular. (Tese de Doutorado). João Pessoa: UFPB/PPGE, 2009.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

_____. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MARQUES, Morena Gomes. O fim do ciclo PT: do colaboracionismo de classe à ortodoxia neoliberal. In: **Ser Social**, Brasília, v. 18, n. 38, p. 48-67, jan.-jun./2016.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e Propriedade Privada. In: **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 79-90.

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, Os Economistas, livro I, tomo 2, 1996.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, Seguridade e Assistência Social: desafios da política social brasileira. In: **Desenvolvimentismo e Construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MEDEIROS, Najara Sousa. **O Trabalho dos Assistentes Sociais nas Organizações Não Governamentais (Ongs): uma análise a partir da conjuntura de crise do capital contemporâneo**. João Pessoa/PB: UFPB/PPGSS, 2016 (Projeto de Pesquisa)

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, M. Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.110, p. 270-287, abril/junho. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: **Desenvolvimentismo e Construção de**

hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705. out./dez.2014.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista de Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, Ano XVII — nº 50, 1996.

_____. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a02.pdf>>. (Acesso em 12/10/16).

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: VÁRIOS AUTORES. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Disponível em: <<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf>>. Acesso em: 08/08/2016

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008, (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).

NOVO, Aguinaldo. Na Era Lula, bancos tiveram lucro recorde de R\$ 199 bilhões. In: **O Globo**. 04/11/2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232#ixzz4lomp6W4D>

PASTORINI, Alejandra. Delimitando a “questão social”: o novo e o que permanece. In: **A Categoria “Questão Social” em Debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

POCHMANN, Marcio. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.104, p.637-649. 2010.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Rev. Serv. Soc. Soc.**, n.107, pp.420-437, 2011.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. In: **Rev. Serv. Soc. Soc.** [online], n.104, pp.750-772, 2010.

REIS, P. Elisa (org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

RIOS JÚNIOR, Ademir Vilaronga. **A Crítica do Fenômeno das ONGs no Brasil: uma análise da atuação na política social de proteção à criança e ao adolescente em Recife**. (Dissertação de mestrado) João Pessoa/PB: PPGSS/UFPB, 2013.

SANTOS, Deildo Jacinto. **Organizações Não-Governamentais: perspectivas de mercado do trabalho do Serviço Social**. (Dissertação de Mestrado) UERJ/PPGSS, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Patrícia. **O Trabalho dos Assistentes Sociais nas Organizações Não Governamentais em Juiz de Fora**. (Dissertação de Mestrado). UFJF/PPGSS, Juiz de Fora, 2012.

SERRA, Rose Mary de Souza. **Crise de Materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 447-481. (Biblioteca Básica de Serviço Social. V. 3)

SOBRINHO, Wanderley Preite. Como os bancos enriquecem na crise. In: **Brasileiros Revista**. 05/12/2015 Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2015/12/como-os-bancos-enriquecem-na-crise/>

SOUSA, Antonia de Abreu. O Conceito Gramsciano de “Revolução Passiva” e o Estado Brasileiro. In: **Revista Labor**. Vol. 3. UFC. 2011. p. 1-12 Disponível em: http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume3/conceito_gramsciano.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 01/2016** (que dá nova redação ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do CCHLA/ UFPB). João Pessoa: UFPB/CONSEPE, Janeiro de 2016.

VASCONCELOS. Ana Maria. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas**. São Paulo: Cortez, 2016.

WOLFF, Simone. **Informatização do Trabalho e Reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total**. Campinas/SP: Unicamp; Londrina/PR: Eduep, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: A refilantropização da questão social. In: **Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social** – 3. Cadernos ABONG, São Paulo: ABONG, 1995.

_____. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 2, p.87-99, 2000.

_____. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 77, p. 11-29, mar., 2004.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO**

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre **O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)**: uma análise a partir da conjuntura de crise do capitalismo contemporâneo e está sendo desenvolvida pelo(s) pesquisador (es) NAJARA SOUSA MEDEIROS alunos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

Os objetivos do estudo são: Apreender a dinâmica de funcionamento das ONGs de João Pessoa/PB e sua relação entre o setor público e o privado no contexto de ofensiva neoliberal; Identificar os principais desafios e possibilidades dos (as) assistentes sociais inseridos (as) nas ONGs de João Pessoa/PB na busca pela garantia e oferta de programas de proteção social diante do atual contexto de crise do Capitalismo contemporâneo; Verificar as implicações que conformam as atuais condições e relações de trabalho do (a) assistente social junto aos programas de proteção social promovidos por essas ONGs locais.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a ampliação do debate, acerca dos principais rebatimentos da crise do Capital e da ofensiva neoliberal nas ONGs de João Pessoa - PB.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) principal: Najara Sousa Medeiros, Telefone: (83) 98805-2608, E-mail: najara.sm@hotmail.com

Pesquisador (a) secundário (a): Prof(a) Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Endereço (Setor de Trabalho): Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Telefone: (83) 3216-7319 E-mail: ppgss@cchla.ufpb.br Ou Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I Bloco Arnaldo Tavares, sala 812 – Fone: (83) 3216-7791

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

PESQUISADORAS:

Principal: Najara Sousa Medeiros

Email: najara.sm@hotmail.com

Secundária: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Email: blfalmeida@uol.com.br

Pesquisa intitulada: O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs): uma análise a partir da conjuntura de crise do capitalismo contemporâneo

Data: ____/____/____

Entrevista N°: ____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE I – Perfil do/a Assistente Social:

1- **Sexo/Gênero:** () feminino () masculino

2- **Etnia:** () branca () parda () negra () amarela () indígena () outra

3- **Idade:** () 20 aos 30 anos () 31 aos 40 anos () 41 aos 50 anos
() 51 aos 60 anos () acima dos 60 anos

4- **Estado civil:** () solteiro/a () casado/a () união estável () separado/a () divorciado/a () viúvo/a

5- **Possui alguma crença religiosa?** () não () sim.

Especificar: () católica () protestante/ evangélica () espiritismo () umbanda

() outra, qual?: _____

6- **Em qual Universidade você se formou?** () pública () privada

Nome da IES:

7- Qual o ano de conclusão?

() antes de 1980 () 1981 a 1990 () 1991 a 2000 () 2001 a 2010 () 2011 a 2016

8- Tem algum curso de pós-graduação? () sim () não

8.1- Em que nível? () especialização incompleta () especialização completa
() mestrado incompleto () mestrado completo () doutorado incompleto
() doutorado completo

8.2- Em que área a pós-graduação? _____

9- Você já participou de algum curso de formação (capacitação) que colaborou para a sua atuação junto ao Terceiro Setor?

() não () sim

Especifique: _____

10- Tempo de Serviço como assistente social?

() menos de 6 meses () entre 6 meses a 1 ano () entre 1 ano e ½ a 5 anos
() entre 5 anos e ½ a 10 anos () entre 10 anos e ½ a 15 anos
() entre 15 anos e ½ a 20 anos () mais de 20 anos

11- Tem outro vínculo empregatício, além de atuar como Assistente Social na ONG?

() não () sim Se afirmativo, atua na Instituição de que natureza?

() pública () privada () outra, qual? _____

11.1- Se Pública, qual nível? () federal () estadual () municipal

12- Área (s) de Políticas de Proteção Social em que atua? (poderá ser mais de uma): () saúde () assistência social () habitação () educação () judiciário () atenção à mulher () atenção à criança e ao adolescente () atenção ao idoso () trabalho e geração de renda () conselhos
() outras: _____

13- Usuário (público alvo) que atua:

() Família () Criança e Adolescente () Mulher () Idoso () Pessoa com deficiência () () outros. Quais? _____

14- Há quanto tempo você trabalha numa ONG?

() menos de 1 ano () entre 1 a 5 anos () entre 5 anos e ½ a 10 anos
() entre 10 anos e ½ a 15 anos () mais de 15 anos

15-O Serviço Social nessa Organização assume a atividade de:

() representação () coordenação () assessoria () outras: _____

16- Qual o tipo de vínculo do/ Assistente Social com essa Organização?

() CLT () Contrato tempo determinado () Contrato tempo indeterminado
 () Voluntariado () Prestação de serviços individuais () Outro:

17- Qual carga horária semanal?

() 20h () 30h () 40h () outra. Qual? R- _____

18- Qual a faixa salarial?

() Até R\$ 500 () R\$ 501 a 1000 () R\$1001 a 1500 () R\$ 1501 a 2000
 () 2001 a 2500 () acima de R\$ 2501 a 3000 () acima de R\$ 3000

19- Se tivesse que optar em desenvolver sua prática profissional em uma instituição, você escolheria:

() Órgão privado () Órgão público () ONG () outros. Quais?

20- Por que você trabalha em ONG?

R- _____

PARTE II- IDENTIFICAÇÃO DA ONG**1- Nome da ONG:**

2- Ano de constituição formal da ONG: _____**3- Você sabe informar a origem desta ONG? () não () sim**

4- Levando-se em conta os programas executados, você diria que o principal âmbito de atuação da ONG é: (* poderá assinalar mais de uma)

() Internacional () Estadual () Municipal () Nacional () Regional

5- A ONG Possui: (* poderá assinalar mais de uma)

- a) Sede Própria () não () sim
- b) Veículo () não () sim
- c) Computador() não () sim
- d) Internet () não () sim
- e) Aparelho Telefônico() não () sim

f) Equipe multiprofissional constituída de:

() Coordenador/a () Diretor/a () Assistente Social () Psicólogo/a () Educador/a
() outros Técnicos:

6- Quais os principais projetos a ONG desenvolvem atualmente?

Especifique:

7- Os principais financiamentos/ investidores de recursos transferidos para essa ONG advém: (* poderá assinalar mais de uma)

Agências Internacionais de Cooperação () não () sim
Empresas, Fundações ou Institutos empresariais brasileiros () não () sim
Agências Multilaterais e Bilaterais () não () sim
Comercialização de produtos e venda de serviços () não () sim
Órgãos governamentais federais () não () sim
Órgãos governamentais estaduais () não () sim
Órgãos governamentais municipais () não () sim
Contribuições associativas () não () sim
Doações de indivíduos () não () sim
Outras fontes de financiamento () não () sim Qual(is):

8- Há outras fontes secundárias de recursos nessa ONG atualmente:

() não () sim - Se afirmativo, qual (is)?

- () Projetos financiados pela cooperação internacional
- () Projetos financiados pelo governo do país (ministérios)
- () Projetos financiados por empresas (estrangeiras ou locais)
- () Venda de serviços: consultorias e eventos
- () Venda de produtos (ex. camisetas, agendas, bonés...)
- () Cotização dos beneficiários
- () Campanhas de arrecadação de fundos junto a pessoas físicas: doações
- () Parceira com ONG Internacionais
- () Parcerias com outros setores públicos e privados
- () Trabalho voluntário

9- A ONG participa/ participou de algum conselho gestor de políticas públicas?

Sim () Não () - Qual (is):

10- Como a ONG está organizada:

- () Assembleia e uma diretoria executiva contratada
 () Assembleia e uma diretoria executiva composta por membros da assembleia
 () Estrutura mista: assembleia e uma diretoria composta por membros da assembleia e outros contratados
 () Outra forma. Qual? _____

PARTE III- Questões Relacionadas à Crise do Capital, ao Neoliberalismo e Seus Influxos junto ao Trabalho do/a Assistente Social
1- Na conjuntura atual brasileira, a ONG onde você atua se depara com a necessidade de reduzir custos?

- () Não () Sim - Se afirmativo, isto se deve a que fator (res)? Especifique:

2- Você possui espaço físico para o atendimento aos usuários?

- () Sim () Não

3- Possui recursos materiais e financeiros para realizar a intervenção profissional?

- () Bom () Regular () Insuficiente

Caso a afirmativa seja insuficiente, especifique o que falta.

R _____

4- Quais os principais cortes que a ONG em que você atua precisou deliberar? (* poderá assinalar mais de uma)

- () redução de trabalhadores () mudança de imóvel () diminuição dos serviços
 () fim de projetos () venda de mobílias () venda de transporte () diminuição do número de público a ser atendido () redução da carga horária de trabalho dos empregados () flexibilização das relações trabalhistas/ subcontratação) ()
 Outros, especificar:

5- Você já ouviu falar da Ofensiva Neoliberal? () não () sim**5.1- Se afirmativo, qual a sua opinião sobre o Projeto Neoliberal?**

- () contra () favor. Justifique:

5.2- Qual a sua opinião sobre o processo de privatização dos serviços de política de proteção social no Brasil?

R _____

5.3- Qual a sua opinião sobre a transferência de recursos públicos para o Terceiro Setor (organizações não governamentais e/ou filantrópicas)?

R _____

6- Quais as principais estratégias adotadas pelo/a assistente social nas ONGs para garantia e oferta de programas de proteção social diante do atual contexto de crise do Capital e do avanço do Projeto Neoliberal?

Especifique: _____

7- Quais são as especificidades de atendimento prestado pelo /a assistente social nessa ONG?

- () atendimento direto aos beneficiários
- () representação nos espaços de controle social, conselhos, redes, fóruns;
- () elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos sociais
- () Coordenação da equipe profissional
- () Outros

especifique _____

8- Quais são as principais possibilidades e desafios postos ao assistente social que atua numa ONG em face de um contexto de crise mundial do Capital?

R _____

9- Você identifica novas demandas postas ao Serviço Social nessas organizações?

- () sim () não
- Caso a resposta seja afirmativa, quais?

R _____

10- Você identifica novas exigências postas ao trabalho do/a Assistente Social?

() Sim () Não

Caso a resposta seja afirmativa, quais?

R _____

11- Quais desdobramentos da crise do capital são identificados no trabalho desenvolvido pelo/a assistente social nesta ONGs?

() situações de *stress* () adoecimento () sofrimento () insegurança no emprego () polivalência () rotatividade de profissionais () ausência de direitos trabalhistas () extensão da jornada de trabalho () imposição de metas () nenhum () outros.

Caso a resposta seja outros, quais?

R _____

12- De acordo com a realidade cotidiana das ONGs e em face às demandas atuais, qual a sua opinião acerca do significado social do trabalho do/a assistente social e seu nível de abrangência (no seu conteúdo útil e nas formas de intervir)?

R _____

13- Você consegue visualizar se está sendo possível para os/as assistentes sociais das ONGs atenderem às demandas expostas?

() Não () Sim

Justifique a sua resposta:

13- Em sua opinião, a inserção do/a assistente social nas ONGs se mostra como vantajoso para o/a profissional?

() Não () Sim

Justifique a sua resposta:

R _____

14- Você possui novas perspectivas profissionais com relação a sua atuação como assistente social?

☐ Não ☐ Sim

Especifique:

15- A sua atuação estabelece uma relação com o Projeto Ético-Político do Serviço Social?

☐ não ☐ em partes ☐ sim

-Se em partes ou se afirmativa, justifique de que forma? Especifique:

ANEXO A - CERTIDÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 4ª Reunião realizada no dia 19/05/2016, o Projeto de pesquisa intitulado: **“O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs): UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONJUNTURA DE CRISE DO CAPITAL CONTEMPORÂNEO”**, da pesquisadora Najara Sousa Medeiros. Prot. nº 0161/16. CAAE: 55204316.6.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.

Teresa Cristina Cunha
Teresa Cristina Cunha
Mat. SIAPE 0331417
CEP-CCS-UFPB